



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LINHA I: CULTURA E CIDADES

**O IDEÁRIO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO NAS
REPRESENTAÇÕES DO DIÁRIO DA BORBOREMA (1957-1979)**

DANILO RODRIGUES SOUZA

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. SEVERINO CABRAL FILHO

CAMPINA GRANDE, PARAÍBA
SETEMBRO DE 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA I: CULTURA E CIDADES

O IDEÁRIO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO NAS
REPRESENTAÇÕES DO DIÁRIO DA BORBOREMA (1957-1979)

*Dissertação de Mestrado defendida pelo aluno
Danilo Rodrigues Souza, sob a orientação do
Professor Dr. Severino Cabral Filho, em
cumprimento às exigências para obtenção do
título de Mestre em História.*

CAMPINA GRANDE, PARAÍBA
SETEMBRO DE 2016

O IDEÁRIO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO NAS
REPRESENTAÇÕES DO DIÁRIO DA BORBOREMA (1957-1979)

Dissertação de Mestrado defendida em: ____/ ____/ ____

.....
Professor Dr. Severino Cabral Filho
(Orientador)

.....
Professor Dr. Antônio Clarindo Barbosa Souza
(Examinador Interno)

.....
Professor Dr. Damião de Lima
(Examinador Externo)

.....
Professor Dr. _____
(Suplente - Examinador Interno)

.....
Professor Dr. _____
(Suplente - Examinador Externo)

CAMPINA GRANDE, PARAÍBA
SETEMBRO DE 2016

Não acho que se toda a humanidade fosse alimentada desde o berço com doses maciças de conhecimento histórico o mundo poderia estar muito melhor do que está. Mas a falta do conhecimento histórico é, a meu ver, uma limitação grave e, no limite, desumanizadora. Acho interessante o fato de muitas pesquisas indicarem que, excluindo os historiadores, obviamente, o segmento profissional mais interessado em História é o dos médicos. Justamente os médicos, que lidam com pessoas doentes, frágeis e amedrontadas diante da falibilidade de seu corpo e da inexorabilidade do destino humano. E que têm que reconstituir a história da vida daquelas pessoas, com base na anamnese, para poder ajudá-las a enfrentar seus percalços. (...) Portanto, volto ao início, à diversão, e acrescento: o conhecimento histórico humaniza no sentido mais amplo, porque ajuda a enxergar os outros homens, a enfrentar a própria condição humana.

Laura de Mello e Souza

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- S729i Souza, Danilo Rodrigues.
O ideário de industrialização e desenvolvimentismo nas representações do Diário da Borborema (1957-1979) / Danilo Rodrigues Souza. – Campina Grande-PB, 2016.
197 f. : il.
- Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Severino Cabral Filho".
Referências.
1. Campina Grande (PB) - Contexto Político - Período de 1957 a 1979.
2. Campina Grande (PB) - Contexto Econômico - Período de 1957 a 1979.
3. Campina Grande (PB) - Processo de Industrialização. 4. Campina Grande (PB) - Desenvolvimentismo. I. Cabral Filho, Severino. II. Título.
- CDU 321.01(813.3)(043)

O IDEÁRIO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO NAS REPRESENTAÇÕES DO DIÁRIO DA BORBOREMA (1957-1979)

RESUMO

Neste trabalho, fazendo uso das imagens e fotorreportagens encontradas no jornal Diário da Borborema, analisamos o contexto político, econômico e discursivo encontrado em Campina Grande entre os anos de 1957 a 1979, buscamos edificar um entendimento sobre o processo de industrialização proposto politicamente pelo presidente Juscelino Kubitschek e vivido economicamente pela cidade ao longo de nosso recorte temporal. No que concerne à construção de um ideal desenvolvimentista industrial a nível nacional, buscamos interpretar sua recepção regional e local e a busca da modernização do aparato urbano de Campina Grande através do conceito de “representação” colocado pelo historiador Roger Chartier. Fazendo uso dos discursos encontrados no diário como pedaços de um grande quebra-cabeça, preenchido progressivamente a cada minúcia e detalhe destacado nestas reportagens a partir de um olhar histórico, apurado e perspicaz, capaz de compreender por trás do contexto histórico-político os significados e entendimentos cabíveis dentro do momento histórico. Assim, se fez necessário o entendimento da História Cultural, empregando-a como norteador principal deste trabalho, fazendo uso da cidade e dos discursos que se construíram sobre ela como objetos passíveis de leitura. Ao abordarmos alocações e questões ligadas ao processo de modernização industrial da cidade, nos deparamos com interpretações e discursos não só propagados pelo Diário da Borborema, mas também por sua elite progressista interessada neste plano de ação para economia da cidade, além de nos determos a recepção destes discursos jornalísticos pela população campinense. Como desdobramentos da pesquisa, analisamos a recepção dos discursos modernizantes por parte da população e sua reverberação social e jornalística destacada pelo diário. Já politicamente, buscamos compreender o desenrolar das eleições de 1959 e 1963 à nível local, onde destacou-se nomes como Newton Rique, Severino Cabral e Williams Arruda e seus envolvimento com o ideal industrial. Já a nível nacional, entendemos o advento da Ditadura Militar e como suas mudanças atingiram as cidades do interior brasileiro, com destaque para Campina Grande, refazendo o rumo da industrialização campinense erigida como um novo passo para o progresso urbano, seguindo os ritmos do empório algodoeiro desenvolvido décadas antes.

PALAVRAS-CHAVE: Campina Grande; Desenvolvimentismo; Industrialização.

AGRADECIMENTOS

Em um primeiro momento, agradeço à minha família, pela formação e orientação, que fazem de mim o que sou hoje. A eles, devo meu respeito e carinho, minha atenção e cuidado.

Entre os familiares, destaco meu avô e avó, Genival (em memória) e Joana, que até hoje servem como modelos de homem e mulher dignos e honráveis. Meus tios João, Antônio (em memória) e Fernando, que em minha infância, juventude, e agora, maturidade, orientam e auxiliam meus passos como verdadeiros irmãos. Minha mãe e meu padrasto Maria José e Disraeli, que mesmo entre as diferenças e atritos, estiveram sempre ao meu lado. A meus irmãos mais novos, Disraeli Filho e Maria Clara, os quais vi crescer me permitindo a experiência única de servir como exemplo a eles. A alguns nomes que agora estão distantes de mim, mas que sei bem o quanto sou importante para eles da mesma forma como são para mim, em destaque João e Ildete (avô e avó). Ao meu pai, Lauro (em memória), que mesmo sem muitas oportunidades de tê-lo ao meu lado, me lapidou profundamente como exemplo de homem, amigo, marido, pai, filho, e todas as outras posições que ele ocupou nas vidas e memórias daqueles, que hoje, o lembram.

Ao meu orientador Severino Cabral Filho, dedico um sentimento de agradecimento que não posso mensurar. Sem ele, a confiança e a propriedade com que escrevi este trabalho não existiriam, as oportunidades não se abririam, o lugar que estou hoje, talvez não fosse possível. A ele, o meu profundo respeito.

Aos professores que me acompanharam durante a graduação e pós-graduação, os quais tenho como amigos e mestres inestimáveis. Com cada um deles, pude construir um importante pedaço do horizonte que hoje tenho em minha frente. Citando alguns deles sem ordem de prioridade, Gervácio Aranha, Celso Gestermeier, Benjamin Montenegro, Luciano Mendonça, Marinalva Vilar, Rosilene Montenegro, Juciene Apolinário, Keila Queiroz e todos os funcionários da Unidade Acadêmica de História e Geografia e do Programa de Pós

Graduação em História da UFCG, que ao longo dos anos facilitaram os meus passos.

Aos meus amigos e amigas (sem ordem, nem prioridade) Henrique Henriques, Ítalo Melo, Vladwoguer Bezerra, Davi Hugo e Igor Matheus Rodrigues, Carlos Arthur Nascimento, Matheus Freitas, Dannilo Estrela, William de Melo, Fabíola Fernandes, Karol Lins, Breno Amorim, Darlan Macedo, Rodolfo Almeida, Edifaildo Eudes, Roberta Gerciane, Priscila Gusmão, Ronnie Oliveira, João Batista Caetano, Edinete Rodrigues, Elizana Farias, e tantos outros, que em algum momento de minha vida, compartilharam momentos e memórias, que não desisto de rememorar-las.

A namorada inestimável e amiga inseparável, Mayrla Coutinho, que me forneceu um suporte emocional importante nos últimos dois anos de minha vida. Aquela a quem dedico minhas palavras mais polidas e carinhos mais sinceros. Obrigado meu amor, pela confiança, pela paciência e por nunca permitir que eu fraquejasse em minha vida ou em meus sonhos.

Agradeço também a tantos outros que em minha vida, puderam compartilhar uma conversa sincera, um gesto, incentivo, ou qualquer outra manifestação, que mesmo que impensada, me trouxe até aqui. Aos colegas que mesmo distantemente, com seus exemplos e palavras me inspiraram a seguir neste mundo acadêmico. A Fabiano Badu, Hilmaria Xavier e Alisson Pereira, agradeço os atos gentis que recebi.

Aos amigos e colegas de mestrado, que compartilharam suas dificuldades, alegrias e tristezas neste processo árduo de escrita de uma dissertação, exponho meu orgulho por ter compartilhado esta experiência com vocês. Alan Franca, Erichsen Fernandes, Kamylla Rodrigues, Raquel Guedes, Clébia Araújo, Hallison Bento, e outros que agora não me recordo um abraço forte e o desejo que nossas amizades se perpetuem pelos anos que virão.

A própria UFCG, minha segunda casa ao longo desses sete anos de graduação e pós-graduação e ao CNPq pelo financiamento do projeto e pela concessão da bolsa que me auxiliaram durante o mestrado.

Aos integrantes da banca examinadora, todo o meu respeito e admiração, agradecendo desde já suas palavras de sabedoria e experiência: Antônio Clarindo de Souza que desde a graduação alimentou em mim um enorme respeito e admiração por sua pessoa e por seu profissionalismo como professor e historiador; e Damião de Lima, que no pouco tempo em tive proximidade, conseguiu instantaneamente me cativar com sua serenidade e firmeza, somadas a sua competência como professor e colega de área. Aos dois, não poderia dedicar os meus mais sinceros agradecimentos.

Se deixei de lado o nome de alguém, foi pelo simples hábito ou defeito que tenho de esquecer. Pois sei bem que as palavras que aqui escrevo não condensam tudo aquilo que senti ou tudo aquilo que ainda sinto. As palavras, nunca representarão por completo as experiências que pude viver. Assim como Paul Ricoeur nos fala, “o esquecimento tem igualmente um polo ativo ligado ao processo de rememoração, essa busca para reencontrar as memórias perdidas, que, embora tornadas indisponíveis, não estão realmente desaparecidas”. Estão ali, mesmo que inconscientemente, fazendo de nós o que somos hoje.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1 CAPÍTULO I - AS SOBRAS DO “OURO BRANCO”: O FIM DE UM EMPÓRIO E AS PROMESSAS DE UM NOVO PROGRESSO..... | 30 |
| 1.1 O apreço pelo progresso e suas ausências: um breve histórico econômico da ação do ouro branco em Campina Grande..... | 31 |
| 1.2 O discurso progressista nacional: do desenvolvimento do país às fragilidades da região Nordeste..... | 39 |
| 1.3 Dos anos 1960: as sobras do “ouro branco”, os novos interesses nacionais e as novas prioridades campinenses..... | 66 |
| 2 CAPÍTULO II – UMA NOVA CAMPINA, UM NOVO CAMPINENSE? AS VIRTUDES E OS VÍCIOS DA CAPITAL DO TRABALHO..... | 84 |
| 2.1 De seu líder empresarial e político, o Diário da Borborema segue a risca os discursos desenvolvimentistas para Campina Grande..... | 85 |
| 2.2 O problema da fiscalização do espaço urbano campinense: o progresso disputando a cidade com a sujeira, os burros de carga e o comércio de calçada..... | 102 |
| 2.3 Os contraditores de uma modernização excludente: os facínoras, mendigos, menores de rua e tantos outros dissidentes do progresso..... | 113 |
| 3 CAPÍTULO III – A WALLIG NORDESTE S/A. E SUA CONSECUÇÃO EM MEIO A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA NACIONAL..... | 131 |
| 3.1 “A revolução da prosperidade” de Newton Rique e o discurso desenvolvimentista de Campina Grande: o município orientado politicamente sob o olhar industrial..... | 132 |
| 3.2 Os impasses da “revolução” militar ao retorno de Williams Arruda: a manutenção dos discursos desenvolvimentista em Campina Grande..... | 155 |
| 3.3 As novas prioridades do Governo Militar: a centralização econômica do país e seus impactos no desenvolvimentismo industrial de Campina Grande..... | 174 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 184 |
| REFERÊNCIAS..... | 189 |
| MATERIAIS IMPRESSOS CONSULTADOS..... | 196 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|-----|
| Imagem número 1: Reportagem de capa acerca da visita de Juscelino Kubitschek à Campina Grande para inauguração da Adutora de Boqueirão..... | 47 |
| Imagem número 2: Fotografia de uma criança de rua e sua possível mãe feita pelos repórteres do Diário da Borborema em mais uma de suas “caminhadas pela cidade em busca da verdade”..... | 124 |
| Imagem número 3: Charge de cunho político veiculada pelo PTB na caracterização da eleição de 1959..... | 139 |
| Imagem número 4: Charge presente na capa do Diário da Borborema, dividindo espaço com a reportagem sobre a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek..... | 153 |
| Imagem número 5: Foto da solenidade do lançamento da pedra fundamental da futura sede da “Telecomunicações de Campina Grande S. A.” (TELINGRA), de iniciativa municipal..... | 163 |
| Imagem número 6: Fotografia da estrutura da subestação da CHESF em construção no Distrito Industrial de Campina Grande, com o famigerado regulador automático ao fundo..... | 168 |
| Imagem número 7: Foco do regulador automático da CHESF, que já estava instalado no momento da reportagem..... | 168 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela número 1: Evolução Anual das Exportações, das Importações, da Inflação e do Produto Interno Bruto (PIB) – Período 1942-1963..... | 42 |
| Tabela número 2: Participação Regional na Renda do País – 1970..... | 57 |
| Tabela número 3: Indústrias de Campina Grande (PB) beneficiadas com projetos da SUDENE durante a vigência do I e II Plano Diretor – 1961/63 e 1963/65..... | 164 |
| Tabela número 4: Indústrias de Campina Grande (PB) beneficiadas com projetos da SUDENE durante a vigência do III Plano Diretor – 1966/68.... | 165 |
| Tabela número 5: Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), por períodos (em %). | 175 |

INTRODUÇÃO

O trabalho em Campina Grande, Paraíba, a muitas décadas tornou-se símbolo fundamental do orgulho campinense. Representou o motor de impulso e desenvolvimento urbano, e por isso, em muitos momentos de sua história, recebeu grande destaque regional e nacional. Hoje, para além de detentora de “O Maior São João do Mundo” ¹, esta cidade paraibana que também se outorgou o título de “capital do trabalho” ², se viu desde sua fundação, a partir tropeiros da Borborema, impregnada pelo discurso que valoriza o comércio, o trabalho e a constante circulação de pessoas e mercadorias.

Chamada de “Liverpool tropical” pelos seus homens de letras durante as primeiras décadas do século XX logrou destacar-se como grande exportadora de algodão, realizando a circulação mercantil do algodão arbóreo (tipo que atingia melhores cotações comerciais na época) produzido na vasta região semiárida do Nordeste. Logrou, além disso, o desenvolvimento de uma considerável produção têxtil, fazendo discursivamente do trabalho o motor de fundação e funcionamento de Campina Grande.

No final da década de 1950, importantes transformações alcançariam a cidade e todo o país a partir da ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da República e das mudanças do contexto político e econômico, agenciando incentivos nas áreas da industrialização, urbanização e construção de estradas. Do I Encontro dos Bispos do Nordeste e seus desdobramentos no que tange a busca de alternativas no combate ao subdesenvolvimento da região, encontra-se a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) no ano de 1959, agenciando os esforços financeiros para ali direcionados.

¹ Como assim caracterizou Ronaldo Cunha Lima em 1986, prefeito de Campina Grande, ao inaugurar o Parque do Povo. Ainda, em verso, disse: “*Grande festa nordestina/Forró a cada segundo/Vamos fazer em Campina/O maior São João do Mundo*”. Acerca desta alcunha, sugerimos o documentário “O Maior São João do Mundo (1987)” produzido em 1988 pela JTP Publicidade e dirigido José Tadeu Pereira, para a Prefeitura de Campina Grande.

² Um dos epítetos grandiloquentes associadas à imagem de Campina Grande a partir do projeto articulado pelas elites intelectuais e política do município na primeira metade do século XX, mais especificamente entre os anos de 1930/1940, época de profundas transformações materiais e imateriais geradas pelas benesses do “ouro branco”.

A SUDENE objetivava o nivelamento socioeconômico das regiões brasileiras, coordenando a distribuição de incentivos fiscais para o crescimento do setor industrial no Nordeste brasileiro. De tal modo, não demorou muito para que tais empreendimentos alcançassem também Campina Grande, recebendo sua tão ansiada “dose” de modernização e desenvolvimento.

Deste plano de desenvolvimento, Campina Grande parece ser favorecida materialmente e imaterialmente, absorvendo através de uma elite intelectualizada as orientações do governo federal em relação a indústria e os preceitos do Encontro dos Bispos sob as novas estratégias de planejamento. Como em outras regiões do país, as primeiras indústrias tecnicamente modernas começam a aportar na Rainha da Borborema³, buscando empregar boa parte da mão de obra campinense.

Em um contexto histórico próximo, mais exatamente no dia 2 de outubro de 1957, nascia em Campina o jornal Diário da Borborema (o jornal será identificado ao longo do texto por “DB”), ligado à um grupo de comunicação já instituído nacionalmente, observado que ele fazia parte dos Diários Associados, grupo comandado pelo jornalista e político paraibano Assis Chateaubriand⁴. Em suas primeiras edições, já indicava os primeiros aparatos para o progresso e modernizações industriais da cidade, veiculando representações jornalísticas sobre os passos necessários para o projeto industrial que a elite progressista campinense aspirava.

Em suas primeiras páginas, os primeiros aparatos de uma modernização industrializante da cidade já eram noticiados, dando os passos necessários para o projeto industrial que seria colocado em prática a seguir. O Diário se transforma, logo em suas primeiras edições, em uma influente ferramenta política, sugerindo – e também afirmando – quais eram os aparatos técnicos

³ Outro “*título*” concedido à cidade a partir de sua localização no alto do Planalto da Borborema. Assim, se fundia ao mito fundador de Campina as características que a colocaram como cidade que mais cresce no interior do norte e nordeste do Brasil.

⁴ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, reconhecido em todo o país por Assis Chateaubriand ou por Chatô (após a publicação da biografia de Fernando Morais), foi um dos homens mais influentes no Brasil e fora dele ao longo das décadas de 1940 e 1950. Foi dono de um império jornalístico, os Diários Associados, reuniu dezenas de jornais, revistas e estações de rádio. Pioneiro da televisão no Brasil, criando a TV Tupi em 1950, adicionou ao seu aparato jornalístico, diversas emissoras de televisão espalhadas pelo país.

necessários para receber as indústrias (como a conclusão do Açude do Boqueirão e aumento do fornecimento de energia, a construção de um parque industrial preparado para receber tais indústrias, a melhoria e alargamento das ruas e principais estradas da cidade que facilitariam o ir e vir de matérias primas e produtos) e os nomes daqueles que buscavam o futuro da cidade através da industrialização campinense.

Aos poucos, a preparação e a implantação de um parque industrial de grande porte na cidade de Campina Grande foram representadas e anunciadas através das páginas do Diário da Borborema, que graças ao seu envolvimento político com Kubitschek na época, não mediu esforços para propagar a todos os campinenses as benesses que tal nível de modernização promoveria na cidade. Gerando certo nível de expectativa em várias esferas da sociedade campinense, promoveu uma mudança considerável no comportamento e na vida dos indivíduos que a constituíam.

Os discursos progressistas encontrados nas reportagens do DB influenciaram campinenses, setores produtivos e outras esferas, cada vez mais interessados nas benesses da industrialização. Tais discursos se caracterizavam como civilizadores, disciplinadores e idealizadores de um sistema de códigos, de costumes e de atitudes que deveriam ser tomados como modelo por todos. Boa parte das críticas dos intelectuais da época colocava em contraposição duas Campinas distintas⁵: uma velha, atrasada, rural e bruta, vivida por boa parte de seus habitantes, mas que deveria ser esquecida, em detrimento de outra, moderna, civilizada e desejada para um futuro próximo, cujo desenvolvimento econômico vivido pelo recém-criado distrito industrial seria o principal impulsionador. Percebesse uma clara influência dos discursos veiculados pelo DB a partir dos programas nacionais desenvolvimentistas vividos naquele momento.

Afinal, esses campinenses (leia-se suas elites progressistas e respectivos porta-vozes) que estavam a reivindicar toda a potencialidade deste

⁵ SOUZA, Danilo Rodrigues. *“Planejar para industrializar”: as promessas de Industrialização em Campina Grande nas páginas do Diário da Borborema (1957-1964)*. Monografia de Graduação. Campina Grande, UFCG. 2014.

“desenvolvimento industrial” perderam muito com o esvaziamento de sua condição de grande empório do algodão, no fim dos anos 1950. O arrojo dos anos áureos do algodão (compreendidos entre a década de 1920 e meados da década de 1950) e o seu fim promoviam a necessidade de encontrar um novo plano de progresso. Uma nova razão para o crescimento da cidade.

O ápice desta industrialização campinense se deu no ano de 1967, com a chegada da indústria Wallig Nordeste S/A – Indústria e Comércio, uma grande empresa de origem gaúcha, que atuava no ramo de fogões a gás, exportando para vários países da América Latina, considerada uma das principais indústrias do país. Diante do que isso poderia representar simbolicamente para a elite campinense, a então capital do trabalho ganhava também entre seus “títulos”, a honra de manter em seu parque industrial a “rainha das indústrias” representada pela Wallig. Jornalisticamente, entendesse a chegada da Wallig em Campina Grande sinalizou o esforço necessário para que a cidade deslanchasse de vez em seu âmbito industrial.

Tais reflexões acerca da cidade de Campina Grande e seu processo de modernização e industrialização estão contidas em uma discussão maior, onde um estudo pautado sobre o espaço da cidade e as relações que nela se fazem presentes se torna imprescindível para o contínuo desta pesquisa. Entendemos que, sobre as cidades, muito já foi escrito, onde historiadores e demais cientistas sociais nos legaram novas possibilidades para pensa-la, senti-la e representa-la. A intensidade da produção destes escritos que viam na cidade o âmago de sua discussão aumentou consideravelmente no século XX, o chamado “século da urbanização”⁶. Século este em que a população mundial começa sua transição para as principais cidades, invertendo as proporções entre o mundo rural e urbano.

A cidade, antes vista como espaço de exceção, ao reverter esta coerência, se torna o ponto chave para o desenvolvimento de vários estudos sociais, encantados com sua malha de complexidades. Neste processo, a História e seus profissionais não puderam resistir à tentação de estudar os

⁶ BARROS, José D'Assunção. *“Cidade e História”*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007.

mais diversos aspectos da urbe, suas potencialidades, perspectivas e representações como objeto e espaço particular de organização social.

Configurava-se assim a cidade como um importante objeto de conjectura para os cientistas sociais, preocupados em entender o “viver urbano”, suas características e imbricações. A cidade cada vez mais se assemelhava a um texto, onde as possibilidades analíticas cresciam exponencialmente a cada signo desvendado, a cada trama social iluminada, a cada código grafado em suas ruas e apropriações⁷.

Já sobre as experiências modernas urbanas e suas tessituras, é importante dialogarmos com os postulados definidos pelo filósofo Marshall Berman. Ele nos aponta que o “ser moderno” é entendido como se localizar em um espaço e tempo onde o desafio e a aventura se prontificam a todo o momento, onde o crescimento e a busca por poder são experimentados por todas as pessoas. A transformação de si e dos espaços ao redor é quase que uma constante, colocando em perigo tudo aquilo que já veio a ser definido até então em nossas vidas.

Dito isso, para o estudo histórico sobre as cidades, estas que são entendidas como espaços de transição e transformação, a definição de modernidade e modernização tornam imprescindíveis já que serão termos recorrentes em nossa escrita, ligados também ao progresso e ao desenvolvimento urbano.

Berman define a modernidade como sendo um conjunto de experiências que cada sujeito vive consigo e seus semelhantes. Experiências transformadoras, que redefinem os mais diferentes conceitos, sujeitos e papéis, dando novos significados a tudo aquilo que impregna nosso cotidiano. Sobre a modernização, Berman aponta para as transformações de uma sociedade, levando-se em consideração os aspectos técnicos e materiais através do

⁷ CERTEAU, Michel de. *“Caminhadas pela cidade”*. In: A invenção do cotidiano: 1- Artes de Fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

processo de industrialização e urbanização, onde outras mudanças sociais se tornam consequência, alterando as aparências e os comportamentos⁸.

Seguindo o rastro deste debate historiográfico sobre a cidade, se faz necessário lançar luz ao entendimento da História Cultural, utilizando-a como norteador deste trabalho e esclarecendo seu entendimento da cidade como objeto de estudo. Ao pensar tais questões relacionadas ao processo de modernização industrial vivido pela cidade de Campina Grande e seus habitantes, sejam estes trabalhadores ou homens de letras, se torna essencial tecer um diálogo com esta vertente historiográfica.

Ela permitiu um enorme alargamento dos caminhos existentes para a investigação histórica, autorizando para nossa ciência a utilização de novos temas e fontes de pesquisa. Como Roger Chartier⁹ nos esclarece tal vertente teórica tem por objeto fundamental identificar como os diversos espaços e momentos de uma determinada realidade social são edificados, aprovados e passíveis à leitura.

Desta forma, o estudo do passado e de suas realidades se tornaria possível através das representações relativas à pesquisa – discursivas e imagéticas – que delinearam as formas que os homens encontraram para se expressarem e expressarem o mundo ao seu redor. Logo, torna-se possível observar entre discursos construídos e propagados pelo Diário da Borborema seus interesses, seus usos e desusos, a quem eles atendiam e a quem pretendiam alcançar. Ao buscar outras leituras e ângulos para além daqueles já “vendidos” pelo jornal, amparando-se no contexto econômico e político de Campina Grande, é possível encontrar “aqui e ali” ranhuras, frestas, fraturas por onde uma “outra realidade” (não pretendida) é visualizada no diário. Como uma criança que busca diferentes ângulos para compor uma imagem completa através de uma pequena fechadura, alcançamos outra realidade para além daquela “porta fechada” diante de nós.

⁸ BERMAN, Marshall. *“Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁹ CHARTIER, Roger. *“A História Cultural: entre práticas e representações”*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

Assim, o conceito de “representação” apresentado por Chartier se faz pertinente e se entende que tais representações de determinado mundo social referenciam o posicionamento, os discursos e os interesses de atores sociais, no intuito de descrever suas realidades da forma como se apresentam para eles, como são pensadas ou desejadas. Os textos (em suas diversas formas e apresentações) se colocariam como um pedaço do real, uma representação da realidade, uma versão do fato histórico encarado como primordial para o desenvolvimento do estudo.

Com o apoio deste conceito, entendemos o passado como uma existência representada, presa a um espaço e tempo a que a fonte histórica remete, proporcionando sua existência e permanência no tempo. A representação e sua relação às práticas sociais são o ponto de partida para a História Cultural e a tarefa do historiador acaba consistindo na apreensão dessas representações, das pluralidades de realidades e sentidos, identificando o processo de constituição da realidade social de determinado lugar em diferentes momentos históricos.

Mas é importante para o historiador empenhado em seu papel, atentar para uma característica intrínseca das representações, que adquirem diversos sentidos graças às realidades sociais em que estão inseridas. A construção das mesmas não seguem discursos neutros, mas sim subjetividades daqueles que as forjaram, a partir do ir e vir de interesses, estratégias e práticas que funcionam de acordo com seu tempo histórico. Lançam táticas e métodos que forcem seu domínio e hegemonia a custa da “derrota” de outros discursos, limitando ou extinguindo seu espaço de ação. A produção de uma autoridade à custa de outras, a legitimação de um projeto sob o pretexto de preencher os espaços vazios de outrora. São discursos marcados por influências de toda ordem, que se tornam inteligíveis apenas inseridas no contexto em que foram produzidas.

Analisar e trazer à tona tais representações exige de nós, historiadores, certo nível de destreza na identificação dos símbolos que as compõem, como também no domínio dos símbolos do contexto histórico de onde elas emergem,

permeado por conflitos, por tensões, e possibilitando caminhos múltiplos de investigação.

Como Sandra Pesavento nos fala, as representações são bem mais profundas do que aquilo que está à mostra ao considerarmos também o momento histórico e o contexto social de suas construções. Ao utilizar as representações na produção de um saber histórico, conseguimos perceber a forma como os homens expressaram seus mundos. Assim, construir uma representação a partir de outras representações¹⁰, faz com que nossas reflexões sejam feitas a partir das práticas vividas pelo indivíduo em seu tempo.

Procedendo desta forma, o historiador adquire a capacidade de captar essa multiplicidade de sentidos e rebuscar a construção de significados contidos nas representações utilizadas por ele em sua pesquisa. Pesavento¹¹ reafirma que da história se pressupõe que ela própria, se faça representação de algo passado, fazendo com que a todo o momento lidemos e criemos novas representações. Sendo representações, tanto nossas fontes quanto nossos esforços historiográficos devem ser entendidos não como uma verdade absoluta em face de outras “verdades” descartadas. Mas sim, lugares de verdade, realidades sociais possíveis, pensáveis, razoáveis, que a todo instante são revisitadas, repensadas, reapropriadas, fazendo da História uma ciência de renovação e constante produção.

Aos nos debruçarmos sobre o entendimento da cidade dentro dessa postura da História Cultural, percebemos não só como um lugar, um espaço, mas, acima de tudo, como uma resposta a ser questionada, se tornando um objeto de reflexão e estudo¹². Deixa seu aspecto de simples delimitação espacial para o foco da pesquisa do historiador, semelhante a um tablado onde

¹⁰ Ver mais em RICOEUR, Paul. *“Sobre a tradução”*. Tradução e prefácio de Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011; e ARANHA, Gervácio Batista. *“História e Representação: por uma nova mimeses?”* In: FARIAS, Elton John da Silva e ARANHA, Gervácio Batista (organizadores). *Epistemologia, Historiografia e Linguagens*. Campina Grande: EDUEFG, 2013, p. 27-56.

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *“Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”*. In *Estudo Históricos*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995, Vol. 8, nº 16, p. 279-290.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *“História & História Cultural”*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

a história se desenrolaria, tornando-se o problema a ser respondido pela pesquisa, fazendo-se o componente básico do trabalho historiográfico, o artista principal da obra teatral.

Para nós nos interessa da cidade não só seus vieses econômicos e sociais, mas também as representações que se fazem dela, e se fazem nela, tornando-a um desafio a ser enfrentado. Usando a História Cultural e as ferramentas analíticas que ela nos dispõe, avaliamos a cidade e seus fenômenos a partir de seus bens e produções/construções sociais, abrindo espaço também para a interpretação dos centros urbanos através de suas práticas e representações sociais.

Acreditamos que, para o exercício deste trabalho, precisamos ir além dos escritos já estabelecidos na historiografia europeia, discutindo também com trabalhos de outras referências teórico-metodológicos pertencentes a uma produção mais próxima de nós, que tomam o Nordeste, a Paraíba e a cidade de Campina Grande como objeto de conjectura. Leituras que hoje possibilitam uma considerável dilatação dos temas e que renovam cada vez mais a historiografia. Mesmo que muitas vezes se coloquem em recortes temporais distantes do nosso, se fizeram de extrema importância no que tange o enriquecimento da discussão e o aprofundamento da mesma.

Assim, filtrando alguns trabalhos historiográficos que levam as cidades nordestinas, em particular à cidade de Campina Grande, como âmago da pesquisa, elencamos alguns trabalhos que nos ajudaram na discussão da cidade, na construção do contexto histórico, econômico e político em questão e na reflexão sobre a modernização das cidades e na construção dos sentimentos de avanço e progresso; também, sobre a construção de expectativas sobre o moderno levantadas a partir de experiências de outros centros urbanos.

Recorremos aos trabalhos de importantes historiadores nordestinos como Severino Cabral Filho¹³, Alarcon Agra do Ó¹⁴, Fábio Gutemberg Bezerra

¹³ CABRAL FILHO, Severino. *"A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)"*. Tese de Doutorado. UFPB/PPGS, João

Souza¹⁵, Gervácio Batista Aranha¹⁶, Antônio Clarindo Barbosa Souza¹⁷ e Rosilene Dias Montenegro¹⁸, que fundamentaram a historicização deste trabalho, ao abordarem a história de Campina Grande em diferentes ou semelhantes momentos históricos ao nosso, analisando suas tensões e sociabilidades, aspectos políticos, culturais e econômicos, seus personagens e agentes de transformação social.

Sobre o tema e a metodologia deste trabalho, percebemos que tanto historiadores como também de estudiosos afins já escolheram como tema de pesquisa as cidades e suas diferentes representações em um momento específico e importante da história da Paraíba. Avaliados a partir de diferentes aportes teóricos e metodológicos, esses pesquisadores têm buscado respostas a temas candentes, que ainda hoje são um desafio, ao proporem questões que trabalham nossa constituição social, econômica e cultural.

Sobre as fontes, não são poucos os pesquisadores sociais contemporâneos¹⁹ que já deixaram de lado toda e qualquer possível

Pessoa, 2007; _____. *"A cidade revelada: Campina Grande em imagens"*. Campina Grande: EDUEG, 2009.

¹⁴ AGRA do Ó, Alarcon. *"Projetos em cena: uma eleição municipal em Campina Grande, em 1959"*. In: Saeculum. Revista de História, nº 6/7, Jan./Dez., 2000/2001, p. 153-170; _____. *"Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades. Campina Grande (1959)"*. Campina Grande: EDUEG, 2006.

¹⁵ SOUSA, Fábio Gutemberg R. Bezerra. *"Os paradoxos de um processo de urbanização: o caso de Campina Grande – 1935/1945"*. In: Cadernos Nordeste em Debate, Ano I, Nº01, Campina Grande-PB, 1993; _____. *"Cartografias e Imagens da cidade: Campina Grande – (1920-1945)"*. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2001.

¹⁶ ARANHA, Gervácio Batista. *"Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)"*. Dissertação de mestrado em sociologia, UFPB, Campina Grande-PB, 1992; _____. *"Seduções do moderno na Paraíba do norte: Trem de Ferro, Luz elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)"*. In: A Paraíba no Império e na República. 3ª edição. Campina Grande: EDUEG, 2006.

¹⁷ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. *"Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)"*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2002.

¹⁸ MONTENEGRO, Rosilene Dias. *"Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno"*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2001; _____. *"História e imaginário nos anos 1950, em Campina Grande"*. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

¹⁹ Maria José Lira. *"Um projeto que (não) deu certo: estado desenvolvimentista e industrialização – Estudo da indústria Wallig Nordeste S/A: Campina Grande – PB"*. Dissertação de Mestrado em História. UFPE, Recife, 1991; BARRETO, Maria Cristina Rocha. *"Imagens da Cidade: a ideia de progresso nas fotografias da cidade da Paraíba (1870-1930)"*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1996; DIAS, Odete da Conceição. *"O trabalhador no discurso fotográfico do jornal A GAZETA (1930- 1945)"*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 1993; FERNANDES, Silvana

desconfiança em relação ao material vindo da imprensa e utilizada na pesquisa. Isso graças ao entendimento de que a construção destas fontes tenham sido baseadas em informações impregnadas por interesses particulares ou institucionais, se dobrando a poderes econômicos, políticos ou socioculturais.

Esses estudos nos mostram que todo documento histórico proveniente da imprensa não deve ser considerado o reflexo tal qual da realidade, mas sim um lugar onde há uma representação do real. Refletindo sobre o uso das notícias jornalísticas, devemos ficar atentos a presente subjetividade dos redatores e do corpo editorial responsável pelo material trabalhado. Se entendermos que todo autor está ligado a sua classe social e ao seu momento histórico, também entenderemos que aqui reside a impossibilidade de sua imparcialidade, pressuposto básico que outrora conduziu a pesquisa positivista. Logo, cabe ao historiador identificar as minúcias e características que validem a autenticidade do documento e seu valor historiográfico para pesquisa.

A imprensa e seu material produzido e utilizado por nós, historiadores, hoje vistas como fontes primárias de importante valor e significado, atravessou um longo caminho até encontrar seu espaço dentro da História e de suas produções acadêmicas. Durante os anos 1970, os estudos produzidos pela historiografia brasileira que se valeram dos periódicos eram escassos. A imprensa era vista como algo sobre a qual o historiador deveria dizer algo, mas não como fonte de discursos e experiências humanas. Os historiadores neste momento a tomavam como algo menor, parcial, como já dito anteriormente, distorcido e pouco aproveitável.

Desta forma, durante muitos anos a utilização da imprensa como fonte de estudo para as pesquisas históricas foram deixadas de lado, tendo seus

Torquato. *“Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960-1980)”*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFCG, 2011; MATIAS, Allison Luna. *“Vozes dissonantes do “progresso”: cotidiano, exploração e resistência dos operários em Campina Grande (1930-1965)”*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2013; SOUZA, Danilo Rodrigues. *“Planejar para industrializar”: as promessas de Industrialização em Campina Grande nas páginas do Diário da Borborema (1957-1964)”*. Monografia de Graduação. Campina Grande, UFCG. 2014; SOUZA, Fabiano Badú de. *“Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958)”*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2013.

discursos observados como interesses manipulados e manobrados. Como nos mostra Tania Regina de Luca, “os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado” já que estes eram “realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”²⁰. Entretanto, os esforços por trás da produção historiográfica da Escola dos Annales²¹, após sua terceira geração, mais especificamente, promoveu uma busca por novos horizontes de pesquisa. Ocasinou, também, a abertura de novas ferramentas e possibilidades para o historiador, que passa a se valer de novas fontes, amparadas por teorias que validam suas utilizações dentro do processo de produção do saber histórico.

Com a renovação das diferentes correntes historiográficas identificadas nos últimos anos, a ampliação dos campos de pesquisa e escrita histórica se torna consequência, e seu horizonte de temas se expande tornando possível ao historiador lançar um novo olhar sobre seus objetos de pesquisa. Com isso, se torna mais fácil estabelecer uma complexa, mas interessante multiplicidade de ferramentas de trabalho. Alcançaram-se novas áreas, novas fontes que cada vez mais auferem importância ao trabalho de restituir sentidos às experiências humanas ao longo do tempo²².

O periódico, antes declarado fonte suspeita e de pouco valor, acaba sendo reconhecido como material de pesquisa importantíssimo para o estudo de uma época, já que, com essas multiplicidades de novas fontes, as entenderíamos como singulares recortes do real “produzindo questões renovadoras, propiciando a descoberta de documentação até então não visualizada como aproveitável pela história, ou então a revista de velhas fontes iluminadas por novas perguntas”²³.

Suplantando os limites impostos pela historiografia positivista, os periódicos recebem o destaque e importância dentro da pesquisa histórica, ao

²⁰ LUCA, Tânia Regina. “A História dos, nos e por meio dos periódicos”. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2005, p. 112.

²¹ BURKE, Peter. “A Escola dos Annales: 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia”. Tradução de Nilo Odália. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

²² LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (Organizadores). “História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos”. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988, 3 vols.

²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História & História Cultural”. 2ª ed. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

abrirem inúmeras portas de interpretação e entendimento próprias desta fonte, se tornando uma das mais usadas matérias-primas do historiador. Abraçamos sua subjetividade, sua passividade, as forças de poder de sua época, entendendo-o como mais um veículo de discursos, mais um suporte onde encontramos o diálogo de fatos e verdades, transmitidos e/ou produzidos. Uma expressão de seu tempo, produzido por ele e para ele²⁴.

Tais fontes, sendo o composto principal de nosso corpus documental, tem a característica especial de permitir a análise dos acontecimentos, para além dele mesmo, observando sua atuação e representação dos fatos cotidianos, se tornando um conjunto de memórias de seu tempo. São fatos apresentados sequencialmente, de maneiras diversas, onde várias versões de um mesmo acontecimento são colocadas lado a lado, uma somando-se ou subtraindo-se da outra, enriquecendo a reflexão do historiador. O jornal acaba apresentando-se como uma influência histórica, que intervém diretamente nos eventos e na forma como eles são recepcionados²⁵.

O Diário da Borborema, uma das principais mídias no Estado da Paraíba, se empenhou consideravelmente em seguir os processos e transformações vividas pela cidade, sejam econômicas, políticas ou sociais. Desta forma, buscou representar sob sua própria ótica, as vivências, as experiências que remetiam à caminhada de transformações e modernizações vividas por Campina Grande, como também, não deixou de listar e apontar as falhas políticas, comportamentais e desviantes que inapropriadamente impediam o crescimento da capital do trabalho. Tal postura apresentada pelo DB se alinhava às discussões políticas e econômicas vividas nacionalmente, representando as novas formas de progresso e desenvolvimento, as novas autoridades e anseios, as novas vontades de uma elite local, transmitidas como interesse uno de toda a cidade.

²⁴ DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. (org.). *“Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800”*. São Paulo: Edusp, 1996.

²⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Organizadores). *“História e imprensa: representações culturais e práticas de poder”*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

Consequentemente, do DB faz-se fundamental questionar toda sua estrutura, inquerindo desde a disposição das informações, do título, o destaque das figuras, formatos, personagens e fontes; do destaque de determinados acontecimentos e a suplantação de outros; dos posicionamentos políticos, econômicos, sociais, claros ou subliminares; de sua linguagem, de seu público alvo, do corpo editorial. São pontos que se apresentam a cada página folheada, marcos que carregam com eles respostas aos nossos questionamentos ²⁶.

Apoiando-nos em seu contexto histórico, no formato em que foi feito, no conteúdo a que remete e em seu conjunto de palavras e sentidos, buscamos rastros, indícios que nos ajudaram a representar mais fidedignamente o passado a qual buscamos. Ao analisar as fotorreportagens, para além de todo o conjunto de interesses que moveram o artista no processo de produção da imagem, também poderemos apreciar, como historiadores, aspectos periféricos a esta produção, nuances exteriores, que o produtor da representação nem se deu conta de abarcar. Que em seu processo como mediador cultural, fez-se cristalizar

(...) as leituras que podem ser feitas dessas imagens a partir dos decodificadores a ela agregados (que podem ser significados das expressões de um rosto aos elementos simbólicos do vestuário e da circunstância da fotografia), permitem o seu “descongelamento”, na medida em que possibilitam a revelação da dimensão sociológica e antropológica do que foi fotografado. É a operação imaginativa, portanto, que ao remeter a imagem fotográfica para o âmbito da história, da cultura e das relações sociais lhe atribui significados, que a descongela, que a faz pulsar.²⁷

A partir de um estudo profundo sobre o tratamento de arquivos e fontes para pesquisa histórica, ficou claro que para a produção de um saber

²⁶ MAUAD, Ana Maria. “O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Organizadores). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006; SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. “A leitura crítica do documento”. In: História & Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

²⁷ CABRAL FILHO, Severino. “A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)”. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007, p. 7-9.

historiográfico, é imperativo a utilização de fontes que irão respaldar nosso discurso. Para este ofício, nos valem dessas fontes que compõem a superfície do passado por onde pretendemos caminhar. Cicatrizes de uma época, espaço e sociedade que só temos noção de sua vivência graças a estas marcas que permaneceram no tempo. Como um investigador que precisa das pistas para desvendar um crime, o historiador se vale de suas fontes para representar o passado.

Analizando as imagens escolhidas e produzidas para ilustrar as reportagens que anunciavam os preparativos e a chegada da modernização industrial em Campina, metodologicamente fazemos uso do chamado “paradigma indiciário” proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg. Em sua obra “Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história”²⁸, o autor trabalha tal conceito interligando-o ao conceito de semiologia médica (as bases do diagnóstico clínico), caminhando desde os escritos do crítico de arte e médico Giovanni Morelli, atravessando os contos de Arthur Conan Doyle²⁹ (também médico e criador de Sherlock Holmes), alcançando os textos do psicanalista Sigmund Freud. Aproximando tais obras e estudiosos, Ginzburg percebeu um pequeno fio que se arrastava tanto na análise das pinturas que Morelli desenvolveu ao se focar nos “pormenores negligenciáveis”, na perspicácia de Sherlock ao solucionar crimes impactantes a partir de “indícios imperceptíveis para a maioria” e nos métodos que instituíram a psicanálise freudiana, ciência que se utiliza dos “detritos” e “refugos” de nosso olhar para penetrar no concreto e oculto do nosso ser.

Esses escritos possibilitariam a criação de uma fórmula interpretativa onde o detalhe e o secundário – ou na linguagem médica, os sintomas e os indícios – permitiriam a nós, historiadores, apreender realidades distantes de nós historicamente de forma mais palpável. Claro que aqui não procuramos o real, o verdadeiro e o inquestionável do qual outrora, a História se ocupou.

²⁸ GINZBURG, Carlo. “*Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*”. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo, Cia. das Letras, 1980.

²⁹ Atentar para o conto “*A caixa de papelão*” presente no livro “*Memórias de Sherlock Holmes*”, onde Conan Doyle deixa clara a influência da medicina e de seu método semiótico para a resolução do crime, quando Holmes ao observar a anatomia humana, mais especificamente do formato da orelha, consegue elucidar o caso em questão.

Ginzburg propõe uma aproximação do real, o observar e representar de experiências plausíveis, que podem ter acontecido; a substituição da verdade pela verossimilhança, captando “uma realidade mais profunda, de outra forma, inatingível” ³⁰.

Centrados nestas perspectivas teóricas e metodológicas, produzimos nossos estudos acreditando na possibilidade de uma análise destas imagens e reportagens feitas em Campina Grande – aferindo a partir de um estudo cauteloso acerca de outros indícios que representam tal cidade – como veículos onde a elite e os intelectuais campinenses desenharam idealmente uma cidade moderna e progressista.

Campina Grande desejava para si um novo passo de sua história grandiosa. Construía imagens que remetiam ao ritmo de progresso, desenvolvimento e civilização. A indústria, esse novo momento da economia nacional não seria destoante de todo o passado de glória e adiantamento que a Rainha da Borborema estava acostumada. Os discursos emitidos pelo DB representavam uma cidade avançada, moderna, que a muito vivia um crescimento espacial e comercial e que muitas vezes alcançavam patamares que a própria cidade ainda não havia experimentado. Eram desejos movidos por experiências passadas, uma cultura do progresso que a muito acompanhou os campinenses.

Através da pesquisa desenvolvida entre os anos de 2012 e 2014, com o projeto de pesquisa PIBIC intitulado “Imprensa, trabalho e trabalhadores em Campina Grande - PB (1957-1980)” ³¹, que estimulou o desenvolvimento de diversos trabalhos acadêmicos e a produção de uma monografia de graduação, sendo esta dissertação também um desdobramento desta pesquisa. Dissertação esta que abrange a construção de um distrito industrial e a recepção de importantes nomes da indústria nacional e internacional, entendendo como a cidade de Campina Grande e as categorias trabalho e

³⁰ Ibidem, p. 150.

³¹ Projeto de pesquisa PIBIC/CNPq elaborado e orientado pelo Professor Doutor Severino Cabral Filho da UAHG/CH/UFCG, e executado pelo aluno bolsista Danilo Rodrigues Souza. Inicialmente a pesquisa consistiu no processo de digitalização do jornal Diário da Borborema entre os anos de 1957 até o ano de 1980, resultando em mais de 50.000 páginas digitalizadas.

trabalhadores sendo representados nos discursos presentes no jornal Diário da Borborema entre os anos de 1957 e 1979, no contexto de implantação como a sua principal motivação para desenvolvimento.

Temos o intuito de produzir um estudo sobre Campina Grande, Paraíba, importando-nos os discursos elaborados sobre o distrito industrial, levando em consideração os operadores deste processo de transformação. Buscamos assim entender o papel que lhes fora atribuído por esse órgão noticioso, as imagens literárias e fotográficas produzidas a partir de suas ações nesta circunstância tão favorável às ambições modernizantes características dos porta-vozes das elites empresariais de Campina Grande. Assim, objetivamos verificar as expectativas, os desejos e as frustrações sobre a modernização industrial da cidade, analisando a importância do trabalho industrial e as transformações urbanas neste processo.

No que tange ao recorte temporal desta pesquisa, tomamos como ponto de partida o ano de 1957, mais precisamente o dia 2 de outubro, data de início das publicações do jornal Diário da Borborema que tomamos como fonte principal do projeto, época que também remete aos primeiros anos do mandato de Juscelino Kubitschek, a atuação do I Encontro dos Bispos do Nordeste em 1956 (acontecido na cidade de Campina Grande) trazendo à tona as necessidades de inclusão e incentivo a produção de riquezas no Nordeste através da industrialização. Deste encontro, houve uma movimentação política e a formação de um grupo político que depositou sua confiança do progresso e no desenvolvimento industrial. Deste grupo, identificamos a figura de Newton Rique, banqueiro que ganhou grande destaque nas páginas do Diário da Borborema.

Sendo assim, poderemos observar no primeiro capítulo desta dissertação, a construção do contexto histórico vivido pelo país no que concernem as esferas políticas e econômicas, como elas reverberam na economia e na política de Campina Grande. São elas transformações e modernizações que vividas em meio ao mandato do presidente Juscelino Kubitschek, da construção de novos discursos e soluções para as fragilidades

da região Nordeste e da recepção destes discursos desenvolvimentistas pela população campinense através do Diário da Borborema.

No segundo capítulo destacaremos as principais reportagens e fotorreportagens contidas no jornal Diário da Borborema e suas representações do trabalho e do trabalhador industrial, esclarecendo sua participação e o papel que a eles fora atribuído por esse órgão noticioso. Da mesma forma, destacaremos o papel do DB como vigilante de costumes e hábitos condenáveis, dando destaque às imagens literárias e fotográficas produzidas a partir de suas ações nesta circunstância tão favorável às ambições modernizantes características dos porta-vozes das elites empresariais de Campina Grande.

E, por fim, no terceiro capítulo, dentre as representações jornalísticas, trabalharemos aquelas que, em torno deste processo de implantação e desativação da empresa Wallig Nordeste S/A – Indústria e Comércio apresentaram as expectativas geradas na sociedade campinense diante das maravilhas que este novo setor prometia à cidade, considerando aquilo que de fato foi realizado e transformado urbanisticamente, e aquilo que não passou da esfera dos desejos da elite de Campina.

Levando em consideração todas as questões apresentadas até agora, entendemos que esta proposta de pesquisa servirá como preenchimento de uma lacuna que existe na produção historiográfica da Paraíba, bem como também contribuirá para os debates acerca do trabalho, da economia e do desenvolvimento industrial da cidade de Campina Grande. cremos que a produção e a consequente diversificação das pesquisas que levem em seu seio as experiências urbanas, o uso de jornais como fonte de pesquisa histórica e a análise de representações acerca da onda de industrialização vivida em todo o país durante o século XX, contribuam com novas perspectivas, novas pertinências e novas conjecturas que enriqueçam o debate acerca da modernização do país.

CAPÍTULO I

CAPÍTULO I

AS SOBRAS DO “OURO BRANCO”: O FIM DE UM EMPÓRIO E AS PROMESSAS DE UM NOVO PROGRESSO

“Não é possível entender nem o Nordeste nem o Brasil sem levar em conta que o primeiro sintetiza as contradições do segundo, em grau elevadamente dramático”.³²

1.1 O apreço pelo progresso e suas ausências: um breve histórico econômico da ação do ouro branco em Campina Grande

Em Campina Grande, durante toda sua história se respirou um ar de grandeza, esta que não sustenta nenhuma dúvida em relação à importância de sua cidade no contexto nordestino. Um discurso repetido pelos principais intelectuais e mídias da cidade. Economicamente, sua história se construiu, apresentando como pilar básico o comércio e os serviços, no que tange ao atendimento de uma demanda regional.

Em seu mito fundador, lugar de repouso para os tropeiros em caminhada do sertão ao litoral; em seguida, uma feira de gado e mercadorias que já apresentava considerável destaque dentro do Nordeste; já em seu mito “edificador”, apresenta um grande salto de desenvolvimento e progresso devido às atividades dos tropeiros e ao crescimento da cultura do algodão, o “ouro branco”, que outorgou à cidade um de seus primeiros títulos grandiloquentes, se consagrando como a segunda maior escoadora de algodão do mundo, a partir dos anos 1920.

Assim, o século XX é visto como o período em que Campina Grande mais cresceu e se ampliou, tanto em termos físicos como econômicos, ao levar-se em consideração a aquisição de bens materiais e simbólicos. A imprensa campinense construiu para a “Rainha da Borborema” um título ao assumir aspectos de modernidade, acentuando o ritmo na marcha pelo

³² FURTADO, Celso. “O significado real do Nordeste no atual quadro do País”. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, p. 12-19. Dez. 1981.

progresso e do desenvolvimento, que se faz presente nos livros de sua história, em suas fotografias, no imaginário de sua população, em sua arquitetura, que não deixam de acenar para um “destino grandioso” a qual cidade espera, cidade grande “já no nome”.

A chegada do trem de ferro, tomando para si o trabalho dos velhos tropeiros da Borborema, deu o impulso necessário para que Campina Grande deslanchasse de vez comercialmente. Sua localização excepcional, uma boa logística mercantil no que concerne ao transporte de mercadorias e a competência de seus comerciantes e empresários, fez da Maria Fumaça uma conquista material para a cidade sem precedentes, provocando seu crescimento econômico e populacional de forma vertiginosa.

A cidade que contava com pouco mais de 20 mil habitantes, alcançou nas três décadas de domínio comercial (1910 a 1930), ocasionado pelo “ouro branco”, a casa dos 130 mil habitantes. Dos recém-chegados e dos que já habitavam em Campina, o interesse maior era pelas possibilidades de emprego, nas oportunidades de se abrir o próprio negócio ou de alcançar lugares mais privilegiados economicamente, fazendo com que muitos desembarcassem na afortunada “Rainha da Borborema”, rendendo-lhe também a alcunha de “capital do trabalho”.

Desta forma, Campina Grande, ligada aos fluxos comerciais e a crescente industrialização regional e nacional, se torna o espaço de recepção de enormes contingentes populacionais. Contingente este que na década de 1940, alimentou as preocupações de Vergniaud Wanderley, prefeito da cidade responsável por uma redefinição do espaço urbano campinense, observando-a como potencial instrumento de acumulação de capital, tomando como modelo, as experiências observadas em outros lugares do Brasil, como no Rio de Janeiro e Recife.

Nessa sua saga de reformador da imagem urbana da cidade, transformando-a em um lugar aprazível principalmente para moradores e visitantes mais ilustres, porque potenciais investidores na próspera economia algodoeira da cidade, Vergniaud desorganizava e desestruturava práticas culturais de alguns grupos que habitavam e impunham a todos, em nome

do progresso e da civilização, projetos que não só transformavam a imagem física da cidade, como também sutil ou abruptamente impunham aos insatisfeitos padrões de convivência marcados pela racionalidade burguesa de controle e disciplinarização do espaço.³³

Nesse período, alguns tipos de produtos agrícolas já vinham sendo produzidos em Campina Grande e em todo o estado da Paraíba. Tal redefinição no eixo territorial dos transportes fez do município um espaço consolidado como matriz comercial-algodoeira³⁴. O trem, neste período, promoveu a facilidade no transporte destas mercadorias, promovendo o escoamento interno e agenciando a exportação destes produtos para os portos ao redor, formando uma malha ferroviária que se estendia desde Cabedelo até Recife, tendo como ponta de trilho a cidade de Campina, por meio século (1907 a 1957). Igualmente, não só a cidade, mas todo o estado se viu beneficiado pelo mercado do algodão e pela atuação do trem de ferro.

A cidade passa à condição de ambiente de intensa movimentação comercial, produzindo uma realidade na qual novas perspectivas econômicas fizeram dela um prodigioso espaço de produção de bens primários e intermediários. O enorme capital rendido através do comércio do algodão aos poucos era convertido, aonde bens materiais iam aos poucos aportando na cidade, produzindo-se e incorporando discursos de progresso, de modernização e prosperidade, que absorviam o espírito industrial da época, sob a tutela de Getúlio Vargas³⁵ após a Revolução de 1930.

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), onde a indústria brasileira teve um grande crescimento, Vargas objetivou concretizar o desenvolvimento do país, privilegiando as indústrias nacionais, no intuito de retirar o Brasil da dependência dos países estrangeiros. Com leis visando à

³³ SOUSA, Fábio Gutemberg R. Bezerra. *“Os paradoxos de um processo de urbanização: o caso de Campina Grande – 1935/1945”*. In: Cadernos Nordeste em Debate, Ano I, Nº01, Campina Grande-PB, 1993.

³⁴ ARANHA, Gervácio Batista. *“Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)”*. Dissertação de mestrado em sociologia, UFPB, Campina Grande-PB, 1992.

³⁵ Sobre este assunto, ver PANDOLFI, Dulce. *“Repensando o Estado Novo”*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999 e BRUM, Argemiro J. *“O desenvolvimento econômico brasileiro”*. Ed. UNIJUÍ, 1999.

regulamentação do trabalho, medidas protecionistas e investimentos materiais, a indústria nacional cresceu significativamente nas décadas de 1930 e 1940.

Nesta busca por uma independência nacional de insumos estrangeiros de forma controlada e centralizada, o chamado nacionalismo, definido como uma busca pelo controle estatal das principais infraestruturas do país (transportes, comunicações, energia) e da indústria básica, alimentado pelo capital estrangeiro, permitiu ao Brasil o desenvolvimento de um mercado interno, complementado com importações de gêneros e produtos não produzidos aqui. Desta forma, a industrialização brasileira deveria atuar junto à substituição de importações, passando a produzir progressivamente no país aquilo que se importava do exterior.

De início, o Estado buscou atuar substituindo produtos mais simples, visando as produções, as matérias primas, a mão de obra e os mercados locais construindo progressivamente uma base forte e intrínseca ao país. Mais tarde, atingiria níveis mais complexos e sofisticados, onde as suas necessidades (maior capital, experiência, empresas estáveis, maior nível técnico e dinamismo econômico) já teriam sido mitigadas pelas experiências iniciais.

Seu desenvolvimento como centro comercial e industrial voltado para o algodão se inseria nesta primeira fase, reafirmando Campina Grande como um grande nome na economia estadual e regional, graças aos incentivos fiscais proporcionadas pelo Estado. Entre os anos de 1910 e 1930, deteve o título de maior mercado de algodão no Brasil, perdendo seu reinado apenas no ano de 1933, quando São Paulo, sob a influência da crise do café, resolve mover sua economia também para a produção do algodão, despontando então como a maior produtora a nível nacional. Mesmo assim, este mercado de algodão promoveu um abundante desenvolvimento urbano, considerado como uma “época de ouro”, que se estendeu até os primeiros anos da década de 1950, momento em que Campina começa a ser ultrapassada não só na produção do algodão, mas também perdendo espaço em outras esferas importantes da economia.

Nacionalmente, Campina Grande se inseria agora no segundo passo do processo de industrialização nacional, onde produtos que exigiam maior nível técnico, maior capital investido e melhor infraestrutura passariam a ser produzidos internamente. Segundo o filósofo Argemiro Brum, esta fase de produção de bens de consumo duráveis, ao contrário da primeira (de consumo imediato), provocava uma centralização da produção em regiões onde dispunha de melhores infraestruturas, mão de obra especializada e capital que alimentassem tais indústrias. A principal região apontada pelo autor que concentrou estas produções foi o estado de São Paulo, que contava com as ferramentas adequadas para o desenvolvimento de indústrias de grande porte: fornecimento de energia que comportasse a capacidade de produção, comunicações (telefonía), vias de transporte que possibilitassem o escoamento da produção e matérias primas necessárias para determinados produtos.

Assim, Campina Grande perde seu destaque econômico, principalmente, pelas dificuldades vividas pela cidade em sua inserção na esfera da produção de mercadorias manufaturadas pelo Brasil. Na reportagem do Diário da Borborema do dia 9 de outubro de 1957, intitulada “Ligação Ferroviária”, se nos abstermos a construção e ampliação das vias rodoviárias, fatores importantes para a nova fase econômica do país, o trem de ferro perde espaço contra os caminhões e as rodovias. Estes que para além da vantagem de entregar as mercadorias nas portas de seus compradores, tem a sua disponibilidade toda uma tendência internacional no que tange a produção de veículos automotores, combustíveis e lubrificantes para acionar uma poderosa frota de caminhões, deixando o trem de ferro (cada vez mais oneroso e difícil de gerenciar sem as necessárias verbas por parte do governo federal) de fora desta nova lógica de transportes e distribuições de mercadorias.

A modernização passava a se tornar um aspecto chave na corrida econômica, onde os investimentos efetuados pelos exportadores no beneficiamento do algodão agiam diretamente na capacidade de escoamento da produção, causando um maior gasto na aquisição de prensas hidráulicas de alta capacidade. Elas auxiliariam na exportação da mercadoria e em seu barateamento (no que concerne o transporte, pelo volume do algodão

prensado ser menor), mas que se tornaram incipientes diante dos novos padrões da economia nacional e dos novos produtos a serem focados pelo Estado. Tal aspecto pode ser ilustrado na reportagem “Produto Gravoso”, ao falar de um discurso proferido por Assis Chateaubriand, no banquete de lançamento do Diário da Borborema, em Campina Grande:

Ora, o Nordeste tem no cultivo e comércio do algodão a sua melhor perspectiva econômica, dada a peculiaridade de seu solo e clima para algodões de fibra longa, os quais apresentam, ao mesmo tempo, maior resistência e sedosidade. No entanto, por falta de técnica e assistência, bem como de verdadeira devoção dos nossos lavradores ao cultivo daquela malvácea privilegiada, nossa produção é incerta e instável, muitas vezes de má qualidade, incapaz de firmar-se nos mercados internacionais e já agora no próprio consumo nacional. Fazemos errado, em matéria de algodão, quase tudo, da seleção da semente para o plantio à classificação da fibra para a venda. Quando outros países aplicam técnica no sentido de obterem algodão de melhor padrão, continuamos na rotina e lutamos apenas pela obtenção de preços mínimos, como proteção do governo para um produto que não cuidamos de impor por si próprio.³⁶

Mesmo parecendo incongruente, percebe-se que os mesmos fatores que foram basilares no momento de despontamento da economia campinense no ciclo do algodão, se tornaram também fundamentais no recuo de seu comércio e industriais algodoeiras. Lembremos aqui da logística e da infraestrutura que se desenvolveram ao redor da economia de Campina Grande, influências diretas no alargamento e no escoamento da produção comercial e industrial.

Se nos primeiros anos do século XX a economia campinense viveu um surto econômico baseado na capacidade de seus comerciantes, foi pela potencialização destes efeitos através da logística e do embasamento surgido a partir do trem de ferro, que permitiram a saída dos produtos comercializados aqui com extrema rapidez, onde os custos baixos da ferrovia não diminuían sua eficiência em comparação a outros transportes na época. Nesta lógica de mercado, ganha àquele que possa oferecer a melhor relação entre custo e qualidade das mercadorias, entrando em derrocada aquele que não puder

³⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 3 de Outubro de 1957, p. 2.

sustentar este padrão, produzindo uma mercadoria de boa qualidade, mas sem competente escoamento, este pode torna-se oneroso e ineficiente.

E em Campina Grande foi o que aconteceu, principalmente no quesito de produção industrial da cidade. Mesmo que por alguns anos tenha alcançado enorme destaque dentro da economia regional, ao se deparar com concorrentes mais fortes e estabilizados que ofereciam melhores produtos a custos muito menores, acabou perdendo espaço pela incapacidade de lançar no mercado produtos de mesmo custo e qualidade. Soma-se a isso a simples inexistência de um porto no estado da Paraíba que pudesse receber navios de grande porte que aumentassem o escoamento da produção. A inexistência deste porto obrigou Campina Grande a fazer uso do porto de Recife, mais distante, encarecendo o preço de seus artigos.

Pela falta de assistência técnica especializada, a produção do algodão se dava de forma incerta, inconstante e de má qualidade. O algodão que seria o objeto central desta economia, não é privilegiado, não é selecionado, não é qualificado. Sua semente não é plantada adequadamente fazendo da origem desta riqueza, uma origem rudimentar, ultrapassada que não se inseria mais na proposta de produção de produtos duráveis. “Fizeram errado” em não dedicar tempo e dinheiro em sua principal fonte de riqueza. “Fizeram errado” em manter sua dependência direta de incentivos da política governamental, onde a economia campinense vê-se definhar ao passo que não atendia mais às expectativas do governo em relação à infraestrutura, concentração de capital e técnica especializada. Esses aspectos apontam de forma direta ao processo de suplantação da região Sudeste em relação ao Nordeste e conseqüentemente à Campina Grande.

A indústria do beneficiamento do algodão perde sua influência, da mesma forma como o trem de ferro perde o seu brilho diante dos novos interesses da indústria nacional. Como deixa clara a reportagem “A Indústria do Algodão”, ao justificar o crescimento das indústrias de beneficiamento do algodão do Sudeste através das falhas que a indústria campinense, ao sofrer com escassos invernos que debilitaram a lavoura nordestina. O crescimento

das estradas rodoviárias que deslocavam a produção para os principais estados ao sul do Brasil, já apontava para um destino não tão distante da economia algodoeira campinense ³⁷.

³⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 4 de Outubro de 1957, p. 2.

1.2 O discurso progressista nacional: do desenvolvimento do país às fragilidades da região Nordeste

No país, neste contexto histórico de derrocada da economia campinenses, se projetava na conjuntura política nacional a figura de Juscelino Kubitschek de Oliveira, ou “JK”, como era conhecido. Ele teve seu nome inscrito na história do Brasil como um dos principais impulsionadores do progresso econômico vivido durante os últimos anos da década de 1950. Mas não foi com esta imagem que ele ganhou sua eleição: Argemiro Brum explica que seu fraco desempenho nas urnas em 1955 não conferiu ao seu mandato uma considerável legitimidade popular, conseguindo apenas 36% dos sufrágios.

Durante seu mandato como presidente da República, compreendido entre os anos de 1956 e 1961, tentou induzir o Brasil a conhecer um período de grande desenvolvimento econômico e relativa estabilidade política. Tomando para si uma atitude governamental inovadora na política brasileira, JK buscou construir um lugar de confiança entre os brasileiros, apontando para todas as potencialidades que a nação e sua população poderiam desenvolver, alimentando expectativas de um futuro desenvolvido e industrialmente maduro.

Maria Victoria de Mesquita Benevides³⁸, em sua obra “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política”, a partir da composição da imagem econômica do Brasil durante o governo de JK, conjectura uma consolidação da indústria nacional, atando todos os fios soltos que um desenvolvimento deste porte poderia requerer (déficit do balanço de pagamentos, inflação, etc.) em prol do desenvolvimento nacional. Todas estas características arquitetadas em torno de seu chamado “Programa de Metas”, um plano que sustido sob 30 objetivos³⁹ que deveriam ser alcançados, e no último instante de sua aplicação, a adição de uma 31ª meta, designada de

³⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 33.

³⁹ Como ilustra a reportagem do Diário da Borborema “O que são as metas do presidente Juscelino Kubitschek”, do dia 4 de fevereiro de 1958, página 3.

“meta-síntese”, concretizando simbolicamente seu empenho como líder da nação, na edificação de Brasília.

Edifícios de construção arrojada, estradas amplas, ruas bem calçadas, com os infalíveis “trevos”, completam um sistema de trânsito perfeito. O clima é dos mais saudáveis, água em abundância, luz elétrica, telefone, rede de esgotos, tudo como exigem os tempos modernos em que vivemos.⁴⁰

Diz-se simbolicamente examinando muito do que se veiculava sobre Brasília nos periódicos da época, que construíam a cidade como uma “maquete” exemplar do que estaria “porvir” no país. Era o novo molde para a melhoria e desenvolvimento das outras regiões, edificada sob o compasso do planejamento técnico, do urbanismo e do moderno. Não bastava moldá-la sob um traçado perfeito, levantando edifícios modernos, pavimentando estradas e pontes adequadas. Precisava-se encher seu “espírito urbano” de escolas dotadas de um novo sistema educacional, centros de assistência e orientação profissional, hospitais, postos de higiene, igrejas, praças e setores de esporte e lazer, permeando-a com todos os elementos indispensáveis para o bem-estar do homem moderno.

Se nos voltarmos ao Plano de Metas em sua totalidade, não se pode dizer que era sua primeira experiência de governo baseado num plano de desenvolvimento. De certo, guardadas as devidas proporções, JK atuando no governo do estado de Minas Gerais entre os anos de 1951 e 1955 já havia elegido o binômio energia e transportes como metas de progresso de sua gestão, desenvolvendo um plano de igual profundidade e comprometimento.

Juscelino se tornou o primeiro a concorrer às eleições presidenciais com um programa de governo permeado por propostas de atuação mais palpáveis. Inserido na chamada corrente nacional-desenvolvimentista de caráter liberal, JK com o entendimento de uma ideologia de superação do subdesenvolvimento brasileiro, onde todo o atraso econômico vivido pelo país

⁴⁰ “*Brasília: Cidade humana*”. O Cruzeiro. 26 de março de 1960.

(ao se comparar a outras nações, como os Estados Unidos) seria revertido através da famosa proporção de “cinquenta anos em cinco”, sendo este último o tempo previsto para o seu mandato.

Seu Plano de Metas, desta forma, constituiu-se em um audacioso conjunto de objetivos setoriais que alimentariam o processo de substituição de importações que já vinha se desenvolvendo nas décadas anteriores. Tal plano que contemplou de forma marginal os setores agrícolas e pecuários do país indicava fortes metas tanto para o setor público com para o privado, impulsionando um período de crescimento econômico acelerado a um custo extremamente elevado, gerando um alto endividamento do aparelho público. Nestes moldes, não era de se estranhar as diversas reportagens encontradas no Diário da Borborema⁴¹ que ilustravam a entrada de capital estrangeiro aos montes, utilizado prioritariamente para suprir as necessidades que tal programa necessitava.

Se analisarmos o ano de 1956 com maior atenção, encontramos a economia do Brasil em um quadro de consideráveis desequilíbrios, onde grandes déficits fiscais eram cada vez mais agravados por dificuldades ocasionadas pelo endividamento externo. Ao observar os anos anteriores ao governo de Juscelino, percebe-se que a economia industrial brasileira cresceu a partir dos incentivos financeiros estrangeiros de alto risco. Enquanto a indústria nacional de bens imediatos crescia, a dependência nacional à economia internacional ganhava novas formas: o Brasil desde os primórdios de sua industrialização vinculou-se aos Estados Unidos dependendo de seu capital para o desenvolvimento da infraestrutura e implantação de empresas estatais; outra forma de dependência também formada foi a instalação de subsidiárias de grupos econômicos americanos que agora, em vez de venderem seus produtos ao Brasil, os produzia aqui abastecendo e alimentando o mercado interno.

⁴¹ Reportagem emblemática para este momento seria a veiculada pelo Diário da Borborema no dia 19 de Novembro de 1957, intitulada *“Mais de trezentos milhões de dólares para nossa indústria automobilística”*, que ocupou a capa da edição, ou uma publicada pelo diário no dia 11 de Abril de 1961 com título *“Dez milhões de dólares para acelerar o progresso do Nordeste”*. Apesar de que em 11 de abril de 1961 o governo não era mais o de Juscelino, mas sim de Jânio Quadros, há uma tendência que se manteve de absorção de empréstimos estrangeiros.

Tabela 1: Evolução Anual das Exportações, das Importações, da Inflação e do Produto Interno Bruto (PIB) – Período 1942-1963 ⁴².

| Ano | Exportações* | Importações* | Saldo* | Inflação (%) | Crescimento do PIB (%) |
|------|--------------|--------------|--------|--------------|------------------------|
| 1942 | 401 | 239 | 162 | - | - |
| 1943 | 466 | 275 | 191 | - | - |
| 1944 | 575 | 361 | 214 | - | - |
| 1945 | 655 | 389 | 266 | 11,1 | - |
| 1946 | 985 | 584 | 401 | 22,2 | - |
| 1947 | 1.152 | 1.056 | 96 | 1,8 | - |
| 1948 | 1.180 | 973 | 207 | 9,0 | - |
| 1949 | 1.096 | 957 | 139 | 12,3 | 7,7 |
| 1950 | 1.355 | 942 | 413 | 12,4 | 6,8 |
| 1951 | 1.769 | 1.725 | 44 | 12,4 | 4,9 |
| 1952 | 1.418 | 1.720 | - 302 | 12,7 | 7,3 |
| 1953 | 1.539 | 1.145 | 394 | 20,6 | 4,7 |
| 1954 | 1.562 | 1.415 | 147 | 25,8 | 7,8 |
| 1955 | 1.423 | 1.104 | 319 | 12,2 | 8,8 |
| 1956 | 1.482 | 1.046 | 436 | 24,5 | 2,9 |
| 1957 | 1.391 | 1.285 | 106 | 7,0 | 7,7 |
| 1958 | 1.243 | 1.179 | 64 | 24,2 | 10,8 |
| 1959 | 1.282 | 1.210 | 72 | 39,4 | 9,8 |
| 1960 | 1.269 | 1.293 | - 24 | 30,5 | 9,4 |
| 1961 | 1.403 | 1.292 | 111 | 47,8 | 8,6 |
| 1962 | 1.214 | 1.304 | - 90 | 51,6 | 6,6 |
| 1963 | 1.406 | 1.294 | 112 | 79,9 | 0,6 |

* Em milhões de dólares correntes.

Tal conjuntura apresentada por Argemiro Brum, nos mostra que o Brasil desenvolvia sua indústria a troco de uma dependência direta do capital e da tecnologia estrangeira. Desta forma, mesmo com um considerável nível de industrialização no que tange a produção de bens de consumo imediato, o

⁴² Banco Central do Brasil apud. BRUM, 2000, p. 224.

Brasil encontrava dificuldades em relação a crescente inflação que alcançava 24,5% em 1956, ano em que JK assume a presidência. Da mesma forma, atravessava problemas para alcançar a próxima etapa da industrialização: dispor de um grande volume de capital e alta tecnologia para produzir bens duráveis, insumos básicos e bens de capital. Já que sua economia era voltada para o mercado interno, possuía pouca expressividade no mercado externo provocando, como se vê na tabela 1, uma estagnação em relação às exportações a partir do ano de 1950.

Mesmo a par desta conjuntura, o presidente JK se orientou a partir de um conjunto de políticas públicas bastante heterodoxas, deixando de lado todas as possibilidades mais indicadas para a situação de crise, somando mais ainda o gasto público frente aos graves percalços vividos pela economia nacional. Igualmente, priorizando o crescimento em detrimento da estabilidade financeira, ganhando aspectos progressistas e desenvolvimentistas, o presidente Juscelino tomou atitudes que entravam em conflito com as recomendações feitas pelo FMI à época, distanciando-se do posicionamento da maioria dos países latino-americanos⁴³.

Como consequência, houve um apelo enorme do governo ao nacional-desenvolvimentismo, em que o Estado assume uma posição favorável à entrada de capital estrangeiro, combinando junto à empresa privada nacional e atuação do Estado o incentivo a industrialização. Diferentemente de Getúlio Vargas que se utilizava do capital estrangeiro no formato de empréstimos e financiamentos, Juscelino mantinha abertas as portas do país para investimentos estrangeiros de risco nos setores produtivos, atraindo empresas multinacionais. Traduz-se nisto que “nacional” era tudo aquilo aqui fosse produzido, independente da forma como fosse⁴⁴. Logo, o Estado atuaria como interventor, orientando os investimentos de iniciativa privada através do planejamento de seus abundantes recursos e potencialidades, onde se construía os discursos de país forte e progressista, trazendo para os interesses do governo, o povo brasileiro. Na imprensa, se tornou comum as entrevistas

⁴³ MARANHÃO, Ricardo. *“O governo Juscelino Kubitschek”*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁴⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *“O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 202.

dadas pelo presidente remetiam a este discurso de uma grande nação, de grandes recursos e de grandes homens. No Diário da Borborema, o padrão seguia-se da mesma forma, como podemos observar no trecho de uma entrevista do presidente Juscelino:

“(...) somos uma Nação jovem, que encara o futuro com serena confiança e que não se vê alentada apenas pelo rico impulso vital que a juventude por si mesma traz às Nações como aos homens. (...) o Brasil caminha para o futuro a passos resolutos, seguro de possuir tudo o que faz o poder e a grandeza dos povos, salientando as reservas imensas que Deus pôs nas nossas mãos. Há um desejo incoercível’ (...) de prosperar e progredir; uma aptidão e um vigor que já não podem ser postos em dúvida. (...) A marcha de um povo para um grande destino não se faz sem sacrifícios, sem obstinadas pelejas e o Brasil não se eximiu desses sacrifícios e nem dessas pelejas”⁴⁵.

Construindo esta imagem de predestinação do país para seu futuro grande e soberbo, coloca seu líder – sendo o próprio presidente Juscelino – como o grande responsável por tais conquistas. Levando em consideração as grandes reservas existentes no território nacional, produziu um argumento difícil de questionar, onde colocou como algo “natural” o desenvolvimento do país, galgando lugares de destaque no contexto internacional. Atribuía-se ao povo brasileiro uma grande parcela de responsabilidade pelas conquistas do Brasil já que os sacrifícios vividos cotidianamente por esta população não seriam esforços vãos, diante da possibilidade “garantida” de crescimento e progresso. Criava-se um misto de expectativas de um futuro grandioso depositadas no desenvolvimento econômico centrado nas diretrizes do Programa de Metas e a aceitação de um destino já certo para o país. Não se alimentava alternativa ou outra condição, se não o progresso.

Refletindo a partir do estudo de Maria Victoria de Mesquita Benevides⁴⁶, entendemos que tal atitude se afirmou como um esforço de “racionalização”, onde as necessidades prioritárias para a aplicação do Programa de Metas, dificilmente teriam logrado e edificado a imagem pública positiva com a qual Juscelino Kubitschek entrou para a história, sem que tal “sacrifício” econômico

⁴⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 1º de Janeiro de 1958, p. 1.

⁴⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 233.

fosse atravessado. Os discursos que se construíam ao redor do presidente faziam dele um ser “agraciado com uma tremenda perspicácia”, permitindo a elaboração e reafirmação do mito que acompanha a imagem de Juscelino desde então. “Fora altivo lutador do progresso nacional, um homem de mãos de ferro”, quase que uma fábula de heróis, nas palavras de Abelardo Jurema, que em seu livro escreve:

Pode-se dizer que o nome Kubitschek nasceu e criou-se com ele. Deu grandeza ao nome, deu-lhe tradição de civismo e de bravura, deu-lhe coragem moral e mesmo cívica, deu-lhe inteireza máscula na roupagem simples de um dos mais densos personagens da história brasileira. Na sua determinação, que já se confundia com uma predestinação, Juscelino Kubitschek não recebeu aquelas posições mais altas da República como um “prêmio” nem como coisas da sorte. Conquistou-as todas com luta, às vezes até dramática, de consequências ameaçadoras ao seu próprio destino como pessoa humana⁴⁷.

É clara a supervalorização da imagem do presidente Juscelino. Numa literatura datada dos anos 1970 que é a obra de Jurema, ainda se perpetua uma imagem midiaticamente construída durante os anos de governo de JK. Era a promessa de algo extremamente inovador na economia do Brasil, que abriria espaço e incentivo para a indústria multinacional com destaque na automobilística e indústria de bens duráveis em detrimento da indústria nacional. O aumento da capacidade de produção de energia, a reforma e ampliação de toda a estrutura de transporte ferroviário e rodoviário, concretizavam a monumentalidade de seu projeto com a construção de Brasília. Seriam elas em suma, um conjunto de necessidades, mas também de consequências.

Se lembrarmos com atenção o seu Plano de Metas, ele insinuava conquistas que ultrapassariam os cinquenta anos de atraso no desenvolvimento industrial em que se buscava alcançar em apenas cinco. Na ampliação das fontes de energia, buscava aumentar a produção de energia elétrica, o investimento em energia nuclear, aproveitamento do carvão nas termelétricas, produção e refino do petróleo; nos transportes, dedicou seis de

⁴⁷ JUREMA, Abelardo. “*Juscelino & Jango: PSD & PTB*”. Rio de Janeiro: Artenova, 1979, p. 55.

suas metas para o reequipamento e construção de estradas de ferro, ampliação e pavimentação das estradas de rodagem, investimento em portos, marinha mercante e transportes aéreos; na alimentação, buscava a mecanização da produção de gêneros agrícolas, além da construção de matadouros, frigoríficos, armazéns e silos; na indústria, dedicou dez metas que alcançavam a indústria de base, a indústria de veículos motorizados, construção naval, maquinário industrial e equipamento elétrico; na educação, sendo a meta 30, priorizava a formação de técnicos voltados para o mercado especializado que se propunha.

A soma destas transformações segundo a historiadora Rosilene Montenegro permitia “de imediato, o combate à tendência de estagnação da economia brasileira” ⁴⁸, constantemente fragilizada pelas intempéries financeiras que a exportação de uma apenas um produto – o café – poderia causar. Montenegro prossegue esclarecendo que o fascínio construído sobre a imagem do governo de Juscelino, para além da estabilidade e pelas consideráveis mudanças dentro da economia e na política do Brasil, está exatamente em buscar a prática de seu projeto de governo mediante uma situação histórica de grande conflito. Como aponta também Benevides, “o começo e o fim do governo são marcados por fortes crises”, nascidas a partir de “naturezas diversas” ⁴⁹, fossem ligadas à estagnação industrial da substituição de bens imediatos, fosse pela crescente dívida externa ainda alimentada pela entrada de grandes quantias de capital estrangeiro, fosse pela inflação sem estaque, que desvalorizava a moeda nacional.

O Programa de Metas é apresentado como a melhor forma de solucionar estes problemas, juntamente com as reformas econômicas promovidas por ele e pela habilidade política do presidente Juscelino em conciliar diversos interesses em questão; este último vendido como o grande diferencial na resolução das variadas crises políticas atravessadas. O anseio social em viver tempos prósperos, onde sonhos de felicidade e modernidade aproximaram-se

⁴⁸ MONTENEGRO, Rosilene Dias. “*Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno*”. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2001, p. 78.

⁴⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. “*O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 49-50.

do planejamento político, do programa desenvolvimentista e de uma ideologia persuasiva, construindo desta forma o que a historiadora Rosilene Montenegro traz como o “mito” do presidente Juscelino Kubitschek.

Sobre esta imagem construída sobre o presidente, encontramos durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, nas páginas do Diário da Borborema, fotorreportagens icônicas para o entendimento do momento que analisamos exibindo em seus traços os sentimentos e discursos que se pretendem ali perpassar e transmitir. Discursos estes que, como já exposto, trazem consigo o despontar da cidade como importante espaço no contexto regional no qual está inserida, que jogam luzes às benesses que a cidade de Campina Grande já possuía e de Juscelino Kubitschek como seu maior interventor, sinalizando decerto para os responsáveis e os intuitos da construção destes enunciados. O anseio social do qual falamos, do desejo de viver tempos prósperos também se fez presente entre os campinenses, de acordo com as crônicas que se destacaram durante a pesquisa.



Imagem 1: Reportagem de capa acerca da visita de Juscelino Kubitschek à Campina Grande para inauguração da Adutora de Boqueirão.

Fonte – Digitalização do Acervo do Diário da Borborema, 7 de Novembro de 1958.

Dentro dos aspectos que compõem o jornal, observamos as fotografias com certa minúcia. Estas que em um simples olhar podem ser consideradas como meras ilustrações ou enfeites dentro da reportagem, não desempenham o papel secundário que comumente lhes é atribuído. Muito pelo contrário, elas são sim uma mensagem, uma passagem, um discurso que faz mais que simplesmente ajudar a reportagem em si. A fotografia não é meramente “batida” e posicionada para compor a paisagem do registro. Essas imagens não são selecionadas ao acaso. São feitas, tratadas, elegidas e posicionadas para compor o formato adequado para determinada reportagem.

O trabalho do fotógrafo nesta lógica é elevado, já que este “mediador cultural” entre o fato e sua representação, produz uma mensagem própria, recorta da realidade a mensagem que deve veicular-se junto à reportagem. Ele que vai ao fato, ele que busca a notícia e quando a encontra, ele que a enquadra, que escolhe a iluminação, os personagens, seleciona para o jornal a qual trabalha qual a mensagem e discurso que será difundido. Logo, para nos afastarmos da pretensão ingênua de realidade da fotografia e da valorização da imagem como simples adornos em produções acadêmicas, se faz necessária a utilização de uma metodologia capaz de atravessar o olhar simples e comum da imagem ⁵⁰.

Se nos ativermos à imagem escolhida para ilustrar a reportagem, vimos uma homenagem feita por parte do Diário da Borborema, em nome não só dos Diários Associados, mas também, em nome de toda a cidade de Campina Grande e Paraíba, delineando a importância e a preparação da cidade para a chegada de “tão importante nome” na política brasileira. Segundo o DB, as pessoas se abarrotavam nas ruas para ver esta figura passar. Em relação aos Diários Associados, sabemos que sua ligação à imagem de Juscelino Kubitschek é muito além da simples admiração como competente e arrojado

⁵⁰ Ver: MAUAD, Ana Maria. *“O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo”*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Organizadores). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006; SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. *“A leitura crítica do documento”*. In: *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

gestor. O acordo do presidente com o órgão, mais especificamente com seu presidente, Assis Chateaubriand, se dava de longa data. Chateau (ou Chatô) como era chamado nos círculos sociais das quais participava, além de grande nome da mídia nacional, mantinha um estreito laço com a política brasileira, fazendo parte do mesmo partido que JK, o PSD, elegendo-se senador.

Desde 1953, ou seja, dois anos antes das eleições, já dialogava com os principais nomes do PSD para confirmar o nome de Juscelino como representante do partido na corrida presidencial⁵¹. Esse esforço se repetiu durante a campanha, quando os jornais, sob o domínio de Chatô, trabalharam com afinco para sua eleição. A valorização da figura do presidente e de seus interesses que respondiam diretamente aos interesses do partido ao qual estava filiado ficam muito explícitos. Concretizam-se por meio destas reportagens de cunho enaltecedor que teimaram em se repetir nas páginas do Diário da Borborema, no qual se publicava a imagem de um presidente impecável, de peito inflado e semblante sereno.

Ao contrário de tantas outras imagens acerca deste presidente, que em seu rosto um sorriso contido se desenha, o olhar ambicioso daqueles que estão preparados para o que vier pela frente é constante. Essa imagem, que também é a sua foto oficial na Galeria dos Presidentes, transmite a um olhar atento, um sentimento de confiança incisivo, construindo a sensação de que Juscelino é alguém digno para ocupar tal condição de presidente. Incentiva o leitor a pensar que tal homem está sim, capacitado para honrar as tantas promessas feitas em seu governo.

“Este grande benfeitor que constantemente visitava a cidade”, sendo esta sua 3ª visita, sempre trazia consigo “presentes” que mitigavam as fragilidades deste centro urbano que “não podia parar de crescer”. No momento desta reportagem, “trazia” consigo a inauguração da tão ansiada – pela elite campinense – pavimentação da estrada que dava acesso ao aeroporto João Suassuna, como também a solução de um dos maiores males que assolaram a história de Campina Grande: a inauguração da Adutora do Boqueirão, que

⁵¹ MORAIS, Fernando. *“Chatô, o rei do Brasil”*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

prometia sanar as debilidades na distribuição de água de qualidade para a população. Sua assídua presença no município conferia, segundo o historiador Alarcon Agra do Ó ⁵², o status de centro urbano privilegiado dentre tantos outros presentes nesta região. Não haveria outra explicação para justificar a constante presença daquelas “figuras místicas” da política brasileira na Rainha da Borborema.

Se refletirmos um pouco acerca da estrutura da reportagem e sobre como as informações se distribuem na capa deste exemplar do DB, em um primeiro olhar fica claro como sua imagem se destaca diante da reportagem em si. Se a ressaltarmos com um olhar despreocupado, já notamos que há “mais fotografia que texto”, onde a figura do presidente ocupa quase que a totalidade do relato. A imagem salta aos olhos de quem lê de tal forma, que não precisamos de mais do que segundos para delinear o magro conteúdo que ao se espremer nas bordas da imagem de JK, caracteriza a importância daquele momento histórico para a Rainha da Borborema.

Conteúdo magro que em suas primeiras linhas, já inicia o enaltecimento de Campina Grande característico deste periódico e que recheava as palavras do cronista: “13º economia do país, centro econômico de toda a região na qual se insere” (esquecendo tantas outras capitais do Nordeste, como Recife, Salvador e Fortaleza), uma “São Paulo em miniatura, espaço urbano onde o dinamismo de sua população e força empreendedora de seus líderes da indústria e do comércio” esperam inquietos pelas dádivas que a figura grandiosa do presidente Juscelino apresenta para a capital do trabalho. Ela que se mostra paralisada em sua caminhada pelo progresso, onde a recorrente falta de água da cidade se faz maior que as possibilidades de desenvolvimento. Agora Campina poderia caminhar a passos largos rumo ao progresso⁵³.

⁵² AGRA do Ó, Alarcon. *“Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades. Campina Grande (1959)”*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006, p. 24.

⁵³ O problema recente da falta de água que aflige a cidade de Campina Grande pode ser comparado a este momento, 60 anos atrás em 1956, onde a população esperava por uma obra milagrosa do governo federal que supriria as dificuldades do fornecimento e da qualidade da água no município e arredores. A Adutora do Boqueirão depois de tantos atrasos e percalços tem sua conclusão marcada com a visita de Juscelino Kubitschek e mesmo estando em pleno funcionamento, passou um longo tempo atravessando uma série de inconstâncias geradas por

A água aqui, não se justifica apenas pelo progresso. O cronista lembra-se dos gritos e anseios dos flagelados pela seca, daqueles que não dispunham de água de qualidade em quantidade suficiente. Com esta manobra, trazem-se as necessidades do povo para perto do discurso de progresso. O progresso e o desenvolvimento de braços dados com as necessidades imediatas dos campinenses. Um trabalhando para suprir as fragilidades do outro. Mais uma forma (entre tantas outras identificadas no Diário da Borborema) de fazer manifestar-se nos populares o desejo de indústria e de avanço.

A Adutora do Boqueirão se apresentava como uma solução ímpar que regava (literalmente, abastecia com água) um terreno “rico” que se representava Campina Grande, preparando-o para as indústrias e seus desejados frutos, expectativas e anseios nutridos intensamente: riqueza, progresso, desenvolvimento e civilidade. Riqueza para pobres e ricos, progresso tão desejado pela cidade (entendida aqui de forma interessada como um corpo único e homogêneo), desenvolvimento urbano e ampliação de seus recursos materiais e por fim, a civilidade, que acompanharia de perto os passos da industrialização, produzindo novos costumes, práticas e hábitos, colocando abaixo tantos outros insensíveis à “modernização” para Campina Grande. Juscelino Kubitschek conquistava um espaço enorme dentro do coração dos campinenses, da mesma forma como a cidade estava “em seu coração”. Um apostando no outro o seu futuro cobiçado. A Rainha da Borborema não poderia ficar de fora do Brasil moderno do amanhã, nem deixar de ser a responsável e compartilhar das benesses deste porvir.

Todavia, a Adutora do Boqueirão atravessou sérias dificuldades antes e após sua conclusão, permitindo que a grande interrogação do problema hídrico de Campina Grande perdurasse por mais algum tempo (e até se repetisse anos à frente). Fosse pela incompetência de sua administração ou pela infraestrutura

sua má administração. Da mesma forma hoje se deposita na transposição do Rio São Francisco, uma obra idealizada no período imperial por Dom Pedro II e que até hoje não alcançou sua conclusão, a solução do “atual” (ou crônico) problema da água na cidade. Se compararmos ao evento de 60 anos atrás, fica a dúvida se tal milagre será o bastante da mesma forma, nos perguntamos por quantos percalços Campina Grande terá que atravessar para que se busque uma solução permanente para este problema histórico. Esperar por obras faraônicas aparenta manter o município e sua população neste constante estado de passividade diante das vontades políticas.

que estaria longe de suprir as necessidades do grande município, sugando maiores quantias de verbas federais, era fato que o milagre do Boqueirão apresentava uma maior suntuosidade que efetividade. Mais irônico é pensar que a grande festa de recepção do presidente Juscelino Kubitschek no dia 7 de novembro de 1958, gastou enormes quantias de água para limpar as sujeiras das ruas, embelezá-las, “perfumá-las”, diante do grandioso fato e figura política que ali chegaria.

Desde as primeiras horas da manhã corriam de lá para cá os últimos preparativos. Embora a cidade estivesse ‘aguardando visita’ já há alguns dias, até aquele minuto ‘não se sabia ainda quantas e quais as individualidades que constituiriam a comitiva presidencial’. Muita água foi usada nesse dia. A cidade precisava estar ‘limpa e perfumada’ para a presença de um visitante ilustre, o Presidente Juscelino Kubitschek que viria em pessoa acompanhar o acionamento dos motores do novo e potente sistema adutor⁵⁴.

Enfeitaram-se as ruas e as praças, que limpas e preparadas, comportavam inúmeros arcos, enfeites, flamulas e faixas que em torno dos retratos do Presidente Juscelino, anunciava a toda a população, o tamanho do acontecimento que ali seria realizado. A cidade nas palavras e nas crônicas espalhadas pelas páginas do Diário da Borborema parece se dedicar mais com a festa de recepção e da construção de um itinerário para JK que vislumbraria as riquezas e potencialidades de Campina Grande, do que a busca por uma aceleração do processo de construção e ativação da adutora. Quantas reportagens se anunciaram no DB falando das “donas de casa sem água para cozinhar”, denunciando os descasos políticos com a obra, mas que não falavam de um esforço da população e dos políticos locais em dar fim a este problema já caduco na história de Campina Grande. Moldava-se assim uma eterna espera e cobrança, uma passividade atribuída à população que mantinha a cidade estagnada, em uma longa espera por um milagre.

⁵⁴ SOUZA, Fabiano Badú de. *“Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958)”*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2013. P. 152.

Mesmo após a inauguração e abertura das válvulas de bombeamento da Adutora de Boqueirão de Cabaceiras, dando início ao fornecimento hídrico, que agora não era mais observado como mero abstrato político, mas sim como um bem material real, “novos imprevistos” haviam de surgir. Sua conclusão apressada deixara enormes pontas soltas que comprometeram o fornecimento de água para o município e que foram expostas pelo DB nos dias que se seguiram de novembro: a inexistência de uma estação de suavização e filtragem, motores que quebraram em várias subestações da rede de bombeamento e elevação, um vazamento que comprometera a distribuição hídrica pela sucateada Adutora de Vaca Brava, ampliando a falta de água. Somados a isso, os poucos bairros populares que inicialmente puderam experimentar da água vinda do Boqueirão reclamavam da inconstância e da qualidade duvidosa da água, que apresentava “uma coloração diferenciada e um sabor desagradável”.

A Adutora do Boqueirão estava longe de ser um verdadeiro milagre. Da mesma forma, pensar sobre o governo de JK como a resolução de todos os problemas da economia e da política brasileira é uma clara ingenuidade. Não foram poucos os sacrifícios e os malefícios deixados pelo “presidente do progresso”. A concentração de riquezas, cada vez maior na região do Sudeste, o aumento da dívida externa graças aos inúmeros empréstimos realizados e a crescente desvalorização da moeda nacional (que pode ser visualizada na tabela 1) eram apenas algumas das dificuldades enfrentadas por Juscelino. Se avaliarmos de forma comparativa a economia brasileira na região Sudeste, é observado que a região Nordeste tem seus problemas infimamente amenizados ao longo da história brasileira, quase que esquecidos pelo governo até então, virando o “tendão de Aquiles” do presidente, de acordo com Ademar Vidal, escrevendo para o Diário da Borborema na página política.

Este problema das terras secas do Nordeste precisa ser resolvido. Grita por solução definitiva. Há séculos que periodicamente a nação ouve o clamor de uma área batida por fenômeno climático insuportável. É preciso que se conheça o fato para se fazer ideia justa. Os que ignoram o drama, dele tendo conhecimento através da imprensa, julgam haver exagero nos ‘resultados’, mas nem sabem que apenas se trata de uma ‘realidade ainda distante’. Porque só se vendo para se

julgar. (...) O que, todavia, se torna inadiável é a solução, não sendo aconselhável que continue o 'status quo' atual por certo que inconcebível. Num momento em que os países do mundo estão procurando efetuar obras monumentais, sendo que em alguns deles lá se constata essa preocupação enérgica, podendo-se indicar o Brasil na sua linha-sul, deve-se esperar que o Nordeste veja também resolvida uma situação aflitiva que até agora seus bons filhos têm feito todo o possível por atender a solicitações materiais e imperiosas. O governo de JK sem dúvida que tem feito muito noutros recantos do país. E não basta mandar dinheiro para amenizar o sofrimento dos nordestinos porque esse dinheiro logo voltará as fontes de onde partiu. (...) O desenvolvimento do Nordeste conduz imposições inadiáveis. Chegou ao ponto de não se poder mais deixar para amanhã sem arcar a Nação com resultados perigosos. (...) Presidente JK tome conta do Nordeste com as decisões de que se revele tão capaz, faça com ele o que tem feito em outros lugares, resolva o seu problema angustioso, está na hora, não pode mais esperar que o caos poderá vir. Não foi sem sabedoria que um ágil comentarista tomou a liberdade de adverti-lo achar-se no Nordeste o calcanhar de Aquiles do seu Governo⁵⁵.

Diante destas palavras, percebe-se a emergência com que se clama pela atuação do governo de Juscelino Kubitschek. Exigindo não estradas de rodagem, indústrias e ajudas financeiras, mas sim, o atendimento a questões básicas deixadas de lado pelo plano desenvolvimentista do presidente. Neste contexto, é importante evidenciar a imagem pela qual o Nordeste era identificado pelo resto do país, normalmente caracterizado como aquela região periodicamente assolada pelos malefícios da seca. Onde nada de produtivo e economicamente viável poderia ser ali desenvolvido sem que o sertão, de forma astuta (e tecnicamente planejada), deixasse de ser um problema. Buscar novas formas de convivência com o semiárido, já que ela se apresentava como uma tragédia inevitável.

Ressaltando a literatura da época, vemos que de 1926 aos anos 1930 o movimento regionalista já tracejava as condições de vida dos nordestinos nas suas representações sobre a seca, a pobreza, a mendicância, a fome, a sede e as estruturas políticas perversas e resistentes aos novos tempos, como o coronelismo. Na década em questão, 1950, há o registro de duas secas rigorosas. A primeira delas incide em 1952 que, na música popular, inspirou a

⁵⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de Fevereiro de 1959, p. 3 e 6.

canção “Vozes da seca”, de autoria de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, com a qual bradam em verso por uma ação mais efetiva dos políticos para o Nordeste.

*Seu dotô os nordestinos
Têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulistas
Nesta seca do Sertão*

*Mas dotô uma esmola
A um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha
Ou vicia o cidadão.*

*É por isso que pedimos
Proteção a vosmicê
Home pur nós escuido
Para as rédias do podê
Pois Douto dos vinte Estados
Temos oito sem chuvê
Veja bem, quase a metade
Do Brasil ta sem cumê*

*Dê serviço a nosso povo
Encha os rios de barragem
Dê cumida a preço bão*

*Não esqueça a açudagem
Livre assim nós da esmola
Qui no fim dessa estiagem
Lhe pagamo inté os juru
Sem gastar nossa coragem.*

*Seu doutô fizer assim
Salva o povo do Sertão
Quando um dia a chuva vim
Que riqueza pra nação.*

*Nunca mais nois pensa em seca
Vai dá tudo nesse chão
Cumô vê, nosso destino
Mecê tem na vossa mão.⁵⁶*

Conjecturando acerca dos versos da canção, percebe-se que ela se direciona aos políticos da época. Existe neles uma distinção clara entre o Norte e Sul, ou entre nordestinos e “sulistas”, onde estes últimos socorrem seus irmãos menos abastados através de esmolas. Prossegue com um agradecimento nordestino pelos socorros, ao mesmo passo que protesta,

⁵⁶ GONZAGA, Luiz e DANTAS, Zé. “Vozes da Seca”, 1953 In: BUENO, Daniel. Glossário Gonzaguiano. Recife: Liceu. 2012 – Grifos nossos.

mostrando que destas esmolas o Nordeste não necessita mais, sendo apenas ações paliativas e amenizadoras de uma dificuldade real. Necessitava-se de ações sensíveis, que não desmerecessem a imagem do nordestino, acusando a responsabilidade política do governante.

Essa lógica de dependência e submissão entre o Nordeste e o Sudeste se constrói a partir da Revolução de 1930, onde a economia nacional passa a se dedicar a produção de produtos manufaturados, adotando uma posição favorável à industrialização. Criava-se um mecanismo de apoio e participação do poder público no processo, como medidas protecionistas à indústria nacional em relação aos produtos importados, que abastecessem o mercado interno.

A região nordestina, predominantemente caracterizada pela produção em pequena escala de produtos de subsistência e pelo latifúndio agrícola e pecuário, que não promovia uma movimentação intensa de capital, perde seu fôlego dentro da nova lógica econômica do país que buscava a ampliação e sofisticação da indústria a partir de enormes quantias de capital e melhoramentos tecnológicos. Transforma-se em uma economia complementar, que fornece meramente mão de obra (sem qualificação) e os insumos primários da manufatura. O Nordeste passa a ser deixado até pelos próprios nordestinos que migram para o Sudeste na busca por melhores condições de vida e emprego, provocando a partir da década de 1940 uma profunda redistribuição da população no território nacional.

O êxodo rural parecia se concentrar no Centro-Sul do país, onde milhares de pessoas de diferentes regiões migravam para setores onde havia um maior índice de desenvolvimento. Uma das principais decorrências deste fluxo de pessoas foi o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos desta região. Mas é preciso se ater ao fato de que nem todos estes imigrantes buscaram o Centro-Sul brasileiro, recorrendo aos centros urbanos de seus próprios estados. Buscavam também cidades que se destacavam de alguma forma em suas regiões onde acreditavam existir uma oportunidade para eles, longe da seca e que permitissem uma melhoria de vida. Na maioria dos casos,

eram pessoas que possuíam alguma qualificação e que eram absorvidas pelo mercado das cidades próximas enquanto que o fluxo de migração em direção ao Sudeste era formado em sua grande maioria por pessoas sem nenhuma qualificação profissional⁵⁷.

Tais mudanças demográficas provocam uma série de mudanças sociais por todo o país, empolgando a economia até nas regiões periféricas (mesmo que de maneira pouco perceptível), alimentando as discussões de políticos, economistas e intelectuais. Somado a estes fatores, observamos também uma considerável mudança nas relações políticas entre as regiões, havendo um enorme desvio nos interesses econômicos e consequentemente políticos, favorecendo a região Sudeste e concentrando nela os principais investimentos financeiros (tabela 2). O Nordeste cada vez mais perdia seu espaço político e econômico, atrasando também o ritmo na nova caminhada pela industrialização vivida pelo país. Os problemas já existentes dentro deste contexto se agravavam mutuamente diminuindo as oportunidades e aumentando as desigualdades.

Tabela 2: Participação Regional na Renda do País – 1970⁵⁸.

| Região | Participação Percentual |
|---------------|-------------------------|
| Norte | 2,1 |
| Centro-Oeste | 3,3 |
| Nordeste | 14,5 |
| Sudeste e Sul | 80,1 |

Já em 1958, o Nordeste igualmente vive mais uma grande seca, nas mesmas magnitudes da anterior. Por conseguinte, os governadores recém-eleitos em 1959, ao mesmo passo que seguiam o discurso desenvolvimentista

⁵⁷ Ver LIMA, Damiao de. *“O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande”*. Campina Grande: UFPB, 1996; _____. *Campina Linda e Grande*. 2011. Disponível em: <<http://www.paraibaonline.com.br/coluna.php?id=49&nome=Campinalindaegrande>>. Acesso em fev. 2016.

⁵⁸ IBGE. *“Censo de 1970”*. apud. BRUM, 2000, p. 250.

de Juscelino, bradavam em coro sobre o esquecimento que tal região vinha vivendo por parte do governo. A seca, “este fenômeno climático insuportável” como é representada através da reportagem do Diário da Borborema, se desdobrava em um problema mal entendido e suas soluções se tornavam igualmente ineficientes. Como aponta novamente a reportagem, “os que ignoram o drama, dele tendo conhecimento através da imprensa, julgam haver exagero nos ‘resultados’”⁵⁹.

Diante das secas, caracterizadas como um mal inevitável, o governo não apresentava um plano eficaz para o seu efetivo combate. A região Nordeste se exibiu como a mais atrasada do Brasil e a construção de uma nova capital não iria remediar tais dificuldades. O Sul como a região do progresso nacional, da indústria e do “futuro” da nação se sobrepõe, causando um desequilíbrio em um governo de mudança.

Com a finalidade de buscar soluções praticáveis de atuação junto ao governo federal, se tornando o marco inicial da mudança política do Nordeste, a Igreja Católica promove na cidade de Campina Grande em 1956 o I Encontro dos Bispos do Nordeste. Ele contou com a participação do Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara e mais uma série de autoridades, que representavam a igreja católica, as Federações das Indústrias de todos os Estados, Ministros de Estado e intelectuais de renome como Celso Furtado, Aluizio Campos e Souza Barros. Contando também com a presença de uma série de lideranças políticas e empresariais da região, ao final do encontro o presidente Juscelino Kubitschek esteve presente.

Realizado nos dias 21 a 26 de maio, mostrou-se como uma oportunidade providencial para que os Arcebispos e Bispos desta região se detivessem ante os principais problemas nordestinos, onde foram elencados seis temas fundamentais: planejamento e investimentos; agricultura, crédito rural e colonização; serviços sociais e educativos; o problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para sua solução; programa de

⁵⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de Fevereiro de 1959, p. 3 e 6.

execução imediata de soluções viáveis e por último, o posicionamento da Igreja em face dos problemas do Nordeste⁶⁰.

A partir da discussão entre bispos, políticos e técnicos, chegou-se a conclusão que muito antes de se mensurar se o Nordeste era de fato lugar de investimentos potenciais, mostrou-se indiscutível que o investimento ali só se tornaria bem-sucedido, contando com um planejamento e uma técnica adequada. Faltava-se critérios científicos para a identificação dos problemas regionais além de pessoal especializado que promovessem a coleta de dados e análise da condição real do semiárido, ligados à agricultura, a indústria, a sociedade e as inter-relações destes setores. Da mesma forma, o foco político parecia direcionar seus esforços ao lugar errado, onde boa parte das iniciativas feitas até então atingiam apenas os efeitos do problema e não suas origens, suas reais causas, caracterizando como meros paliativos e não autênticas soluções.

Somadas a isso, um conjunto de transformações a nível político e “moral” seriam necessárias para que de fato a realidade do Nordeste fosse positivamente modificada. Era visível a completa descoordenação entre os órgãos públicos que atuavam na região (voltando para o problema da falta de planejamento integral). Desta forma não se desenvolvia uma política financeira que pudesse orientar organizadamente os órgãos públicos, definindo os ritmos e critérios para o envio de verbas; estas chegavam de forma compensatória, tentando amenizar crises que já haviam alcançado o seu pico na economia regional.

Moralmente, os problemas políticos eram tão graves e influentes quanto à desorganização e a falta de planejamento. Em boa parte dos casos, muitos projetos eram levados aos órgãos públicos como meras preocupações eleitoreiras, somadas as pequenas e numerosas reivindicações locais que mesmo sendo legítimas, prejudicavam o quadro mais amplo e construtivo da região, pulverizando as verbas da União. Ainda comportado dentro dos desvios

⁶⁰ BRASIL. Serviço de Documentação da Presidência da República. *“I Encontro dos Bispos do Nordeste”*. Campina Grande – Maio de 1956. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1960.

morais, apresentava-se os desvios de verbas que comprometiam a efetividade e o rendimento dos gastos públicos, desonrando a classe política, usando as verbas públicas de maneira criminosa. Destacava-se a velha política brasileira que buscava a formação de um eleitorado e não a melhoria das condições de vida do homem nordestino, resumidas na corrupção política.

Desta forma, o Nordeste só poderia sonhar com um futuro mais promissor quando permitisse a constituição de um planejamento, considerando suas reais condições de trabalho, possibilidades de recurso e produção. Ao utilizar-se da mão de obra, das ferramentas e dos recursos já situadas localmente, haveria uma aceleração das melhorias que se buscavam. Sendo assim um projeto definido pelas minúcias locais, era inconcebível agir com os mesmos pesos e medidas que se exerciam na região Sul e Sudeste do país, considerando a diferenciação dos recursos e a desproporcionalidade entre os capitais existentes. Desta forma, os incentivos fiscais deveriam agir dentro de um formato orientado, pensado sob a análise de uma diversidade local.

De maneira específica, o Encontro dos Bispos elencou uma serie de pontos que seriam fundamentais para a melhoria da infraestrutura do Nordeste. Em face da energia elétrica, devia se considerar um aumento das redes locais de distribuição, levando em consideração as regiões agrícolas que necessitariam de irrigação e as regiões com maiores concentrações urbanas, desenvolvendo seus potenciais industriais. Nas comunicações e nos transportes, deveria buscar-se a atualização e a análise sobre os estudos das ferrovias, melhorar a navegação entre as costas marítimas da região com amparo a programas locais, elaborar um plano rodoviário orientado de acordo com as prioridades econômicas e os fluxos de mercadorias e pessoas. Por último, era fundamental o reequipamento e integração das redes de Correios e Telégrafos da região, que atuavam de forma isolada e sucateada.

Sobre a seca e seus efeitos, seria necessário aproveitar setores importantes como as zonas úmidas da região, da mineração e da industrialização, onde a diversificação das atividades e o desenvolvimento integralizado reduziriam os efeitos da secas diante da economia regional. Nas

áreas sujeitas às secas, reduzir os impactos diretos a partir da criação de reservas, construindo armazéns e silos, aumentando o número de reservatórios de água e irrigação e atuando também na conscientização da população sobre o melhor uso da água e da terra.

O destaque maior do encontro ficou por conta da análise da economia nordestina feita por Aluizio Affonso Campos, representante do Banco do Nordeste. Este diagnóstico inspirou mais tarde o presidente Juscelino na formação e nomeação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Em seu principal documento, ele tece mudanças semelhantes às aquelas apontadas pelo Encontro dos Bispos, buscando atingir as principais atividades econômicas da região nordestina desde a agricultura e pecuária de subsistência, dedicando sua maior parte ao desenvolvimento e expansão industrial da região.

Seus primeiros estudos apontam para uma enorme concentração de renda e para um fraquíssimo mercado interno, o que diminuía as capacidades financeiras de se empreender ali uma indústria de maior alcance regional. Acrescidos a isso, a existência de medidas protecionistas das indústrias do Centro-Sul através das desproporcionalidades das tarifas colocava a região Nordeste à margem deste processo. Ficava claro que o setor industrial precisaria ser provocado, fosse pela melhoria de sua infraestrutura, qualificação da mão de obra local ou por um melhor aproveitamento das matérias-primas ali existentes.

Assim, o GTDN sintetizava os planos para a região em três principais objetivos, sendo eles: a busca de novas formas de fixação dos capitais produzidos na região (que tendiam a emigrar para o Sudeste), provocando o acúmulo necessário para o desenvolvimento de uma indústria; compor a mão de obra disponível para dentro do mercado de trabalho industrial, possibilitando sua instrução; e por último, alimentar a formação de uma classe dirigente atada aos ideais de indústria e desenvolvimento. Em cima destes parâmetros, pode-se perceber que Campina Grande se destacava ao preconizar boa parte dos objetivos elencados pelo Grupo de Trabalho, mesmo que de forma rudimentar.

Agora o Nordeste se apresentava para Juscelino Kubitschek como um considerável desafio em meio a sua marcha pelo desenvolvimento e construção de sua almejada capital. Com o intuito de contornar este problema, Juscelino Kubitschek convoca uma reunião com seus principais auxiliares, onde o nome de Celso Furtado se sobressai. Um dos diretores do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), Furtado expõe a impotência das resoluções do governo em relação à açudagem do Nordeste, assinalando como principal causa a manipulação de interesses que vinha agitando as ações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) surgidas da oligarquia local, valendo-se de poderes públicos para engrandecer seu poder privado.

Expondo as estatísticas que envolviam o quadro regional naquele momento, Celso Furtado assinalou como possível recurso uma política para o desenvolvimento econômico daquela região, no lugar de ações rudimentares e insatisfatórias. A ação do governo priorizaria a criação das bases para a industrialização e o aumento da oferta de alimentos. Juscelino então procede encarregando Furtado de tomar as providências para lançar a nova política para aquela região, a qual ele chama de “Operação Nordeste”, também conhecida como “Openo”. Abria-se, para o horizonte econômico do Nordeste, uma nova oportunidade de desenvolvimento, logo, as expectativas de um povo maltratado pelas secas se revolveriam em realidade a partir do incentivo à indústria regional, de acordo com Eptácio Soares na página política do Diário da Borborema:

Não temos indústria, e porque não as temos ainda desperdiçamos uma porção de matérias primas que, se industrializadas, contribuiriam com um volume apreciável, para a melhoria das condições de vida do povo. Numa tal situação, as esperanças do nordestino voltam-se agora para o plano de desenvolvimento da região que o governo federal está pretendendo empreender, e para cujos estados foram convocados já os governadores de todos os Estados do Nordeste. O fundamental é que esse plano, organizado pelos técnicos do Grupo de Desenvolvimento do Nordeste, tenha consistência e que os créditos destinados à sua aplicação venham a ser pulverizados depois em obras que não sejam de caráter reprodutivo. Estamos cansados demais para continuar tolerando por tanto tempo a demagogia dos políticos que

ousam querer enganar-nos com tiradas líricas, sobre as condições de pobreza de novo povo. A hora que vivemos é de ação e trabalho conjugado de todas as forças vivas e atuantes, no combate ao subdesenvolvimento do Nordeste⁶¹.

Essas soluções se localizavam em um patamar mais elevado que a promessa de indústria inserida no acelerado desenvolvimento econômico proposto por Juscelino e com certeza, para além da construção de uma capital federal no interior do Brasil. Representava, segundo discurso do economista Celso Furtado, uma solução ideal para um problema que afligiu a região Nordeste com fome e miséria por tantos anos, sem que os poderes públicos tomassem uma efetiva iniciativa, no intuito de “aprender” a conviver com o mal da seca. Ela e suas consequências na vida dos nordestinos, ponderadas pela Operação Nordeste abriu espaço para a constituição de um verdadeiro compromisso do governo federal com a região, como vimos na reportagem “O problema do Nordeste é muito mais grave do que mostram as estatísticas”, na capa da edição:

Reconhece o economista que o Nordeste tem que viver com as secas. Deve criar uma economia adaptada para a região semiárida, sem criar para o país e para si mesmo o espetáculo da indigência. “Como economista e depositando fé nos homens públicos do Brasil, tenho a convicção de que estamos em condições de dizer que viemos a esse centro para mudar o curso dos acontecimentos, abrindo uma nova era para o desenvolvimento do Nordeste”.⁶²

Em consequência desta nova investida do governo federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é criada a partir da Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959⁶³, no intuito de promover uma efetiva intervenção do governo no Nordeste, com o principal objetivo de subsidiar e coordenar seu desenvolvimento. Benevides⁶⁴ assinala o “caráter eminentemente político da criação de um órgão de planejamento regional no Nordeste, subordinado diretamente ao governo central”, se exprimindo na “necessidade de centralização do poder para retomar o controle político de

⁶¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 17 de Janeiro de 1959, p. 3.

⁶² Diário da Borborema, Campina Grande, 18 de Fevereiro de 1959, p. 1 e 4.

⁶³ BRASIL. “Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959”. Publicada no Diário Oficial da União – Seção 1 em 16 de Dezembro de 1959.

⁶⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 233-234.

uma região que apresentara graves tensões sociais e políticas”, já expostas pelo discurso de Celso Furtado.

Trazia-se para dentro do domínio do presidente JK uma região apartada ao seu desenvolvimentismo. Tal instituição envolveu, antes de qualquer coisa, a definição do espaço abrangido pelo Nordeste, se tornando objeto da ação do governo. Ora, os estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Sergipe e parte de Minas Gerais, compreendendo um espaço equivalente a quase 20% do todo o território nacional, abrigou no ano de 1960, cerca de 16 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população total do país de acordo com o censo demográfico do IBGE⁶⁵. População esta que não poderia ser ignorada.

Surge assim a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada como uma autarquia diretamente ligada à presidência da República, incumbida ao economista Celso Furtado entre os anos de 1959 a 1964. A maior parte da estratégia de atuação do órgão estava definida a partir do diagnóstico resultante da publicação da “Operação Nordeste”⁶⁶, em que as diretrizes abraçadas tiveram como objetivo basilar suprir a falta de coordenação entre os órgãos federais existentes e que já atuavam na região. Assim, a Superintendência deveria ser um órgão primordialmente de organização e planejamento, principal coordenador das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do Nordeste dentro da perspectiva progressista do governo federal.

Dentro destas condições de atuação, nada mais justo que houvesse uma aceitação enorme da atuação da SUDENE por parte da população nordestina, mas sempre na esperança de condições efetivas de trabalho e atuação contra os males do sertão. “Somos pela industrialização e acreditamos nela como elemento de regeneração econômica desta zona”⁶⁷. Logo, a SUDENE nasce da clara necessidade de desenvolver-se economicamente a

⁶⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “*Censo demográfico: resultados preliminares*”. Rio de Janeiro, 1960.

⁶⁶ FURTADO, Celso. “*A operação Nordeste*”. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

⁶⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 18 de Junho de 1958, p. 3.

região Nordeste, acarretando em meio a esta responsabilidade a percepção de que, com o processo de industrialização acentuando as diferenças econômicas entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil, se tornava ímpar a intervenção direta na região, orientados pelo planejamento e pelo desenvolvimento acima de tudo, apontados até então como os únicos caminhos para o progresso. De tal modo, via-se materializada em uma instituição federal a esperança de uma verdadeira mudança no contexto econômico e político da região nordestina. Uma industrialização emergida de reformas que tornassem possível a convivência e a solução para as dificuldades da seca. Cunhava-se uma promessa de melhoria para o Nordeste.

Sob esses parâmetros, o país do “progresso e do desenvolvimento” do presidente Juscelino poderia dar os seguintes passos de sua edificação. Se observarmos bem a atuação da SUDENE ao longo dos primeiros anos, houve sim uma considerável dinamização da economia da região, atrelando-a a nova economia nacional, superando-se o contexto de desarticulação. Mas, no mesmo estreito, houve uma maior reafirmação da submissão entre as regiões Nordeste e Centro-Sul, promovendo a permanência da lógica de centro e periferia do país, sanando algumas, mas criando tantas outras desigualdades e desníveis regionais.

1.3 Dos anos 1960: as sobras do “ouro branco”, os novos interesses nacionais e as novas prioridades campinenses

Em uma cidade onde o desenvolvimento constantemente abraça a sua história, sempre vista como a luz que destaca o estado da Paraíba em um contexto regional, Campina Grande não poderia se desvincular das novas tendências econômicas vividas pelo país. Principalmente naqueles últimos anos da década de 1950, onde a sua galhardia econômica apoiada no comércio do algodão já não rendia os frutos necessários para projeção contínua da cidade. O momento exigia uma renovação e os ventos desenvolvimentistas que o país vivia pareciam até então, ser a solução. Como se pode observar em uma crônica do Diário da Borborema que não destaca o nome de seu autor.

Os observadores da vida campinense vêm notando, não sem certo pessimismo, que já não poderemos manter com a mesma galhardia de antes o domínio do comércio nordestino. (...) Ainda podemos ostentar, com justo motivo de orgulho, o título de cidade de mais intensas atividades comerciais na região que se estende até recuados rincões dos Estados vizinhos. (...) Não temos, no entanto, motivos para receios alarmistas, desde que poderemos arrumar a nossa economia em outro poderoso fator de desenvolvimento: a indústria. (...) O momento é mais que oportuno para a criação de uma mentalidade industrial. Devemos pensar desde logo na formação de capitais, no estudo dos mercados, sem muito confiar em promessas simbólicas de que seremos ajudados por capitalistas de fora. Os homens que construíram a grandeza do empório comercial que foi e ainda é Campina Grande, esses mesmos homens poderão, com seu arrojo, com sua inteligência, com sua visão, lançar os fundamentos do parque industrial campinense.⁶⁸

Significativamente intitulada “Pensemos em Indústria”, tal reportagem, localizada na página política, tem início destacando um importante conjunto de personagens identificados por esta pesquisa. Estes “observadores da vida campinense”, através de seus olhares tão preocupados com o futuro do município, não parecem ter se dado ao trabalho de desenhar uma possível solução para as fragilidades vividas pelo município por pura benevolência. Com um olhar mais apurado sobre o contexto econômico vivido pela cidade no momento, podemos atribuir às personagens anônimas desta crônica, grande

⁶⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 18 de Outubro de 1957, p. 3.

interesse de mudança e renovação. Talvez para eles fosse sim conveniente a adoção da indústria, o investimento pesado neste setor já que, nacionalmente, parecia ser a passagem para o progresso e desenvolvimento (pensamento alimentado pelo I Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorrido meses antes).

Muito antes da formação do GTDN, foi criado em Campina Grande um grupo com o intuito de praticar os objetivos preconizados pelo Encontro, onde se uniam membros de várias esferas da sociedade campinense. Entre eles, Dom Otávio Aguiar, bispo do município, Francisco Alves Pereira, líder da Associação Comercial, Manuel Figueiredo, presidente da Câmara de Vereadores e o superintendente das Emissoras Paraibanas, João Albuquerque. Ao passo que o discurso alcançava novos ouvintes e interessados, o movimento ganha novos partidários, formando uma camada heterogênea e politicamente engajada, adicionando o nome de comerciantes, industriais, novos membros do clero, banqueiros e intelectuais.

Os principais ideários que mesclavam os interesses deste grupo partiam em direção a um melhoramento da educação movida pelo sentimento (ou pelas necessidades) da industrialização, observados como soluções definitivas para a derrocada da economia campinense⁶⁹. Neste grupo, podemos identificar algumas figuras importantes da sociedade local, como os economistas Edvaldo de Souza do Ó e Aluísio Affonso Campos (este último, participante do Encontro dos Bispos), o jornalista José Lopes de Andrade, o professor e também jornalista José Stênio Lopes (ambos colunistas do Diário da Borborema), o comerciante José Epaminondas Braga (dono da famosa loja “Epaminondas Braga Bicicletas”)⁷⁰, a assistente social Luiza Erundina (engajada com a educação pública do município, se tornando diretora de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal no ano seguinte) e a família Rique, representados pelo banqueiro e empresário Newton Rique⁷¹.

⁶⁹ Ver AGRA do Ó, Alarcon. *“Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades. Campina Grande (1959)”*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

⁷⁰ Sua figura gerava um deslumbre na população infanto-juvenil de Campina Grande por comercializar na Rua João Pessoa o principal objeto de desejo daquela época, as bicicletas.

⁷¹ LIMA, Damiao de. *“Campina Linda e Grande”*. 2011. Disponível em: <<http://www.paraibaonline.com.br/coluna.php?id=49&nome=Campinalindaegrande>>. Acesso em fev. 2016.

As propostas e objetivos apresentados pelo GTDN fortalecem ainda mais os ideais de educação, industrialização e melhoria do Nordeste deste grupo, agora podendo ser orientados politicamente, já que os problemas enfrentados pelo Nordeste estavam impressos no diagnóstico feito pelo Grupo de Trabalho. A industrialização como solução definitiva para os infortúnios econômicos do município e região ganha aspectos palpáveis, praticáveis, onde as pretensões de um pequeno grupo de progressistas poderiam ser orientadas política e economicamente.

Se colocarmos este grupo na pele destes “observadores campinenses” apresentados pela crônica do DB (preocupada e já inserida no contexto da industrialização), há uma combinação inquestionável de interesses (interesses depreciados pelas mudanças econômicas do país) e discursos, mesmo que estes sejam apresentados como um mérito de toda a população de Campina Grande. Da mesma maneira, deixa-se subentender que tal perspectiva de futuro alcançará a todos os campinenses, caso os “construtores” do empório comercial, que há tantos anos caracteriza a cidade, se mobilizem e coloquem a cidade no mesmo ritmo de desenvolvimento do Brasil.

Sob esta feição, nas reportagens veiculadas pelo Diário da Borborema, se corrobora um permanente traçado do imaginário que se constituiu em torno da cidade; constantes discursos de um grupo progressista que acreditava piamente no potencial campinense e de sua população, tornando-a um verdadeiro “centro propulsor do progresso da Paraíba”. O jornal insiste em uma imagem de Campina Grande onde seus serviços, seu comércio e sua produção tornava-se motivo de cobiça e entusiasmo entre outros centros urbanos do interior nordestino. Sendo assim, na indústria, “naturalmente” não poderia ser diferente. Como aponta a reportagem de capa do 7º caderno da primeira edição do Diário da Borborema, “Campina Grande, porta do sertão e centro de trabalho incansável”, publicada no dia 2 de outubro de 1957:

Em todo o Nordeste brasileiro, um nome de cidade ressoa, causando inveja e admiração a todos os centros interioranos que mais têm progredido na região. Esse nome é o de Campina Grande. Porta do sertão, centro de trabalho incansável e produtivo, a cidade de Campina Grande é a rainha

incontestável do Nordeste interior. Seu florescimento, cada dia mais acentuado, é fruto do esforço de sua população ativa, valorizado por condições geoeconômicas verdadeiramente ímpares no Nordeste seco. (...) Os negócios que aqui se realizam, assumem proporções fantásticas, criando riquezas rápidas e deixando sua marca no crescimento de todas as atividades humanas na cidade. (...) Entretanto, Campina Grande acha-se apenas no início de uma fase de industrialização que poderá, em breves anos, superar as outras atividades produtivas: agricultura, comércio e serviços. Realmente, nenhuma cidade no Nordeste interior apresenta tantas e tais condições favoráveis ao crescimento industrial. Aqui se encontram em posição invejável todos os fatores para a existência de um parque industrial promissor: matérias primas e facilidade de seu acesso às fábricas pelas numerosas vias de comunicação existentes; energia elétrica abundante, certa e relativamente barata (podendo tornar-se ainda mais barato); mão de obra também abundante e de boa qualidade (sabendo-se da extraordinária capacidade dos nossos artífices e existindo estabelecimentos de preparação profissional, como o SENAI para a formação de operários e a Escola Politécnica para a preparação de técnicos de técnicos); mercado consumidor de extensão e capacidade ainda não avaliadas, mas que se presume de grandes proporções pela posição geográfica da cidade – portão do sertão, como comumente se diz, cidade-chave de uma imensa região nordestina que abrange os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, parte de Pernambuco como do Maranhão, etc.; finalmente, espírito empreendedor de seus capitalistas, o qual precisa apenas ser estimulado no sentido das sociedades anônimas, ajudadas pelos financiamentos oficiais.⁷²

Nesse empenho, o jornal *Diário da Borborema* facilitava a construção e circulação de um conjunto de imagens e modelos que claramente eram pretendidos e que fossem vivenciados por todos os campinenses cotidianamente. A capital do trabalho era simulada como a cidade progresso, a cidade modelo do Nordeste, município interiorano de “maior” destaque econômico. Possuía graças ao seu passado rico e enobrecedor que fomentou o acúmulo de capital o investimento material urbano, todos os aparatos e promovia todos os estímulos que um centro urbano carecia para que ali fosse desenvolvido um forte e adiantado setor industrial. Resgatam-se nas entrelinhas da crônica os cinquenta anos que Campina Grande viveu como ponta de trilho, como a verdadeira “porta do sertão”, por onde seus produtos escoavam e reverberavam as riquezas daquela terra. Já até apresentava focos

⁷² *Diário da Borborema*, Campina Grande, 2 de Outubro de 1957, caderno 7, p. 1 e 4.

de indústria, sem esclarecer é claro que não era muito mais do que os outros setores da economia de Campina.

Na verdade, tal indústria caminhava a passos lentos, atendendo a um mercado incipiente e gerando algumas oportunidades de emprego que mal abarcavam a população tão inflada nas últimas décadas, que em matéria publicada pelo Diário da Borborema, já sofria com a fome e a miséria⁷³. Mas, camuflando tal condição, apresenta a Rainha da Borborema com toda sua pompa e beleza, como espaço mais do que adequado para criação de um parque industrial. A cada um dos seus recursos apresentados (água, luz, matéria prima, mão de obra), há simultaneamente um pequeno disfarce da verdadeira realidade destes amparos, onde se sente uma singela alfinetada nos responsáveis por estes domínios, traduzindo-se em um chamado do dever. Vende-se a cidade sabendo de suas fragilidades. A esperança é que elas sejam corrigidas a tempo do progresso.

Se observarmos a data de publicação deste registro (1957), percebe-se que já há um incentivo formal por parte dos progressistas locais para com a indústria. O desejo de progresso caminhava no mesmo ritmo que o discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Apesar de pequena, já havia uma indústria que se insinuava e diante do exposto pelo Diário da Borborema, era promissora, faltando-lhe apenas estímulos financeiros e fiscais adequados.

Seguindo as leituras de Paul Ricoeur⁷⁴, entendemos que nossas produções historiográficas são representações produzidas a partir de outras representações, sendo o historiador possuidor da responsabilidade de “traduzir” as leituras de outro tempo acerca do mundo para o presente para qual ele escreve, renunciando a qualquer pretensão de tradução perfeita, buscando entendimentos negociados, que minimizem os prejuízos causados pela translação de palavras e sentidos de um espaço e tempo para outro. Cria-

⁷³ Ver “*Morre à fome a criança brasileira*”, Diário da Borborema, Campina Grande, 2 de Outubro de 1957, caderno IV, p. 1.

⁷⁴ Ver mais em RICOEUR, Paul. “*Sobre a tradução*”. Tradução e prefácio de Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011; e ARANHA, Gervácio Batista. “*História e Representação: por uma nova mimeses?*” In: FARIAS, Elton John da Silva e ARANHA, Gervácio Batista (organizadores). Epistemologia, Historiografia e Linguagens. Campina Grande: EDUEFG, 2013, p. 27-56.

se um meio-termo onde o historiador deve caminhar, relevando suas fontes, mas sem abraça-las como depositórios de verdade. Desta forma, buscamos abordar o jornal por outra perspectiva, onde a mesma reportagem analisada acima também mostra uma necessidade de uma constante exposição de Campina Grande como um polo economicamente forte para se investir na indústria, ganhando visibilidade diante das empresas interessadas no mercado. A imprensa e a parte da elite campinense, já identificada anteriormente como aqueles orientados pelas preconizações do Encontro dos Bispos do Nordeste, assinalavam para o mesmo futuro, acreditando que apenas a indústria poderia manter o posicionamento de destaque de Campina Grande perante outras cidades de mesmo porte. Como aponta a reportagem “Zonas Industriais” presente no editorial da edição de 22 de Novembro de 1957:

Os homens empreendedores de Campina Grande acreditam, com justificadas razões, que temos aqui as melhores possibilidades para sustentar um ritmo muito mais intenso de industrialização. E de todos os lados estão surgindo ideias felizes no sentido de se criarem condições favoráveis ao surto de desenvolvimento fabril.⁷⁵

Em sua direção política, Campina vinha progredindo rapidamente, gerando seu crescimento em diversos âmbitos, passando pela educação e pela cultura, atravessando também os serviços de energia e telefonia. As gestões dos prefeitos Elpídio de Almeida (1947-1951 e 1955-1959) e Plínio Lemos (1951-1955), colocaram a cidade nas trilhas do progresso, de acordo com o Concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal de 1957, exibido pela reportagem “Campina Grande, um dos Municípios de maior Progresso”⁷⁶. Nela, ocupando toda a terceira página deste caderno, fatores como os gastos em obras públicas e serviços, gastos com energia e estradas apontam para o tamanho investimento público para o desenvolvimento urbano.

Novamente encontramos nestas reportagens feições do município de Campina Grande como uma verdadeira mina de ouro para o investimento empresarial, se tornando necessário apenas as ferramentas próprias que possibilitassem sua “mineração”. Tais instrumentos garimpariam o verdadeiro

⁷⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 22 de novembro de 1957, p.2.

⁷⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 2 de Outubro de 1957, caderno 4, p. 3.

potencial do setor industrial campinense, arrancando-a de sua incipiente situação, alcançando as feições desejadas para uma verdadeira capital do trabalho. Lembramo-nos aqui que a cidade chegou a possuir um banco privado de interesse industrial, o Banco Industrial de Campina Grande. Mas, se no contexto econômico nacional o projeto político do governo federal se firmava no desenvolvimento através da industrialização, em Campina Grande o que existia, efetivamente, era uma economia eminentemente comercial, onde a indústria se mantinha de forma superficial.

Ao atinarmos para o esforço realizado pela prefeitura em apresentar a cidade como um polo atraente para novos negócios, identifica-se também nas reportagens do Diário da Borborema uma negação de que a Campina Grande do futuro era só avanço e desenvolvimento. Apresentando uma análise diferenciada ao denunciar alguns problemas do município, o DB dá destaque as suas carências, suas insuficiências e falhas, fossem estas observadas nas esferas de serviços como água e energia, na mão de obra não instruída ou na falta de coordenação pública em níveis municipais, estaduais e federais. Ressaltando a distribuição de água nesta época, o Diário da Borborema não apresenta uma imagem muito atraente aos objetivos industriais dos progressistas.

A cidade neste momento (meados de 1957) é retratada pelo jornal DB de tal maneira que perpassa um sentimento de repulsa e desordem, em contrapartida à boa parte dos discursos “embelezantes” que comumente eram propalados. A realidade moderna e civilizada estava na verdade muito mais próxima da degradação. Nesta perspectiva menos amistosa, se fazia um retrato de Campina Grande bastante modesto, principalmente quando se leva em consideração as áreas mais distantes do centro da cidade. Estes espaços são comparados a enormes esgotos a céu aberto, onde dejetos e imundices escorriam, causando incomodo não só àqueles habitantes menos abastados como também aos mais diversos curiosos que não comungavam daquele ambiente.

Sem a disponibilidade de água potável, se entendia que boa parte dos habitantes de Campina Grande dependia da sorte para amenizar os seus problemas hídricos. Muitos deles se valiam de grandes peregrinações pela cidade e seus arredores no intuito único de abastecerem suas casas com água; pagavam consideráveis valores pelo serviço de distribuição de águas de origens questionáveis se considerarmos que boa parte desta água era extraída de mananciais espalhados pela cidade, mananciais estes que também serviam como depósitos dos mais sujos dejetos⁷⁷.

De tal modo, destes reservatórios alternativos de água, se retirava um produto de péssima qualidade a valores altíssimos para uma população que não poderia recorrer a outras opções. A doença, a morte e o desespero seriam simples consequências, como também a iniciativa do governo de combater estas moléstias. Apesar da construção do Açude do Boqueirão e de sua adutora já se encaminhando, o abastecimento de água sempre é exibido pelo Diário da Borborema como incipiente, promovendo o terror na vida das donas de casa campinenses. Para isto, se observa a reportagem “Necessário um conjunto de medidas para melhorar o nosso abastecimento d’água” do dia 2 de Fevereiro de 1958 (novamente, o jornal não atribui nenhuma autoria à crônica), na qual é exposta a verdadeira situação do sistema de abastecimento de Campina. Nela, o senhor Josemir Castro, atuante no setor sanitário da cidade explica que é necessária uma verdadeira mobilização do governo público para ampliação do abastecimento. A velha estrutura já não dá mais conta de uma população em vertiginoso crescimento⁷⁸. Este projeto a muito necessário para Campina Grande e sua população, atravessou um considerável número de percalços materiais e políticos, de onde se edificou discursos e simbologias para o uso da água.

A cidade de Campina Grande esta recebendo dois milhões e quatrocentos mil litros de água por dia. Isso representa pouco mais de uma lata de água para cada pessoa. (...) Não há em

⁷⁷ SOUZA, Fabiano Badú de. “*Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958)*”. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2013, p. 47 e 48.

particular uma medida isolada que seja providencial. Haveria um conjunto de medidas que deveriam ser tomadas simultaneamente. O povo precisa ser perfeitamente esclarecido a respeito da real situação a fim de poder exigir e julgar o cumprimento das providências que as circunstâncias requerem. (...) Confesso que não entendo nada do domínio dos senhores economistas. Não posso contestar que não vale apenas, sob o ponto de vista econômico, o dispêndio de verbas para a consecução deste serviço. Mas o senso comum diz que vale a pena. Considero como homem, que é dever do Estado atender prontamente às solicitações aflitivas do povo⁷⁹.

Sobre a energia, não há melhores condições que as do abastecimento hídrico. Problemas que há anos já acompanhavam os campinenses como o custo alto, as condições precárias de estrutura e distribuição também não proporcionavam as tão sedutoras condições para a instalação de novas indústrias. O Diário da Borborema, em tom de denúncia, reivindica ao governo soluções que viabilizassem a situação.

Os homens da indústria de Campina Grande, por exemplo, pagam energia elétrica duas vezes mais cara do que no Rio de Janeiro ou em São Paulo. E naquelas cidades, grandes, grandes centros industriais, o fornecimento de eletricidade é feito por empresas privadas. No Nordeste, a CHESF é a empresa mantida principalmente pelo Governo Federal, com a participação apreciável dos Estados interessados e ainda com a ajuda de capitais privados. (...) Um programa objetivo de investimentos da União no Nordeste não pode deixar de ser repisado, renovado, rediscutido no encontro dos industriais do Nordeste. Realmente, chega de tanto barulho por verbas de emergência para socorrer flagelados em tempo de seca. O Nordeste quer dinheiro, mas para ser aplicado em empreendimentos básicos para o desenvolvimento regional. O problema social das secas será melhor solucionado quando a região possuir uma indústria poderosa e sólida, oferecendo emprego aos excedentes de sua população rural⁸⁰.

Novamente a industrialização é elencada como a principal solução para os problemas do Nordeste, onde se confundem interesses econômicos e sociais (indústria e seca), destacando o grande embate entre os setores

⁷⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 2 de Fevereiro de 1959, p. 8 e 4.

⁸⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 4 de Fevereiro de 1959, p. 2.

industriais e oligárquicos. O discurso dos políticos, jornalistas, comerciantes e tantas outras figuras campinenses sintonizadas com o ideário industrial trazem para si as aflições das camadas mais pobres da cidade, argumentando a favor de seus próprios planos como também se sobressai uma mobilização da população para com a indústria. Sinaliza-se uma mudança de mentalidade em relação à economia paraibana. Clama-se por dinheiro, mas por um dinheiro bem aplicado, que alimente o setor industrial de tal forma que outras dificuldades como a falta de água, as dificuldades da pobreza e da seca fossem sanadas pela melhoria da esfera econômica da região nordestina.

Novamente observando o suprimento de água e energia para Campina no ano de 1959, somados ao desinteresse político para com as necessidades basilares de seu povo ⁸¹, não resta dúvida que os imperativos de uma indústria de grande porte que ali se instalasse não seriam resolvidos em tempo hábil. De tal modo, intitulada “Desleixo inqualificável”, a reportagem presente no editorial da edição de 4 de Janeiro de 1959, nos fala:

Ninguém mais ignora, nesta cidade, que toda a zona urbana servida d'água pela caixa do Monte Santo não está sendo convenientemente suprida pelo novo sistema do Açude de Boqueirão. Nessa zona continua a fazer-se racionamento com a distribuição d'água com intervalo de alguns dias. (...) O Dr. Josemir de Castro, com a visão correta que tem dos problemas do abastecimento d'água na cidade, vem pleiteando, desde que foi inaugurada a Adutora nova, um transformador para o correto funcionamento de uma moto-bomba mais possante, adquirida pelo Saneamento no Recife, pois a corrente nas Boninas é insuficiente para fazer funcionar o aludido conjunto elétrico. (...) Não se trata somente de instalar o transformador. Falta trazer a rede elétrica da Rua Getúlio Vargas para o Reservatório das Boninas, isto é, uma linha especial se torna necessária para o perfeito funcionamento do conjunto moto-bomba. (...) Mesmo que seja um absurdo entrar o DNOCS com a despesa para o processamento da linha, talvez ele autorizasse a compra de postes e de cabos e isoladores e demais materiais precisos, desde que manifestou o enorme desejo de satisfazer aos desejos dos campinenses em matéria de abastecimento d'água. Se ignora o pormenor o diretor geral do DNOCS, não acontece o mesmo com o Governo do Estado. Tendo a sua disposição o transformador do DNOCS, nada

⁸¹ Segundo José Stênio Lopes, em sua coluna “*Encruzilhada*” do dia 19 de Outubro de 1957, os políticos paraibanos “raramente” andam juntos com técnicos. Desta afirmação ele deixa claro que os caminhos apresentados por estes técnicos para os tantos problemas que assolam a população paraibana, nem sempre servem para os interesses eleitorais.

mais justo, nada mais imperioso, do que o Governo arcar com a despesa da montagem do mesmo, trazendo – se o caso é a falta de linha – os fios da Avenida Getúlio Vargas. (...) Francamente, é esse um desleixo inqualificável para o qual, provavelmente, não atentou ainda o Governador Pedro Gondim, tão interessado como se tem revelado em atender às reivindicações desta cidade.⁸²

A incapacidade do governo para resolver problemas simples como este apontado pela crônica marca uma séria cobrança por parte do jornal. Encargos assumidos por outras instituições são deixadas de lado, prejudicando o adiantamento de uma cidade prometida ao progresso. O destaque dado às fragilidades de Campina, “revelando-as” aos poderes públicos, coloca em xeque o balanço destes governos, que perdem a confiança de suas populações. Em outro registro do Diário da Borborema, onde o abastecimento de água e o fornecimento de energia de Campina são desmembrados⁸³.

O frequente desmoronamento de postes da rede elétrica que liga o sistema de Paulo Afonso à Estação de Recalque de Vereda Grande, de onde é bombeada a água que abastece Campina Grande, vem se constituindo uma permanente ameaça à tranquilidade dos habitantes desta cidade. Culpe-se em geral por esses incidentes a pressa com que foi construído e inaugurado, há três anos, o sistema adutor de Boqueirão a fim de servir a interesses políticos.⁸⁴

O comprometimento da elite local em atrair a atenção e trazer para perto de suas preocupações “industrializantes” o poder público, se repete progressivamente nas reportagens do DB, destacando a finalidade de tal processo e investimento, como também delineando a participação política do jornal dentro do contexto local. Resta aos políticos, atenderem ao imperativo de um seguimento local que clama por indústria através da imprensa campinense. No caso, o próprio editorial do Diário da Borborema se mobiliza novamente ao escrever que:

Não é mais novidade para os responsáveis pelos destinos da comuna, como também para as suas classes conservadoras e o próprio povo, que o município campinense precisa se industrializar. Frequentemente, em círculos locais os mais

⁸² Diário da Borborema, Campina Grande, 4 de Janeiro de 1959, p. 2.

⁸³ Neste momento, as principais reportagens do Diário da Borborema se faziam presentes nas primeiras e últimas páginas da edição.

⁸⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 15 de Janeiro de 1961, p. 8.

variados, ouvimos essa afirmativa. Com efeito, parece não haver dúvida que já transpomos a fase comercial da cidade: mercados que se supriam comumente aqui (pelo aparecimento natural de condições próprias), estão se reabastecendo no Sul ou em outras cidades mais próximas, extinguindo-se, o que sempre foi muito importante, as conhecidas cargas de retorno, motivo da dinamização e pujança do comércio local. Também o comércio algodoeiro vem caindo sensivelmente e quase umas dezenas de firmas no gênero já fecharam as suas portas. Destarte, mais do que nunca, a afirmativa tem caráter verdadeiro e requer, urgentemente, providências lúcidas dos dirigentes comunais, antes que a outra cidade tenhamos que passar o cetro de liderança nordestina.⁸⁵

Segundo a reportagem, perder o título, “passar o cetro” para outra urbe, marcaria a história e o orgulho de Campina de uma forma irreparável. A Rainha da Borborema, a “capital do trabalho”, perdendo sua autoridade e influência dentro do contexto regional era algo inadmissível. O poder público era convocado a interferir em uma situação, que como aponta a reportagem, “não é mais novidade” para aqueles que possuem algum domínio dentro do município, seja esse político ou econômico.

Neste período de comprometimento, empenho e estímulo, a prefeitura de Campina muda sua atitude diante das possibilidades de indústria. A partir de pesquisas e levantamentos feitos por ela em relação às indústrias já instaladas no município, o poder municipal almeja desenvolver plenamente as potencialidades da Rainha da Borborema, perpetuando sua situação como “centro adiantado da indústria paraibana”. Na coluna nomeada “Encruzilhadas”, o professor José Stênio Lopes⁸⁶, fundador do SENAI na Paraíba e editor do Diário da Borborema, esclarece na reportagem “Inquérito industrial” que:

Vai distribuir a agência modelo de Estatísticas de Campina Grande, nos próximos dias, a todos os industriais do Município os questionários destinados à coleta dos dados referentes ao valor da nossa produção industrial em 1957. Essa pesquisa, que é anual, constitui-se uma das melhores fontes para o julgamento do processo de rendimentos de nossas indústrias,

⁸⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 3 de Março de 1959, p. 2.

⁸⁶ O professor José Stênio Lopes dentro da história de Campina Grande é considerado como mais que um educador. Responsável pela consolidação do ensino profissionalizante no contexto em estudo era um dos mais respeitados homens de letras campinenses. Ao longo de sua vida contribuiu com a imprensa do Ceará, nos Diários e Emissores Associados no Pará, onde passou alguns anos, e em Campina Grande, no Diário da Borborema e no Jornal da Paraíba, como editorialista.

podendo-se por ela ajuizar de dois fatores de máxima importância: a) a rentabilidade dos empreendimentos; b) o aumento da produtividade. Importa, porém, que os quesitos formulados pela repartição de Estatística sejam perfeita e exatamente respondidos. Como sabem os industriais, os dados fornecidos à Estatística têm caráter restrito, não servem para efeitos fiscais. Os elementos que fornecer determinada empresa, passam a figurar nos dados globais da Estatística, desaparecendo inteiramente o informante para só ficar o dado fornecido. (...) Todas essas atitudes, que possam refletir-se na inexatidão das respostas que o censo da produção industrial requer, devem ser afastadas como prejudiciais à nossa terra. (...) Da exata informação dos industriais campinenses vai depender melhor situação de Campina Grande como centro adiantado da indústria paraibana. Precisamos ter isto em mente.⁸⁷

Sem dúvida é necessário “ter em mente” que tais crônicas não medem esforços para criar uma altivez de ser campinense, de nascer e trabalhar em tal cidade, centro de “todo o progresso paraibano e regional”. As reportagens martelam veementemente tal ideia, objetivando os esforços da indústria em prol do bem municipal. Assim, tomar parte ativamente dos interesses locais se transformava em uma forma proativa de atender ao bem comum. Nessas reproduções jornalísticas, era de suma importância construir uma imagem de uma Campina “grande”, luminosa e próspera. Esta pesquisa anunciada pelo Diário da Borborema arrastava mais ainda os intelectuais para o empenho de modificar as feições econômicas da cidade. Como aponta outra vez o editorial do jornal em nova reportagem de mesmo contexto e interesse:

Não se trata apenas de cumprir um mandato da lei. Não se pensa em fugir às multas que ameaçam aqueles que não prestam as informações requeridas ou as prestam com inexatidões. O que importa realmente é que cada uma compareça nos totais dos dados coletados com a força e a verdadeira expressão de sua realidade econômica através dos elementos fornecidos nos inquéritos industriais. (...) Campina Grande e a Paraíba podem surgir como mercado para investimentos, mas isto só se tornará fácil, se os estudiosos dos assuntos econômicos encontrarem em nossa cidade, como no Estado, condições favoráveis de desenvolvimento industrial, em face da rentabilidade dos capitais aplicados.⁸⁸

⁸⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 14 de Março de 1958, p. 7.

⁸⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 15 de Março de 1958, p. 2.

Ainda recorrendo aos números e estatísticas, a crônica “Cidade grande”, traz consigo dados significantes sobre a população campinense a partir de uma pesquisa feita pelo IBGE à época. Seu desenvolvimento vertiginoso nos últimos anos é apontado pelo editorial do jornal como sinal “inquestionável” de progresso, reescrevendo a condição de declínio que a pouco tempo caracterizava a economia de Campina.

Campina Grande ultrapassou os cem mil habitantes. Foram aqui recenseados 116.803 habitantes, quando ao preenchimento dos questionários do IBGE. A população campinense deu um verdadeiro pulo. O aumento em dez anos foi de cerca de 60 por cento, o que é um despropósito. Mas explica-se esse aparente despropósito, pelas condições que a cidade passou a oferecer às populações abandonadas do interior. Com a água, abundando na verdade, de que a cidade se vem abastecendo através de um serviço ainda precário, porém incomparavelmente melhor do que tínhamos antes, parece que novamente cresceram as possibilidades de progresso de Campina Grande. (...) Nota-se, entretanto, que o crescimento de população não se vem fazendo acompanhar do aumento proporcional dos meios de produção. Não crescem as oportunidades de trabalho na mesma percentagem. (...) Ao mesmo tempo, redobram os compromissos da administração pública em relação a uma cidade que incha. Há maiores problemas de abastecimento, de transportes, de escolas, de assistência médica e sanitária, etc. Se o comércio e a indústria também crescessem, haveria compensação. Mas o aumento populacional é antes da classe pobre. Não nos consta que tenha havido melhoria nas condições econômico-financeiras. Assim, vai-se exigir mais das classes contribuintes, estas terão que arcar com mais pesados ônus, a fim de a administração atender as necessidades que se ampliam. (...) Essa gente traz força de trabalho. Mas essa força não deve ficar ociosa. Precisamos aproveitá-la e aqui intervém a ação do poder público, fomentando o desenvolvimento das empresas privadas. Numa palavra, precisamos de industrializar nossa terra.⁸⁹

Nesta expressão, mais do que clara, a solução para o atraso de Campina Grande: é “preciso” industrializar. É preciso dar trabalho a quem quer trabalhar. É preciso dar lucro a uma elite que perdeu seu espaço dentro de uma concorrência regional onde a indústria já dita há algum tempo os novos parâmetros de disputa. A reportagem deixa claro que Campina tem que ascender, para além de seus dados demográficos. É preciso produzir em maior

⁸⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 10 de Janeiro de 1960, p. 2.

proporção do que se consome. De tal modo, a indústria se mostra como “o” recurso para as dificuldades de um município que em si concentra os imperativos do interior paraibano. Seu inchaço populacional cada vez mais proeminente tornam claras as fragilidades de sua economia restringida. Industrialização como o derradeiro recurso: empregos para uma população ociosa, forte impulso para a economia local, novas fontes de imposto auxiliando a prefeitura em suas responsabilidades com a população.

Com os alertas, enfoques e outros aspectos destacados pelo Diário da Borborema, há uma mobilização por parte dos poderes públicos locais. Tomam-se novas atitudes para suprir as demandas infraestruturais, que tornavam o aporte industrial em Campina pouco eficaz. Outra vez, utilizando o discurso de naturalidade e predestinação, as reportagens do DB balizam o adiantamento campinense. A vinda de representantes nacionais de indústrias e instituições como FIEP, SESI e SENAI paulatinamente permeiam as páginas do Diário. Na edição de 30 de Abril de 1958, ocupa boa parte da 8ª página.

Acompanhado de numerosa comitiva, chegará a Campina Grande hoje às onze horas, sendo alvo de significativas manifestações por parte das classes produtoras desta cidade, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Diretor do Departamento Nacional do SESI e Presidente do Conselho Nacional do SENAI, Sr. Lídio Lunardi figura das mais representativas dos meios econômicos, financeiros e sociais do país.⁹⁰

A seriedade de uma visita deste aspecto acende um potencial tão antes exposto pelas páginas do Diário. E também para uma extraordinária necessidade deste processo, sendo ela a formação de mão de obra especializada. Para uma indústria, não se pode empregar qualquer trabalhador ocioso como aquele exposto anteriormente. É necessário um trabalhador especializado, formado em áreas que atendessem à necessidade das indústrias que aqui funcionavam ou pretendiam se estabelecer. Seguindo esta conformação, o SENAI aparece como principal formador de mão de obra atuante na indústria paraibana. Assim, o professor Stênio Lopes, em sua coluna “Encruzilhada” nos fala:

⁹⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 30 de Abril de 1958, p. 8 e 4.

Como se poderia traduzir o rendimento do dinheiro que os industriais entregam ao SENAI? Evidentemente, pela apresentação às fábricas e oficinas de certo número de jovens operários bem treinados num ofício útil, preparados nas Escolas mantidas por eles (os patrões). (...) A direção do SENAI achou que o caminho certo era instalar cursos básicos, isto é, cursos para a formação de operários em mecânica geral. (...) Com efeito, em qualquer indústria necessita de mecânicos para a manutenção e reparação dos maquinismos e equipamentos. (...) estará a Escola SENAI realizando um programa objetivo e eficiente para a melhoria da indústria brasileira.⁹¹

Torna-se essencial a atuação de tais escolas na formação de operários para a indústria campinense, que aos poucos apressa seu passo rumo ao tão prometido desenvolvimento. Ressalvasse, contudo, que para o acesso a uma mão de obra bem qualificada em uma região onde a indústria ainda caminha a passos extremamente lentos, é necessário despender algum dinheiro, que será transformado na formação de trabalhadores jovens, dispostos a ingressarem e operarem no mundo da indústria, dando sua importante contribuição para o avanço campinense. Por parte da FIEP, podemos notar o mesmo empenho em desenvolver uma economia que apesar de já se conduzir, ainda engatinha se ponderarmos sua situação e compará-la com outras regiões do país.

A atual fase de expansão do movimento industrial de Campina grande, visando a consolidar a vida econômica da cidade e inaugurar uma etapa nova com o aproveitamento maior e mais racional dos recursos naturais do Nordeste, continua a ser preocupação constante das classes produtoras locais. Estamos seguramente informados que a Federação das Indústrias lançará brevemente ampla campanha, de âmbito estadual, com o fim de congregar mais os industriais em torno de seus legítimos interesses, devendo diretores daquela entidade visitar várias zonas do Estado, promovendo reuniões nas cidades mais importantes.⁹²

Entre tais cidades elencadas pelo cronista (mais uma vez não identificado), Campina Grande parece se oferecer como destaque de uma economia “nascida para crescer”, brilhar e ser o pivô central da economia de uma região de promessas que era o Nordeste, deixando claro o interesse por trás das linhas impressas do Diário da Borborema. Não é à toa que reportagens deste tom ocupam grande parcela das páginas principais do jornal.

⁹¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 8 de Novembro de 1957, p. 7.

⁹² Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Outubro de 1957, p. 8.

Através destas palavras moldadas pelo discurso da industrialização, buscava-se a mobilização de instituições públicas em prol da economia local, animando e estimulando a elite local a mover seus esforços por uma Campina industrial. Outra feição importante que indica o apoio político e institucional para a industrialização da cidade é a prática da isenção de impostos que distingue uma conduta pública em relação à boa parte das empresas e indústrias no Brasil até hoje. Algumas reportagens⁹³ apontam, neste sentido, para a influência do governo federal que, com o intuito de industrializar o Nordeste atrai ao mesmo tempo indústrias estrangeiras e instiga também a mobilização de empresas estaduais e municipais. Com o andamento destas práticas, as estratégias tomadas por várias esferas da economia e do poder público local lograram resultados positivos, a partir dos primeiros sinais de interesse de indústrias estrangeiras.

Viajando em avião especial estiveram nesta cidade ontem pela manhã os industriais japoneses Akira Yamamoto e Hildes Saito, em companhia do Sr. Pércio França, secretário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que realizam no momento uma excursão pelos Estados do Nordeste, com o fim de estudar as possibilidades de instalação de uma indústria de fiação nesta região do país. Referidos industriais logo que desembarcaram no Aeroporto João Suassuna, estiveram realizando uma visita ao Prefeito Severino Cabral, no seu gabinete de trabalho, no Palacete da Prefeitura, onde se demoraram em palestra com o Governador da cidade, certificando-se das condições oferecidas por Campina Grande para instalação de uma indústria daquele tipo.⁹⁴

Asiáticos, europeus, americanos ou industriais do Sul brasileiro vêm ver e ouvir as propostas e oportunidades que germinam na Rainha da Borborema. Aos poucos, suas estruturas fragilizadas pelo enfraquecimento do empório do algodão e incipientes perante uma população de quase 120.000 pessoas⁹⁵ são reformadas, reestruturadas, ampliadas, atendendo também aos imperativos de um processo de industrialização que ali começa a se insinuar.

⁹³ Como é o caso da reportagem *“Isenção de impostos sobre às novas indústrias”*, publicada no Diário da Borborema no dia 7 de Julho de 1961.

⁹⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Julho de 1961, p. 8.

⁹⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *“Censo demográfico: resultados preliminares”*. Rio de Janeiro, 1960.

Não demorou muito para que outras esferas do cotidiano campinense fossem a reboque deste pretenso aumento econômico, se expondo também como aspectos de progresso e prosperidade da cidade. Culturalmente, intuímos o aparecimento de novas mídias para Campina, onde o próprio jornal Diário da Borborema junto à Rádio Borborema e, mais tarde, à Rede de Televisão Borborema, estes são apresentados nas reportagens do Diário como “fatores de desenvolvimento” da cidade. Neste sentido, destacamos reportagens como “A Rádio Borborema é um fator de desenvolvimento de Campina Grande” do dia 2 de Outubro de 1957 e “Televisão é fator de progresso e Campina está de parabéns” do dia 4 de Janeiro de 1962, onde o progresso da cidade motiva ou torna como consequência, a aparelhagem de modernas instalações de mídia e comunicação. As feições emolduradas pelo jornal são recebidas pela população campinense e seus homens de letras, que tomam partido diante da situação. O jornal em suas crônicas faz com que se pense em uma “naturalidade” de tais acontecimentos, diante da economia de uma cidade em pleno desenvolvimento.

Campina crescia, ficava “Grande”. Justificava seu nome perante uma região que segundo os discursos de sua imprensa e elite, orbitava em torno de sua forte economia, comércio, e agora, indústria. O “cetro” de outrora permaneceria nas mãos da verdadeira Rainha da Borborema. A industrialização prometida como solução para todas as mazelas do Nordeste, e em especial, para a capital do trabalho, surtia um aparente resultado. Necessitava-se apenas de um esforço político moldado sob as perspectivas desenvolvimentistas para um crescimento de tamanho calibre.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO II

UMA NOVA CAMPINA, UM NOVO CAMPINENSE? O PAPEL DO DIÁRIO DA BORBOREMA NA (DES)CONSTRUÇÃO DAS VIRTUDES, DOS VÍCIOS E DA “MENTALIDADE” CAMPINENSE

"Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras".⁹⁶

2.1 De seu líder empresarial e político, o Diário da Borborema segue a risca os discursos desenvolvimentistas para Campina Grande

Se observarmos as alterações ocorridas no seio da capital do trabalho entre os últimos anos de 1950 e 1970, muitos discursos se construíram em torno de uma elite progressista, que esperava um momento de transformação, que edificaria novas identidades para a cidade e seus habitantes. O DB atuando como veículo de difusão destes discursos, reflete as ansiedades e desejos em torno destas mudanças urbanas, políticas, econômicas, localizando assim, o jornal dentro do cenário em discussão. Através das palavras do diário, Campina Grande se transformava ao ritmo do progresso industrial, se remodelando, pretendendo para si novas fronteiras, redesenhando sua amplitude e influência econômica dentro do contexto estadual e regional em que se inseria.

O mesmo discurso jornalístico ainda aponta para o destino dos campinenses: a reboque, se transformariam, adequando-se às novas necessidades municipais, incorporando hábitos e costumes. Enquanto a cidade melhorava sua infraestrutura, seus recursos materiais, suas capacidades técnicas para receber adequadamente este progresso industrial, o campinense desejoso de participar deste desenvolvimento precisaria também se capacitar

⁹⁶ CALVINO, Italo. *“As cidades invisíveis”*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14 e 15.

de forma técnica e civil. Construía-se assim, uma nova “mentalidade” para o campinense.

Entre melhoramentos técnicos que surgiram como consequência do progresso de Campina Grande, o Diário da Borborema se coloca. Seu gestor, Assis Chateaubriand, assim deixa claro sua responsabilidade: “Aqui estamos, (...) para empreender convosco, ao vosso lado, movimentos educativos, suscetíveis de melhorarem os vossos costumes, e de enriquecerem a vossa gente” ⁹⁷. Chatô, segundo as palavras expostas no jornal (sem a assinatura de nenhum cronista), se prontificava, falando abertamente às massas, elevando os padrões de inteligência, julgamento e moralidade da gente campinense diante de tantas discordâncias apresentadas no contexto político e econômico do país. Elevava a “mentalidade campinense” para além das disputas regionais existentes entre o Nordeste e o Sudeste, conscientizando-os das desigualdades e de suas responsabilidades para com o município. Destes sentimentos ignóbeis e xenófobos, destes desequilíbrios nacionais, os campinenses deveriam retirar forças para empreender sua caminhada pelo avanço.

Nestes discursos assistidos por olhos e ouvidos atentos, apontava a razão de tão amplas dessemelhanças. Em um raciocínio comparativo, apresenta os Estados Unidos, nação que soube aproveitar suas reservas de combustíveis, investindo pesadamente na indústria manufatureira e naquela época já sendo a grande potência capitalista graças às benesses de sua localização geográfica (reservas enormes de carvão, terras planas e férteis, dois mares e os grandes lagos Missouri e Mississipi que possibilitavam a escoação de suas mercadorias por todas as fronteiras).

Em um segundo plano, exhibe o Nordeste, esta região de solo seco e ingrato, isolado pelas estradas de rodagem e esquecida pela política brasileira. O Sudeste, agraciado com suas “terras fecundas, reservas hídricas infindáveis e incentivos financeiros do governo federal”, não poderia desempenhar outra função que não o domínio econômico deste país de tão grandes proporções e

⁹⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Outubro de 1957, p. 2.

distinções. Para que ocorresse uma mudança, a “técnica do laboratório” destes dias, com as instigações corretas extrairiam da terra nordestina suas riquezas, erguendo a economia paraibana, elevando a capacidade de seus homens. Fica claro, pelas palavras de Chateaubriand, que essa riqueza alcançaria todos os indivíduos que se prontificassem pelo trabalho e pela civilização.

A Paraíba, apesar dos “ressentimentos”, não poderia esquecer seus irmãos sulistas. Eles forneceriam os recursos materiais e financeiros para que juntos, pudessem equilibrar essa balança econômica tão sensível. Distante das aves de rapina que aqui se apresentavam, “prometendo mundos e fundos” para a indústria campinense, distante de tantos outros que já se fizeram presentes sugando a prosperidade deste povo maltratado pela seca.

Tornava-se forçoso que o povo nordestino (os campinenses ainda mais) se levantasse e se colocasse contra esses padrões de pobreza e esquecimento. Era hora de abandonar todas as concepções de submissão, esquecer esses “falsários do industrialismo”. Livrar-se dos vigaristas paulistas que aqui se banqueteavam e cobrar um posicionamento sério do governo. “Deveis rifar estes circos do sul, que por aqui têm arribado. É hora de nos libertarmos de tanta chulice dos charlatões, que reduziram o sentimento de amor à pátria a um mercado vil de cavações eleitorais”.

Neste momento Assis Chateaubriand se refere a tantos industriais que em Campina Grande aportavam com promessas de industrialização e emprego, que em banquetes sociais estampavam as páginas do Diário da Borborema e depois sumiam, levando as mesmas promessas para outros estados do Nordeste na busca por melhores condições fiscais. Se levarmos em consideração o contexto político nacional e ainda mais detalhadamente o discurso de progresso e desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, Assis Chateaubriand desejoso (ou interessado) pelo progresso de Campina Grande pedia para que seu povo abraçasse os novos incentivos que o governo federal iria empreender. Preparava a mentalidade do campinense, tornando-o receptivo ao progresso tangível que JK empreenderia no Nordeste. Neste trabalho subjetivo e de interesses políticos definíveis, o DB se encarregava de

e elevar a moral deste povo tão maltratado pelos “fenômenos climáticos, pela ganancia dos homens” que distorciam as verdadeiras benesses de um processo de industrialização.

Tal subjetividade da imprensa e mais especificamente, do jornal, é destacada pelo historiador Robert Darnton⁹⁸, quando nos fala da realidade de produção do discurso jornalístico. Jornalistas que escrevem para si e para seus colegas e chefes, impulsionados em sua produção por interesses externos, olhares críticos de todos os lados, de posicionamentos que se tornam as matrizes de seus locais de trabalho.

Um lugar cheio de hierarquias, de revisões, de curiosos, que modelam o discurso jornalístico a cada correção, a cada grifo, a cada mão a qual o texto transita antes de alcançar sua versão “definitiva” e publicável. Produzido dentro de um “buraco de cobra”, como Darnton chama a realidade de um jornal, estes textos são feitos por repórteres que escrevem não só pela ótica da realidade. Escrevem também para agradar seus editores, estes “homens de ideias”, que canalizam ou distorcem previamente os discursos que irão grafar as páginas dos jornais antes mesmo deles serem produzidos, influenciando a sociedade com suas crônicas. Como se identifica no próprio editorial do Diário da Borborema, ao falar sobre a forma adequada como os candidatos à eleição de 1963 deveriam se porta diante dos novos ditames políticos, definindo que “a função da imprensa em determinados momentos é mais de participação do que de informação”⁹⁹, intuindo caminhos e moldando pensamentos, conjecturando sobre os espaços de divulgação e as porções da sociedade que serão influenciadas.

Desta forma, esses editores em seu ofício acabam não só manipulando os discursos e as reportagens, mas também as pessoas que irão produzi-los e aqueles que irão recepciona-los. “O poder do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de

⁹⁸ DARNTON, Robert. *“O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução”*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

⁹⁹ *“Função da Imprensa”*. Diário da Borborema, Campina Grande, 18 de Julho de 1963, p. 2.

redigir as notícias”¹⁰⁰, que para nós historiadores determinam mais uma dificuldade a ser levada em consideração em nossa análise. Ainda sobre as subjetividades às quais a produção do jornal esta à mercê, Robert Darnton nos fala:

Os preparadores parecem ver as matérias como segmentos de um fluxo ininterrupto de material que clama por uma padronização, ao passo que os repórteres consideram cada texto como uma coisa de sua propriedade. Os toques pessoais – observações ou citações inteligentes – satisfazem ao senso de habilidade do repórter e açulam o instinto de preparador em passar a caneta. A abertura da matéria é o que provoca os ferimentos mais graves na interminável batalha do repórter contra seus editores e preparadores; ele pode atribuir os cortes e o pequeno destaque dado às suas matérias a uma pressão das circunstâncias, mas uma modificação em seu primeiro parágrafo é uma provocação a seu discernimento jornalístico, a qualidade inefável que o faz um “profissional”.¹⁰¹

Se observarmos os responsáveis pelas linhas e crônicas políticas veiculadas pelo DB – Lopes de Andrade, Stênio Lopes ou o próprio Chateaubriand, que mesclava em si os interesses políticos e da força da mídia –, percebe-se que são indivíduos claramente engajados com o ideário progressista e industrial do município. Inegavelmente, por meio de suas páginas e fotorreportagens, o Diário da Borborema apontava para um melhoria industrial, para um desenvolvimento e para uma modernidade que chegaria a Campina Grande através dos imensos galpões industriais, atraídos pela política e pela economia local, curiosos pelas potencialidades desta Rainha campinense tão “cantadas” pela cultura local. Tal progresso era o novo carro-chefe da economia campinense, aquele que traria o brilho que outrora o “ouro branco” forneceu à cidade. Era um momento de “incutir” em sua população o desejo de indústria, atribuindo novos significados e referenciais de futuro.

O DB define para a si a responsabilidade de ser o porta-voz (ou arguidor) das potencialidades e transformações que Campina precisaria atravessar para alcançar o tão desejado progresso. A cidade sofria com uma incidente má distribuição de água e luz (tão essenciais à instalação de novas indústrias) a todo o tempo denunciado; faltava mão de obra qualificada para

¹⁰⁰ Ibidem, p. 76.

¹⁰¹ Ibidem, p. 76-77;

compor as legiões de empregados necessários nos galpões das fábricas; faltava interesse econômico dos “homens de visão” da cidade para alimentar as instalações com suas verbas particulares; a política de Campina necessitava de uma transformação e de novos focos para projetarem toda a potencialidade industrial da cidade. Carecia de mudanças, não apenas de origem material e estrutural, mas a mudança precisava alcançar também a mentalidade, os desejos, os hábitos, a “realidade” da cidade. O verdadeiro campinense deste momento deveria pensar somente em progresso.

“Progresso e desenvolvimento”, palavras que a muito buscavam dar forma ao “espírito campinense”, tão presentes na mídia e cultura da cidade, são destacadas pelo historiador Severino Cabral Filho¹⁰², mais como desejos do que como fatos propriamente ditos. Amplamente encontradas nos discursos jornalísticos das primeiras décadas do século XX e semelhantemente visualizadas nas matérias jornalísticas do Diário da Borborema, essas versões grandiloquentes de Campina Grande figuravam como representações pretendidas para o município. Discursos que não se viviam propriamente na experiência social no momento. Ficções insufladas que concebiam feições distantes dos verdadeiros traços da Rainha da Borborema que, a todo o momento comparado aos padrões estrangeiros¹⁰³, produzia para si caricaturas exageradas acerca de suas transformações urbanas e sociais.

Fica claro para nós que tal conjunto de ideias produzidas e divulgadas pelos periódicos campinenses em boa parte dos casos refletiam um preconceito claro contra todos os tipos de representações acerca das camadas mais pobres de sua população. Esse distanciamento entre uma pretendida elite local e sua comunidade mais pobre sinaliza por quem e para quem os discursos do DB são elaborados, para quais efeitos são pretendidos e a quem tal progresso e desenvolvimento industrial iriam beneficiar diretamente.

¹⁰² CABRAL FILHO, Severino. *“A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)”*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPB em 2007.

¹⁰³ Como por exemplo, ao se considerar como uma “Liverpool tropical”, comparando-se a cidade inglesa e a seus padrões de modernidade e produção algodoeira.

Nesta lógica de manipulação de discursos e apropriações, propagação de interesses e vozes (calando tantas outras), desta nova mentalidade que o Diário da Borborema repetidamente veicula em seus registros, um novo viés desabrocha. Não seria apenas uma nova mentalidade campinense, uma nova compreensão do habitante deste município, atribuindo novas responsabilidades cívicas e deixando tantas outras para trás nesta ação modernizante. Construía-se uma mentalidade do trabalho, mais especificamente, uma mentalidade industrial, preocupada com os “verdadeiros” problemas enfrentados por Campina Grande, na busca por seu futuro econômico e perpetuação de sua influência regional. Um entendimento ímpar acerca dos problemas atravessados pela capital do trabalho, moldando a compreensão e a sensibilidade dos “homens de negócio” da cidade, mas que não alcançou a todos os campinenses “adequadamente”.

Nos mesmo ritmo e discurso, se evidencia a Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), com sede em Campina Grande e que a muito já trabalhava na solução das fragilidades industriais. Na coluna “Encruzilhadas”¹⁰⁴, José Stênio Lopes apresenta um breve resumo sobre o atual contexto nordestino no que tange às oportunidades da indústria. Sempre atento aos acontecimentos nacionais e regionais (assim como boa parte dos discursos da época, localizando e caracterizando cada região dentro de suas forças e fragilidades), Stênio Lopes afirma que diante da recém-construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, o Nordeste servido de tão eficiente sistema de energia, poderia seguramente receber indústrias do mais alto calibre.

O surto industrial desenvolvido na região Sudeste poderia ser acompanhado pelos nordestinos tranquilamente¹⁰⁵. Mas, apesar da disponibilidade de energia e mão de obra abundante (para não nomeá-la como exército de desempregados), ainda haveria uma série de dificuldades que impossibilitariam o desenvolvimento da indústria. Da falta de incentivos financeiros de origem particular e dos poderes públicos (municipal e estadual) e

¹⁰⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 22 de Outubro de 1957, p. 7.

¹⁰⁵ Neste processo de equilíbrio das regiões, lembramo-nos do “*calcanhar de Aquiles*” que se caracterizava o Nordeste do país para o presidente Juscelino.

da falta de mão de obra instruída, derivam obstáculos a formação de uma mentalidade industrialista entre os nordestinos.

E da insuficiência de investimento e formação de capitais para a indústria o cronista destaca um individualismo marcante que permeia os homens nordestinos. Centralizado nas mãos de poucos homens e famílias, as riquezas desta terra ficam presas às suas vontades individuais, que raríssimas vezes estão harmonizadas com o empreendimento da industrialização. Era preciso olhar para um horizonte mais distante, onde a indústria poderia reverter-se em preciosa fonte de riqueza e desenvolvimento. Era mister que estes indivíduos deixassem de lado suas vontades imediatas e unissem esforços para um progresso maior, alcançando a constituição de um novo campinense ¹⁰⁶. E assim, afirmava,

(...) do conceito do homem rico devemos substituir o de sociedade rica. Na escassez de dinheiro, que é a mais frisante característica da atual conjuntura, da qual, aliás, não haveremos de sair muito cedo, só o concurso de muitos poderá conseguir os grandes recursos para investimentos altos na indústria ¹⁰⁷.

Mas não seria apenas pela mão dos grandes homens da economia nordestina que esse progresso iria se realizar. Stênio Lopes, em outra oportunidade ¹⁰⁸, lembra seus leitores que não há mudança real apenas com a simples mudança dos quadros dirigentes. O trabalho de renovar a economia de Campina Grande de acordo com os moldes políticos adotados pelo Nordeste deveria ser feito de forma mais profunda, enraizando-se na “alma do povo”, uma mentalidade distinta, moldada por novas atitudes políticas, sociais e econômicas. Sem a participação do povo, tais transformações ficariam isoladas, perdendo sua sinergia diante dos problemas proporcionados pelo processo industrialização.

Em um país democrático como se caracterizava o Brasil, as mudanças deveriam partir de baixo para cima, uma virtude mal aproveitada até então por

¹⁰⁶ Mesmo que seja difícil acreditar que um empreendimento financiado por mãos tão individualistas, fosse beneficiar igualmente a todos os nordestinos, dos mais abastados, até aqueles que na falta de empregos e em meio à inflação, vivessem uma miséria angustiante.

¹⁰⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 22 de Outubro de 1957, p. 7.

¹⁰⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 26 de Janeiro de 1958, p. 7.

sua população. Ela deveria se apresentar como uma “célula viva de ação vivificante e renovadora”, sendo desde cedo orientada dentro desta mentalidade de transformação e progresso. De forma simples e objetiva (mas sem deixar de lado o idealismo industrial permanente no Diário da Borborema), esse amálgama de vontades e anseios, deveria ser moldado de acordo com as necessidades econômicas do momento. O político, este indivíduo responsável pela orientação do povo e resultado do pensamento ativo do mesmo, aparece como um verdadeiro líder, que também, seguindo a compreensão de Stênio Lopes, deveria estar imbuído da mentalidade renovadora da industrialização.

Para uma reflexão acerca desta cidade moderna e seus aparatos, lembramo-nos do trabalho do historiador Gervácio Aranha¹⁰⁹, que mesmo analisando uma temporalidade distinta da nossa, desenvolve reflexões acerca do moderno recepcionado pelo nordeste brasileiro, com foco nas experiências vividas pelos habitantes de Campina Grande na transição do século XIX para o XX das quais concordamos. Este historiador conjectura sobre a possibilidade de entender o processo de modernização urbana e transformações provocadas pelo “viver moderno”, se valendo da interpretação e decifração de símbolos que passam a compor essas sociedades. Na percepção das conquistas materiais que as cidades, em especial, Campina Grande, vão adquirindo ao longo do tempo, valores e símbolos do moderno vão sendo vividos, praticados e habituados, tornando-se claros sinais do contato com a modernidade e civilidade.

Essas pequenas conquistas materiais, que na maioria das vezes chegam de forma tardia e isolada, não produzem um frenesi de transformações, um turbilhão que “desmancha tudo no ar”, que Berman já nos esclareceu. O que acontece, é a recepção e o usufruto de sensíveis novidades que traziam consigo a ideia de conforto, velocidade e praticidade, que lembravam a modernidade e a civilidade supostamente vividas em outros centros urbanos mais desenvolvidos. Mas, seus esforços solitários e consequentes produzem nuances, que já delineiam no campo de expectativas e

¹⁰⁹ ARANHA, Gervácio Batista. *“Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)”*. In: A Paraíba no Império e na República. 3ª ed. Campina Grande: EDUEFCG, 2006.

transformações, um novo momento, um novo progresso, o desenvolvimento como “consequência”.

Observando a desejada realidade industrial que já batia às portas do adiantamento de Campina Grande, entende-se que o grupo dos notáveis progressistas do município, ao adotarem o discurso de desenvolvimento e industrialização, trazia consigo uma onda de modernização, de crescimento, progresso, que incitavam esperanças de ver a “capital do trabalho” neste mesmo ritmo de mudanças. Assim como houve com o empório do algodão de outrora, a cidade se desenvolveria e demonstraria todo seu potencial moderno e civilizado através da indústria. Era um escarcéu econômico alimentado pelo governo federal brasileiro, que dava um ultimato ao Nordeste: crescer tecnicamente, induzindo o país a desenvolver-se, acelerando sua economia ou ser a consequência do fracasso e do atraso nacional.

Nesta lógica, a massa (o povo), aos poucos, se tornava homogênea. Com os “golpes” e manejos certos, sumiriam na mistura de interesses e desejos os dissidentes do avanço campinense. A cidade não podia parar, nem o seu povo. Nesta lógica causal de subseqüentes etapas para o progresso, Campina Grande se posicionava na transição de um antigo para um moderno, de uma economia agrícola para uma industrial, de um atraso de suas práticas e mentalidades para a civilização moderna tão invejada ao se mirar os grandes centros urbanos do Brasil. Como questiona Agra do Ó, “quem iria portar-se contra uma descrição da cidade que a tomava por grande e próspera exatamente por conta de sua capacidade de trabalho e de sintonia com o moderno?”¹¹⁰.

E completamos: quem iria querer ficar de fora deste destino tão grandioso para o município, onde verteria do trabalho industrial fortunas e modernizações nunca antes sonhadas? A indústria, de forma uníssona, era representada pelos principais discursos da época como um trem de ferro, que suntuosamente atravessaria as fragilidades e percalços de um caminho árido e infecundo, alcançando o progresso urbano e econômico tão sonhado para

¹¹⁰ AGRA do Ó, Alarcon. *“Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades. Campina Grande (1959)”*. Campina Grande: EDUFPG, 2006, p. 20.

Campina. Talvez, nos ritmos prometidos para o futuro, o trem de ferro aqui já não se encaixaria adequadamente como metáfora para tal velocidade, eficiência e desenvolvimento.

O jornal acaba construindo para a cidade e sua população um conjunto de discursos que apresentavam a cidade como a maior potencia nordestina, ao mesmo passo que “deixa escapar” em seus artigos algumas das fragilidades urbanas. Sabe-se, porém que estas “verdades” apareciam como “tentativas de construir uma realidade uniforme e harmônica, acabavam por denunciar as contradições pelas quais passava uma cidade em constante crescimento” ¹¹¹. Intensificando uma tendência da época, os letrados e políticos progressistas propalam uma série de discursos caracterizados como civilizadores, disciplinando a população e criando uma coletividade do progresso, balizada por um código de novas posturas adequadas ao novo momento que Campina Grande iniciava.

Já no processo de inserção desta “massa” nos caminhos da industrialização, a educação e a instrução profissional se colocavam como ponto primordial. Não uma educação viciada, defasada de outrora. Assim como na política e na economia, a nação construía para si novas práticas e referenciais, modernas e civilizadas, sendo a educação reavaliada, repensada diante de tamanhas transformações vividas pelos brasileiros. Se em Campina Grande o DB coloca Newton Rique como representante político maior deste novo fazer político e porta-voz incansável das benesses da indústria em sua Revolução da Prosperidade, a educação ganha um papel primordial nas mudanças da mentalidade e na construção deste novo campinense.

Engajado pelo trabalho e adiantamento de seu município, Rique parece enxergar na educação pública o espaço apropriado para a formação dos trabalhadores industriais do futuro. Estes, que interessadamente são representados consoantes a esta perspectiva do amanhã, incapazes de desejar para si outra realidade que não a indústria, deveriam ser amparados

¹¹¹ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. *“Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)”*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2002, p. 37.

pela educação, que lhes retirariam da rudimentar capacidade intelectual a que estavam acostumados a viver, dando-lhes a oportunidade de acompanhar Campina Grande em seu adiantamento.

É importante atentarmos que esta onda de renovação da educação campinense, seguia igualmente um interesse do governo federal. Diante de tão grandes mudanças e desenvolvimento da estrutura econômica do país, propalando novas condições sociais, se fazia consequência a revisão dos métodos educativos em vigor no Brasil. Em um novo entendimento da nação e na busca por um novo lugar de sua economia, também era necessário que as gerações do futuro pudessem se inserir nestes novos ritmos de progresso e desenvolvimento ¹¹².

Juscelino Kubitschek, com esta compreensão, atribui uma responsabilidade importante para a educação nacional, que atuaria na formação dos novos trabalhadores industriais do amanhã; se não trabalhadores, cidadãos brasileiros que compreendessem o momento de desenvolvimento e o papel a eles atribuídos neste empreendimento nacional. Novamente, intuísse que esses indivíduos do futuro, subjugados pela “implacável” maré do progresso, não encontrariam a possibilidade de desenharem outro futuro para si, restando a alternativa única de “desenvolver-se” com o país.

Neste clima modernizante, não houve delonga para que os cronistas do Diário da Borborema, em sua responsabilidade “moralizante e educativa”, cobrassem medidas públicas adequadas, como a ampliação do número de escolas primárias e a construção de novas bibliotecas municipais. Juntamente a estas cobranças, a “preocupação” com o incidente analfabetismo que assolava a época, mais de 50% da população brasileira. Das reportagens, exigia-se dos homens públicos seu posicionamento perante o progresso municipal. Já dos indivíduos populares, esperava-se sua movimentação a fim de alcançar para si um nível de instrução adequado para o momento. Como confirma o cronista Epitácio Soares:

¹¹² Ver AGRA do Ó, Alarcon. *“Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades. Campina Grande (1959)”*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

Na falta de instrução de grandes camadas da sociedade brasileira (...) reside a causa principal de todo nosso atraso, pouco adiantado responsabilizar-se este ou aquele fato pela situação de subdesenvolvimento do Brasil. O progresso do país como todos sabem, está condicionado ao grau de instrução do seu povo. No Brasil, se lê muito pouco. Daí o estado vegetativo em que ainda permanecem as grandes massas interioranas, onde a falta de escolas e de bibliotecas concorre para o crescimento do número de analfabetos, equiparando-nos aos mais atrasados povos do mundo.¹¹³

A falta de instrução por muito tempo já havia ancorado o país e sua gente no subdesenvolvimento. Chegava o tempo de uma revolução na educação, da mesma forma como uma revolução acontecia na economia do Brasil. A população convocada às escolas, sabia (ou este era o único discurso que lhes alcançava) que este era o melhor caminho para o futuro. Pela marcha da industrialização de Campina Grande, apenas o ensino primário e profissional reverteria suas condições de pobreza e miséria. Atuando junto à profissionalização industrial, o Serviço Social da Indústria (SESI) se mostrava como importante fonte de benefício e valorização deste trabalhador. “Como era natural e lógico, a Paraíba não poderia fugir a essa realidade, não poderia deixar de ser beneficiada por essa instituição maravilhosa”¹¹⁴, agora que proclamava para si a condição de importante centro industrial dentro do panorama nacional. Seu pretensamente caracterizado “poderoso e bem equipado” parque industrial demandava as benesses que o SESI poderia proporcionar para seus trabalhadores.

Trabalhadores estes “humanizados” para além de sua condição de mão de obra, deveriam ter melhores tratamentos, melhores condições de ofício. Evidenciado pelo cronista Hermes Dantas¹¹⁵, estes profissionais estavam sujeitos a todo o tipo de exploração e maltrato. Acusados de tantos tipos de desonestidades e indisciplinas, mas ao mesmo tempo mal pagos e desvalorizados, não encontravam ambiente sadio para que germinasse em si a disposição de empenhar-se pelo desenvolvimento de Campina Grande. Somando-se a tantos outros fatores que reafirmam as incoerências sociais e desajustamentos destes trabalhadores, o mal trato de seus empregadores

¹¹³ Diário da Borborema, Campina Grande, 15 de Outubro de 1957, p. 3.

¹¹⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 2 de Outubro de 1957, Caderno V, p. 5 e 4.

¹¹⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Novembro de 1957, p. 7.

estabelecem mais uma dificuldade. Tornava-se imperioso uma maior credibilidade a estes profissionais, da mesma forma era imperioso o investimento na formação destes indivíduos.

Novamente, incitando a formação de um volume homogêneo de vontades e interesses, Dantas afirma que são poucos os que trabalham e empregam pelo “bem comum”. Subentende-se a necessidade da formação de uma unidade de interesses e investimentos no empreendimento da indústria, desde o patrocínio com verbas públicas e particulares, desde a construção de uma nova mentalidade industrial, até a consideração e valorização dos trabalhadores, componentes principais deste desenvolvimento. Edifica-se um novo projeto de cidade para Campina Grande, que paulatinamente parece ganhar maior adesão sob os as palavras dos artigos do Diário da Borborema. Ao propor novas formas de organização urbana e de relações sociais, delineia também um novo campinense, onde nele se espelha os desejos e esperanças do desenvolvimentismo. Assim, a vontade dos dominantes interessados neste processo de industrialização é atribuída à população, ao se propor uma nova figura do trabalhador e cidadão “ideal”.

Deixava-se claro que não era apenas a criação de empregos para uma legião de esfomeados. O empregador imbuía-se da obrigação social de cuidar de seus empregados através de bons salários, da instrução profissional e da quebra de preconceitos como o “trabalhador ladrão”, o “trabalhador vadio”, o “trabalhador ausente”, desfazendo o abismo de miséria e inadequação social em que essa gente era repetidamente propelida. Da mesma forma como se buscava um projeto racional de produção do novo trabalhador campinense, “dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder”, buscava-se também a “atuação de outro tipo de patrão, moderno e agilizado, em oposição à antiga figura do proprietário despótico, arbitrário e rude do passado” ¹¹⁶.

Enquanto anunciavam no Diário os novos aparatos técnico-urbanos que serviam de infraestrutura para o processo de industrialização, também se

¹¹⁶ RAGO, Margareth. *“Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930”*. 4ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2014, p. 34.

formava uma nova relação entre o capital e o trabalho, onde novos costumes e disciplinas eram introduzidos jornalisticamente, anunciados como consequências da natureza das transformações em curso. Era preciso definir o ritmo do novo homem urbano de Campina, antes que ele mesmo pudesse fazê-lo, cheio de vícios e vontades de uma época que deveria ser esquecida. Das transformações que aconteciam ao seu redor, este trabalhador deveria estar preparado para vivê-las, segundo uma nova disciplina desenvolvimentista.

O trabalho deveria ser organizado segundo os interesses e as exigências deste novo momento econômico. Logo, identifica-se no DB um esforço de incutir uma série de novos hábitos e comportamentos, afinados com a realidade moderna e industrial. Padroniza-se o campinense de maneira que possa ser colocado dentro da nova economia e sociedade ansiada sem que haja atritos e fagulhas, que comprometeriam a industrialização da cidade. Era preciso convencer a sociedade da necessidade “vital” do aumento de produtividade do trabalho para construção de riquezas¹¹⁷ para o município, restando para estes indivíduos sua submissão ao progresso de Campina Grande. Com este contorno, esse processo é revestido com uma necessidade econômica, sendo mais um passo para o progresso da cidade e de sua sociedade.

A formação profissional se evidencia então como importante fator de preparação e disciplinarização do cidadão campinense para as duras labutas da industrialização: desde a alfabetização do povo em sua instrução elementar, em sua iniciação nos “segredos do ofício” até o aperfeiçoamento nos imprescindíveis conhecimentos técnicos, neste sopro de racionalização do trabalho diante do progresso. Como que obrigatoriamente, nos maiores polos industriais do mundo, a educação e instrução de seus profissionais são observados como fundamentais para o desenvolvimento completo e decente da industrialização. O Diário da Borborema não perde oportunidades de reafirmar tais representações. Este trabalhador instruído, “artesão treinado nas

¹¹⁷ Ibidem, p. 33.

operações dos ofícios e o manejo das máquinas e ferramentas, (...) constituem fatores graves no fortalecimento das indústrias”¹¹⁸.

Em nova oportunidade, igualmente outra instituição importante para o desenvolvimento de Campina Grande se apresenta: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), escola técnica de formação de profissionais para a indústria deveria ser o passo adiante dos alunos das escolas primárias da cidade. O professorado municipal, agentes imprescindíveis neste novo futuro campinense, deveriam orientar seus alunos para seguirem a carreira operária ou técnica profissionalizante. Ergue-se uma estrutura educacional que aos poucos fundamenta o processo industrial em Campina:

De um lado, formam-se técnicos em escolas de ensino médio e superior, orientadas num sentido mais dinâmico e atual do que estático e tradicionalista, como se pratica ainda, de um modo geral, no ensino superior das Capitais. Em segundo lugar, criam-se laboratórios de pesquisas e análises, melhora-se o equipamento das fábricas, nova mentalidade anima os chefes de empresas. Surge a tendência de planejar, de enquadrar em dados científicos os velhos problemas de aproveitamento dos recursos regionais. (...) Torna-se necessário que toda a população, principalmente a massa trabalhadora, se influencie dos mesmos sentimentos e procure melhorar e aumentar a sua força de trabalho, aplicada conscientemente em ampliar a riqueza coletiva, através das metas do aumento da produtividade.¹¹⁹

Do ensino, da educação e dos professores até os profissionais, os técnicos e a própria “elite”, deveria haver uma mobilização por inteiro destas instituições e indivíduos¹²⁰. Era a demanda do momento: um empenho completo das forças produtoras e das forças dirigentes, assim como no campo dos discursos se apresentava através destes homens de letras. O SENAI e a Escola Politécnica, elencados por Stênio Lopes¹²¹ como os principais

¹¹⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 13 de Outubro de 1957, p. 2.

¹¹⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 9 de Novembro de 1957, p. 2.

¹²⁰ Como exemplificam tantas outras reportagens como “*Melhorar o professorado*” do dia 26 de Janeiro de 1958, “*Melhorar as elites*” do dia 5 de Janeiro de 1958, “*Alfabetização e Indústria*” do dia 20 de Novembro de 1957, “*Estímulo à leitura*” do dia 26 de Fevereiro de 1958 e “*Educação para o desenvolvimento*” de 24 de Janeiro de 1959. Todas elas reincidentem este discurso de educação como caminho mais eficiente para o adequado desenvolvimento do setor industrial de Campina Grande, formando seus cidadãos, seus técnicos e profissionais, seus homens de letra e sua elite, todos ajustados à condição de progresso e adiantamento que a cidade atravessava.

¹²¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 25 de Outubro de 1957, p. 7.

formadores de técnicos de grau médio e superior em seu trabalho educacional, forneceriam a oferta necessária destes profissionais para o mercado industrial de Campina Grande. Eles eram os únicos que poderiam introduzir na produção regional os novos processos dos quais prescinde qualquer atividade econômica no setor produtivo.

O trabalho administrativo das regiões somado ao esforço e racionalização técnica tornaria possível a direção e o rendimento adequado das empresas e indústrias. A conjunção dos empenhos do SENAI e da Escola Politécnica¹²² formava em Campina um importante núcleo de cultura técnica educacional, destacando-a mais uma vez como município privilegiado no Nordeste. O entusiasmo com tamanhas dimensões do ensino técnico campinense não poderia ser ocultado, mas enaltecido e adequadamente (ou interessadamente) imaginado pelo DB.

¹²² A Escola Politécnica é observada como a primeira instituição de ensino superior do município, criada no ano 1952 através da Lei nº 792, de 6 de Outubro de 1952. Nomeada como Escola Politécnica, oferecia o curso de Engenharia Civil e como consequência de sua edificação, outras instituições de ensino superior surgiram como a Faculdade de Filosofia de Campina Grande (1954), a Universidade da Paraíba (1955) e a Faculdade de Ciência Econômica (1957). Com o surgimento da Politécnica, cujo projeto inicial envolvia as elites da região, bem como as empresas multinacionais instaladas na cidade, representou a culminância de um processo de discussão que teve a participação de técnicos, políticos e empresários, “praticando” algumas pretensões das quais falamos. Com esse ponto de partida, a cidade emerge como polo de disseminação científico-cultural do estado. Ver SILVA, Fábio Ronaldo da. *“A contribuição da escola politécnica da paraíba para o desenvolvimento regional e inovação”*. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <http://www.13snhct.sbhct.org.br/recursos/anais/10/1341019720_ARQUIVO_13_SNHCT-trabalhocompleto.pdf>. Acesso em Fev. 2016; TORRES, José Valmir Oliveira. *“Escola Politécnica e a construção identitária de Campina grande como polo tecnológico (1952-1973)”*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2010.

2.2 O problema da fiscalização do espaço urbano campinense: o progresso disputando a cidade com a sujeira, os burros de carga e o comércio de calçada

Como observamos, os campinenses passam por uma constituição de novos conceitos para o trabalho, para o trabalhador e para a educação, adequando-se ao progresso que em Campina Grande se desejava. Da mesma forma, a cidade se prepara materialmente para receber convenientemente as indústrias que aqui almejam aportar. Mas, para além da distribuição de água e luz eficientes para a população e para a indústria, essa Campina exigia mais para si. Não só de infraestrutura que ela pretendia se edificar, mas também de limpeza, de beleza, da modernidade representada pela civilidade e pelo saneamento.

Ao pensarmos as cidades e seus planos de construções e implantações de melhoramentos materiais, como se entende a implantação de um parque industrial e o seu processo de embelezamento “cívico”, observamos tal discussão inserida em uma reflexão maior, abrangendo projetos políticos, as relações e as práticas do cotidiano e as representações feitas a partir destas experiências. Assim, destacamos o trabalho de Sandra Jatahy Pesavento “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”¹²³ que, ao ponderar sobre o conceito de “modernidade urbana”, reflete sobre as cidades e seus projetos, considerando-os como um desejo. Sendo assim, a cidade seria sonhada, imaginada, reconstruída mentalmente e em consequente trabalho, materialmente através da ação do homem. Dos planos e das expectativas se delineiam os rascunhos da cidade ideal. Mesmo que não passem da esfera dos desejos, tais planejamentos se inserem dentro das representações da cidade, se tornando também matéria prima para o historiador.

Logo, a pretensão de tamanho progresso vivido pelo município deveria ser acompanhada através da produção de uma decente, vistosa e agradável paisagem, mantida não só por seus dirigentes, mas também conservada por seus cidadãos. Precisaria se evitar certos vícios e “defeitos urbanos”,

¹²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.27, nº53, jan.-jun.2007.

exemplificados pelo Diário da Borborema como ruas sem pavimentação, calçadas por construir, lixo acumulado nos postes e terrenos baldios, ruas saturadas de animais, casebres e prédios em desacordo com o código de obras, jardins e praças depredadas, a ocupação de calçadas com bancas de comércio e tantas outras desarmonias que comprometiam a beleza e a magnificência de uma cidade moderna e progressista.

Na busca por um centro urbano digno de admiração e orgulho, o editorial do DB reafirma: “mister se faz, em primeiro lugar, agir sobre a mentalidade do povo”. Ele que seria responsável pelo asseio e limpeza da cidade (para não dizer responsável pela sujeira e indisciplina que acometiam as ruas de Campina), mantendo a beleza de sua terra, colocada aqui como mais uma “necessidade” do desenvolvimento. Era imperativo edificar uma “cidade higiênica” a partir da imposição de comportamentos padronizados, impedindo o surgimento de ações “espontâneas” da população que comprometessem o caminho do progresso.

Poder-se-ia até mesmo dizer que um dos pontos altos para a modernização de um centro urbano reside na capacidade e gosto dos seus arquitetos e construtores, e quando põem na equação o dinheiro dos proprietários de imóveis e os reclamos de beleza e arte dos edifícios que pintam nas ruas.¹²⁴

Margareth Rago em seu livro “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar” nos fala sobre uma “fábrica higiênica”, moderna, planejada, tecnicamente construída com o intuito de se contrapor a uma “fábrica satânica”, abafada, escura, sem estruturas sanitárias que pudessem melhorar a rotina do trabalhador, potencializando sua produção e lucro produzido. A fábrica higiênica busca impor as novas regras de civilidade que seguiam o processo de modernização do país na virada do século XX e nas décadas que se seguiram. Sua nova realidade seria construída como o oposto total da fábrica satânica, permitindo melhores condições de vida e trabalho aos operários, suprimindo as deficiências tão destacadas pelos jornais anarquistas da época. Apesar de discutir sobre outra época (1890 a 1930) e tratar de conceitos distantes de nosso recorte temporal, o Diário da Borborema traz estes conceitos em quase

¹²⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 12 de Janeiro de 1958, p. 2.

todos os seus artigos e crônicas que se debruçam sobre o desenvolvimento e industrialização de Campina Grande. Buscar criar regras, comportamentos, hábitos que deveriam ser vividos pela sociedade local, em consonância com a “modernização” da cidade.

Nesta disseminação de conceitos e discursos, o Diário da Borborema reproduz seu entendimento da cidade: este centro de adiantado desenvolvimento e civilização, foco maior de modernidade comercial e, em plena marcha, polo industrial e técnico educacional, deveria ser uma cidade de desejo, uma cidade atrativa não só economicamente e politicamente, mas também atrativa aos olhos, aos gostos, ao bem-estar. Era forçoso morar e disponibilizar para os viajantes uma comunidade agradável, de onde suas ambições de trabalho e riqueza pudessem ter sua consecução.

Era a ocasião de se pensar no “futuro”. Assim como uma vez Vergniaud Wanderley construiu para Campina Grande uma estrutura urbana adequada para as mudanças e riquezas que transitavam por intermédio do algodão, a Rainha da Borborema deveria mais uma vez voltar suas preocupações para as linhas que definiam sua materialidade e elegância. Chegava o momento de pavimentação das principais vias da cidade (a saída para o sertão através do bairro do Bodocongó e avenida que ligava a cidade ao Aeroporto João Suassuna), de alarga-las, retifica-las. De seguir este curso “natural” de desenvolvimento e pensar para além do tempo presente.

Do futuro, se esperava um enorme fluxo de carros e pessoas, escoando interesses e produtos, revertendo-se em riqueza e patrimônio. Da mesma forma como a “fábrica higiênica” buscou se remodelar, pensada desde a cor interna dos ambientes, de sua iluminação, limpeza e arejamento, da construção de jardins em volta das fábricas, atuando diretamente no espírito de seus operários e no lucro de seus empregadores, Campina Grande precisava colocar-se a par desta tendência “vividamente presente” nos principais centros urbanos do Nordeste, fazendo desta cidade, uma “cidade higiênica”. Remodelar-se interna e externamente, material e esteticamente, enquanto as necessidades do desenvolvimento ainda demandam custos baixos; enquanto o

governo federal representado aqui pela SUDENE ainda têm a sua disposição interesse e dinheiro para os problemas do sertão. Das ruas sistematicamente alargadas e do recuo das construções, se produziam as mudanças necessárias para o progresso em plena penetração cidade adentro.

Não podia dar-se ao luxo de não pensar no futuro. Na ausência de favelas e mocambos, o DB entendia o esmero da população para com seu município. A cidade tornava-se agradável pelo empenho de sua gente em manter limpa a fachada de suas moradias. Mesmo as choupanas e casebres de palha e barro, ou erguidas de restos de construções dos mais humildes subúrbios, o DB se esforçava para criar uma paisagem afável. Era o poder público municipal que precisava se nortear diante destes novos ditames: entender o processo de modernização investindo verbas para o alargamento das ruas e das indenizações cabíveis; na criação e pavimentação das mais belas artérias que esta cidade já viu; além de claro, (re)definir os espaços “adequados” para suas elites (e populares).

Ora, a cidade tinha se ampliado rápido demais, abarcando uma maior população e uma maior malha de serviços e comércio. As ruas e tantos outros espaços de Campina Grande eram fontes de preocupação diante das novas dificuldades emanadas deste crescimento. Era indispensável o planejamento de novos bairros como o Catolé (incitado pela construção do Clube Médico Campestre), de novas vias e sistemas de distribuição de água e luz, racionalizando o crescimento da cidade. O poder público, requisitado pelo Diário da Borborema, deveria tomar as corretas providências diante de tão grandes preocupações ¹²⁵.

Nessa definição de espaços adequados para residências, há também a preocupação em por abaixo os cortiços situados nos arredores do centro de Campina Grande. Estes ambientes “infectos” serviam como “habitat” de muitos desviantes que localizados próximo ao centro do município, comprometiam sua paisagem e beleza. Definido como um caso de polícia requisitava-se por parte do jornal as devidas providências, corroborando para o processo de limpeza

¹²⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 26 de Fevereiro de 1958, p. 2.

daquele ambiente das sujidades. As famílias de “bem” – que aparentam ser bem mais bem-sucedidas que aquelas expulsas – que na Rua Tavares Calcanti moravam, podiam dormir tranquilas agora que o delegado especial Francisco Maria Filho já fazia “seu trabalho”, retirando daquele espaço as últimas lavadeiras que ali ainda permaneciam pela falta de recursos.

A reportagem prossegue na “faina incansável de extinguir todos os cabarés clandestinos, como também as casas e recursos que tanto prejuízo moral vem causando à sociedade local”. O jornal desenha a polícia como um braço ativo do poder público no processo de limpeza da cidade, responsável pela desocupação destes espaços que “enfeavam” as vistas e corrompiam os menores. Um cabaré clandestino localizado na Rua Fernandes Vieira, n. 41 dá o tom da desordem social:

Como agravante, a referida casa de tolerância era frequentada por menores de 15 a 17 anos, numa demonstração de desgaste moral de profundo desajustamento social. A ação policial prosseguira ininterrupta, para acabar com essa situação insustentável que é a mocidade corrompida que dá vasão, desde cedo aos seus instintos, sem nenhum respeito para com a sociedade¹²⁶.

Novamente a responsabilidade de praticar a vontade pública e social da polícia é destacada. Em seus esforços “ininterruptos”, devem seguir chefiando a expulsão de pessoas tão desagradáveis e o dismantelamento de ambientes tão desajustados. Era “caso de polícia”, já que tamanha iniquidade estava sendo praticada contra “toda” a sociedade campinense, prejudicada ao ter seus jovens precocemente pervertidos. Que tipos de homens serão no futuro? Que tipos de profissionais, maridos, industriários, cidadãos campinenses poderiam se desenvolver ao ter suas índoles e anseios construídos desde cedo nos “seios” de senhoras tão mundanas? No futuro desenvolvimentista tecido pelos intelectuais e cronistas do Diário da Borborema estes jovens, e mais tarde homens ativos da sociedade campinense, seriam aqueles desajustados e desviantes dos quais o DB já exibia em suas páginas, repetindo os vícios antigos que agora se tentava expurgar.

¹²⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 28 de Março de 1958, p. 3.

Apesar de haver tantas reportagens que falam desta limpeza incansável de ambientes “destacáveis” do município, não se fala dos destinos dos antigos moradores dos cortiços e casas de prostituição clandestina. Não se toca no “futuro” que estes desviantes tiveram que enfrentar aos serem expulsos de seus precários lares. Não há menção de suas novas residências (ou da inexistência delas), sobre como suas rendas foram afetadas por este movimento policial tão brusco. Mas sob uma perspectiva mais distante, podemos pensar sobre “outros problemas” que a cidade enfrentava como os novos refúgios e lugares de ação destes desviantes: ocupando as ruas e avenidas do centro da cidade com suas barracas imundas? Localizados em pontas de esquinas e calçadas pedindo esmolas? Prostituído-se nas sombras que a noite urbana deixava surgir? Sabe-se que por forçosa sobrevivência, “acabavam desenvolvendo outras estratégias de permanência na área central, se movimentando como serpentes insidiosas dentro da malha urbana¹²⁷” de Campina Grande, “ajudando a descompor” a paisagem de futuro e modernidade que os intelectuais progressistas tanto cobiçavam.

A beleza, a estética, a eficiência das ruas, a distribuição de água e luz, benesses que a modernidade traria consigo e exigia para si ao mesmo tempo, conformava o entendimento da edificação. As ruas se faziam artérias, as praças, órgãos indispensáveis para as novas sociabilidades, os jardins, desenhos compostos por plantas, pedras, água, linhas, arranjando uma natureza controlada, bela e original. Burle Marx, com seus projetos prometidos, mas por infortúnios políticos ou de infraestrutura, nunca alcançados, se colocando como importante nome da recepção do modernismo no Brasil no que concerne a arquitetura e do paisagismo, só em ter seu nome veiculado pelas reportagens do Diário da Borborema junto às promessas de rearranjo urbano de Campina Grande, já denotavam o tamanho do empreendimento que se fazia a urbanização da cidade. Como Stênio Lopes coloca:

E é o que nos falta, na maior parte do Norte e Nordeste. Nossa cidade, por exemplo, tem condições de clima para bonitos

¹²⁷ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. *“Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)”*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2002, p. 51 – Grifos nossos.

jardins. Não apenas os jardins de folhagens, mas também de flores. No entanto, como somos pobres nesta matéria! Nossas praças mal possuem gramados que a população, aliás, nem sempre respeita. Nossa arborização (e quando há arborização, já é uma grande coisa!). As residências, por mais suntuosas, não chegam a possuir verdadeiros jardins. É que um jardim é hoje objeto de uma arte, de uma especialidade, que é rara ainda no Norte.¹²⁸

Nesta busca por novos desenhos e discursos para si, Campina Grande é caracterizada como uma cidade “onde se para”. Nesta simplista, mas eficiente classificação construída por Stênio Lopes acerca dos principais centros urbanos do Nordeste entende-se a capital do trabalho como uma cidade de parada, que por seus recursos, suas belezas e sua gente, promovem a curiosidade dos viajantes e a certeza de ali possuir as soluções para as suas necessidades.

Segundo as palavras do cronista, este centro urbano não era mais uma cidadezinha interiorana de “passagem”, que ao longo dos anos empreendia um crescimento “vegetativo”, que quase não progredia, cultivando um desenvolvimento mínimo necessário apenas para não desaparecer diante das dificuldades políticas e econômicas. Ao contrário, em Campina, esta “cidade-centro”, onde o comércio e o trânsito de discursos e poderes é intenso, na mesma velocidade atribuída à sua modernização, há uma incessante manutenção e construção de fatores políticos, financeiros e sociais, que juntos trazem luz para sua superioridade “destinada”.

Lopes afasta todas as dúvidas sobre uma possível estagnação do município após a derrocada do império do algodão. O que era necessário aqui era apenas a construção de novos motivos de orgulho e a fomentação mais incidente da industrialização¹²⁹. Como já ilustrado, se nos discursos e representações jornalísticas Campina Grande se apresentava como a “porta do sertão e centro de trabalho incansável”¹³⁰, polo de modernização na Paraíba, em sua estrutura urbana, em sua realidade mental e material, ainda havia

¹²⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 23 de Novembro de 1957, p. 7.

¹²⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 24 de Janeiro de 1958, p. 7.

¹³⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 2 de Outubro de 1957, Caderno VII, p. 1.

muito que se fazer. Era uma situação que imediatamente deveria ser “corrigida”.

Como este município detentor de tamanho desenvolvimento, representante de tão grande processo civilizador, poderia permitir-se a ter suas ruas depravadas e sujas? Era a falta de entendimento de sua própria população para com o seu progresso. Das ruas entupidas de lixo, dos comércios com suas fachadas atravessadas pela imundície, da falta de cooperação do público consumidor, da falta de entendimento dos perigos destes detritos, as principais vias de Campina se distinguiam. Com um simples passeio pelas Ruas Venâncio Neiva, Marquês do Herval, Presidente João Pessoa, entre tantas outras, ficava claro o descaso com a limpeza e asseio do patrimônio urbano de Campina, onde os campinenses na ausência de depósitos de lixo fechados disponibilizados pela prefeitura improvisavam com caixotes de sabão os monturos. Era a conjunção da falha de comprometimento do poder público municipal e do desleixo de alguns campinenses com sua cidade ¹³¹.

Junto a este lixo presente nas principais vias de trânsito e comércio de Campina Grande, os pedestres também se deparavam com animais soltos, de gado, porcos e cavalos, além do trânsito de carroças. Era contraditória uma cidade que se apresentava por seu adiantamento, sua velocidade, sua eficiência e modernização, consoante com todos os aspectos técnicos que chegavam junto com a industrialização, visões de uma pedante abdicação de suas ligações rurais, consentissem a existência destes símbolos de um passado “agrícola e obsoleto”. Em um momento onde o antigo, o tradicional e o atrasado, apreciações próximas ao mundo rural, deveriam ser abandonados, era uma afronta a todos os cavalos de potência que transitavam pelo município dividir o espaço urbano com estes burros de carga. Colocavam-se em perigo os transeuntes e os veículos em trânsito, interrompendo esse espetáculo da velocidade, desfazendo a paisagem de adiantamento e civilidade ¹³².

¹³¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 21 de Novembro de 1957, p. 8.

¹³² Diário da Borborema, Campina Grande, 5 de Outubro de 1957, p. 8 e 4.

Ainda competindo pelo espaço da cidade, as barracas de gêneros alimentícios são entendidas pelas reportagens do DB como mais um problema a “entulhar” as principais artérias de Campina Grande. A indiferença da fiscalização municipal diante da insistente depredação da paisagem da cidade expõe sua população a problemas de saúde, consequência da falta de higiene desses “estabelecimentos”. É inadmissível, em uma cidade que clama para si uma modernização incessante, que procura através do esforço dos seus filhos melhorarem seus recursos urbanísticos, em sã consciência admitir que tamanha monstruosidade continue a perturbar a “ordem” e a fineza urbana em pleno desenvolvimento. Nas repetidas notas publicadas pelo DB se apela por uma solução contra esses focos de imundice e indisciplina contra o Código de Posturas Municipais.

Numa cidade que se moderniza a cada dia e que procura através do esforço de seus filhos e dos adventícios que para aqui imigram melhorar as suas condições urbanísticas, não é possível em sã consciência admitir que semelhantes monstros continuem a perturbar a harmonia de tão sugestivos e belos edifícios que se erguem presentemente no centro de Campina Grande. Se não existissem outras razões de ordem social, tais como esta da defesa da saúde da população contra a falta de higiene reinante nos locais ocupados por aquelas barracas, bastava esta de proteção à fisionomia urbana da cidade, para indicar as providências a serem tomadas pelo poder público de conformidade com o que estatue o Código de Posturas da Municipalidade¹³³.

A cidade parece ter seu centro e principais avenidas comerciais “infestadas” com essas transgressões, arriscando sua marcha para o progresso e riscando seu cenário de modernidade. Na luta diária pela sobrevivência e no auxílio também diário de seus fregueses em dissipar a fome, essas barracas aparecem, como anteriormente exposto, sendo uma das “preocupações” com a modernidade de Campina Grande e ao mesmo tempo subterfúgio financeiro para os populares. Em seus (des)usos convenientes dos aparatos urbanos, serviam como pretexto discursivo dos intelectuais e jornalistas para justificarem suas preocupações. Aproximasse paulatinamente a desordem municipal da pobreza e do popular. Assim, toda bebedeira, toda prostituição, sujidade, violência e tantos outros vícios deveriam ser combatidos e expurgados. Como

¹³³ Diário da Borborema, Campina Grande, 24 de Janeiro de 1958, p. 3.

uma enfermidade que se espalhava por toda a cidade, destituindo a graça desta Rainha serrana e desviando sua população do progresso, mereciam a atenção municipal que utilizaria seu braço armado na correção destas falhas.

Cobrava-se um posicionamento firme diante deste olhar benevolente da fiscalização municipal, contra esse atentado à saúde pública do município. “O povo quer providências”. Em uma entrevista preparada pelo jornal, o repórter conduz uma série de perguntas aos passantes sobre esta situação de sujeira e desarmonia, obtendo o seguinte saldo: “Todos acharam que o problema é da alçada da Prefeitura e Saúde Pública e que deve ser removido imediatamente, retirando-se todos esses barracos do centro de nossa cidade” ¹³⁴.

Perguntamo-nos quais questionamentos foram feitos e a forma como eles foram conduzidos para chegar a um resultado tão absoluto. Da mesma forma, questionamo-nos quais indivíduos foram entrevistados sobre esta realidade tão repudiada pelos progressistas. Talvez os interrogados nunca precisassem recorrer a estes “antros de sujeira” para se alimentar. Ou se sim, em uma situação mais constrangedora, se sentissem intimidados a se colocarem contra este discurso de desenvolvimento e civilidade, de limpeza e racionalização dos espaços de Campina, renegando os serviços que estas barracas proviam.

Na proliferação destas incivildades que se reproduziam na cidade, a capacidade da fiscalização é questionada. No seu trabalho de porta-voz dos interesses do povo, o DB é infatigável na observação de tantas irregularidades, destoantes à modernização da Rainha da Borborema, que interrompiam a cidade com a sujeira e a indisciplina. Somando-se aos problemas até aqui apresentados, a lavagem de carros nas ruas centrais da cidade, atrapalhando o trânsito, trazendo prejuízos à limpeza das ruas e permitindo práticas sociais impensáveis para o nível de civilidade pretendida pelos discursos de progresso (um sem número de moças desrespeitadas pelas pilhérias e gracejos destes lavadores).

¹³⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 23 de Janeiro de 1958, p. 8 e 4 – Grifo nosso.

Das demonstrações de nudismo nos açudes do município, não só feitas por crianças inocentes, mas também por adultos inconsequentes e irresponsáveis que se valem das águas destes açudes à noite para suas perversões sexuais. Da molecagem à porta dos cinemas que teimam em insistir em seus exibicionismos e mendicâncias, importunando os clientes destes estabelecimentos para “inteirarem” seus bilhetes e quando não, proferindo os mais obscenos e condenáveis termos, tornando a experiência do cinema em algo desagradável. Da invasão dos ônibus que desembarcavam na cidade por “chapeados” insistentes e incisivos no seu trabalho por carregar as malas e bolsas dos passageiros, agindo de forma grosseira e violenta, prejudicando e aborrecendo os viajantes ¹³⁵.

Práticas que se reproduziam abertamente nas ruas, nos cinemas, nas praças e rodoviárias da cidade. A cobrança insistente sobre uma fiscalização ativa destas sujidades e desrespeitos para com o progresso do município por muito tempo não passaram de “sugestões”, de possíveis soluções para estas dificuldades para esta realidade de Campina Grande. Nesta ânsia por uma civilidade, esquecia-se dos problemas sociais já existentes abafados pela verve da modernização e do desenvolvimento. Das experiências modernizantes observadas em outras cidades-centro, eleva-se a expectativa de que a tempestade da modernidade arrebate as mazelas do atraso econômico, alinhando comportamentos e mentalidades. Mas a partir das práticas dissidentes do progresso representadas pelo Diário da Borborema, constrói-se em nossas reflexões a ideia de que muito dos discursos veiculados por este jornal não superaram as barreiras do abstrato.

¹³⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 12 de Janeiro de 1958, p. 8 e 4.

2.3 Os contraditores de uma modernização excludente: os facínoras, mendigos, menores de rua e tantos outros dissidentes do progresso

Nas reportagens exibidas pelo Diário da Borborema sobre as práticas dissonantes da civilização discutidas anteriormente, percebe-se que aos poucos, o jornal constrói um conjunto de comportamentos desviantes, inapropriados para a “modernização” de Campina Grande. Da mesma forma, neste processo enaltecido das qualidades cívicas da cidade e de seu povo, constroem-se moldes adequados de trabalho, de urbe e de educação, consoantes ao desenvolvimento industrial desejado.

As críticas dos letrados da cidade aos “velhos” costumes praticados por alguns dos seus conterrâneos faziam parte do discurso da modernidade que busca sempre afirmar o “novo” sobre o “antigo”, não apenas no sentido de se opor teoricamente a ele, mas se possível, de destruí-lo ou incorporá-lo à força aos novos hábitos e costumes impostos pelo desenvolvimento econômico, político ou cultural¹³⁶.

Parece se articular um processo de readmissão de maus comportamentos, más condutas, desfazendo-os e incluindo seus contraditores nos novos padrões de civilidade que se articulava dentro do DB. Nesta composição de padrões de adequação e irregularidade, muitos sujeitos dissidentes deste adiantamento são costumeiramente representados pelo Diário, indivíduos encontrados em uma realidade antiga de Campina, comuns a uma existência de ruralidade e atraso, e que por isso deveriam ser criticados, descaracterizados de sua relevância para a nova realidade que alcançava a cidade.

Indivíduos que deveriam ser esquecidos ou “corrigidos” pelo desenvolvimento e que nesta lógica, não deveriam possuir destaque ou espaço dentro deste impresso “porta-voz do adiantamento da capital do trabalho”. Estas críticas surgem como uma repressão direta ao álcool, ao fumo, aos jogos, às diversões e as violências. Na “cidade higiênica” que em Campina Grande buscou-se edificar, tais comportamentos deviam ser expostos de forma

¹³⁶ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. *“Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)”*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2002, p. 38.

constrangedora, onde a adjetivação destes indivíduos deveria caminhar entre a criminal e o caricato. Deveriam se sentir excluídos do coletivo organizado e coerente de trabalhadores que atuavam diretamente no progresso do município.

É interessante observar que esses indivíduos, embora apresentem um comportamento totalmente desviante, diferente da pretensão de virtude e civilidade da qual o novo campinense estaria imbuído, estes dissidentes do progresso não estavam completamente fora de sintonia com os discursos do trabalho. É fato que muitos deles são caracterizados ou se expõem como “trabalhadores”: cerâmicos, marceneiros, feirantes, e tantas outras responsabilidades indispensáveis em um centro urbano.

Mas não só do trabalho se caracteriza uma vida, até mesmo nesta maré de influências nacionalistas sobre o trabalho, onde o “homem de bem”, labutador, moralmente e familiarmente respeitável seria o principal constituinte da nação. Na moderna cidade de Campina Grande, os homens deveriam ter uma nova formação, uma nova orientação sobre suas responsabilidades dentro da sociedade higiênica, moderna, industrializada. Deveria abandonar seus vícios e fragilidades que comprometiam sua civilidade e sua capacidade de se inserir dentro desta realidade pretendida.

O problema que se verifica constantemente neste trabalho de denuncia de hábitos e apontamentos sobre suas adequações é que muitas vezes estes intelectuais jornalistas, preocupados com o futuro do município, não compreendiam que suas vozes não eram entendidas pelos populares da mesma forma como saíam de suas bocas engajadas com o progresso. Os populares de Campina Grande, munidos de suas próprias subjetividades constroem usos difusos dos bens e valores culturais produzidos pela intelectualidade progressista. Os populares acabam produzindo suas próprias linguagens, que mesmo não se tornando hegemônicas e aceitas coletivamente pela sociedade, existiam e provocavam “reações imprevistas e impensáveis” dentro da futura sociedade campinense.

Estas imagens da cidade eram ensinadas aos seus moradores como códigos da promoção sócio-econômica, mas não indicavam de modo algum o que ela era para os usuários, ou seja, não se podia prever os usos que fariam delas, por exemplo, os membros das classes trabalhadoras ou os desocupados que pululavam na cidade¹³⁷.

O jornal Diário da Borborema, assim como outros meios de comunicação da época, ajudava a criar e reproduzir-se um conjunto pretensões a serem vividas em um contexto local. Mas era preciso lembrar que a maioria destes trabalhadores campinenses se encontrava fora desta lógica de progresso e educação da qual abordamos. Se pensarmos na estatística apresentada pelo DB na qual relata mais de 50% da população analfabeta do país (sendo este analfabetismo mais intenso na região Nordeste), mais da maioria da população brasileira estaria distante destes novos conceitos de civilidade e avanço.

Eram homens ligados a uma cultura tradicional, uma cultura rural onde os calos nas mãos e a firmeza de suas palavras, pareciam significar mais (ou constituíam completamente sua realidade) que a civilidade, que esse “tal” progresso e o desenvolvimento industrial que tanto se falava. Sujeitos que em muitos momentos de suas vidas recorriam à violência e à “sanguinolência” como soluções de seus problemas cotidianos. Suas “imoralidades” não surgiam a partir de uma educação (formal ou não) que lhes alcançasse e sim das dificuldades encontradas em participar e comungar de novos comportamentos. A cidade em seu empenho de adquirir novas condutas tropeçava na manutenção de velhos hábitos que já estavam inseridos em sua sociedade e assim, são observados como “normais” por sua camada popular.

Se colocando contra o cultural discurso construído em torno de Campina Grande de trabalho e progresso, são muitos os populares que preenchem bares, cabarés e casas de jogos espalhados em diversos setores surgidos a partir do crescimento “não planejado” da cidade. Deste crescimento demográfico descontrolado, assim como nos grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro, a Rainha da Borborema se vê abarrotada por

¹³⁷ Ibidem, p. 46.

desempregados e outros “vagabundos” que atravessavam suas rotinas caminhando sobre a falta de oportunidades em que o município se encontrava.

São mostrados pelo jornal como indivíduos que se embriagavam nos recantos etílicos da cidade e por sua “brutalidade comum aos homens do campo”, se envolviam em diferentes situações de violência e rusticidade, estampando as colunas policiais ou as primeiras páginas do Diário da Borborema com seus atos de crueldade e ignorância. Submetiam-se as situações mais lastimáveis e abomináveis pela sociedade moderna que se pretendia erigir. Eram exemplos destoantes do adiantamento econômico de Campina, manchando a paisagem agradável que ela construía para si.

O diário parece construir uma determinação que responsabiliza o mundo rural e os indivíduos que lá tem sua formação como fatores de atraso e rusticidade. Somando-se ao fato que muitos deles chegavam ao município buscando novas oportunidades de emprego e sobrevivência (e não as encontrava), preenchiam os cortiços, os becos, os botecos e as barracas, fazendo uso deles pela incapacidade de poderem se apropriar e consumir outros ambientes. Se não possuíam condições financeiras de visitar os melhores restaurantes da cidade e morar nos novos bairros residenciais de Campina Grande, parecem também não possuírem a “chance” de recepcionar as novas normas de condutas tão divulgadas pelo DB.

Como é o caso do senhor José Bezerra de Lima, cerâmico, que atendia pela alcunha de “Yoyo”, esmagado pelo trem de ferro. Segundo testemunhas, seguia alcoolizado pela linha do trem e em dado momento, sentou-se próximo a ela. Pelo seu estado “deplorável”, não foi capaz de prever a movimentação da locomotiva que o deixou “irreconhecível”. Em seguida, o cronista abre um espaço para caracterização da vida de “Yoyo”: oleiro de profissão, empregado em uma cerâmica próximo de onde aconteceu o acidente, era conhecido como um “alcoólatra inveterado” (adjetivo repetidamente destacado na leitura da

reportagem) e com sua morte, deixava esposa e seis filhos desamparados que só tiveram notícias do acontecido através de policiais ¹³⁸.

O processo de caracterização deste personagem (que provavelmente nunca teria seu nome veiculado em um impresso da cidade, se não fosse à fatalidade e a condição em que se deu sua morte), percebe-se uma repetição tanto de sua condição de “trabalhador” como também de seu estado “doentio”. Da mesma forma, percebe-se o empenho do cronista na busca por fatos que comprovassem as costumeiras bebedeiras do senhor José Bezerra, quase que justificando o fim fatídico que alcançou.

Deste vício que fazia parte da vida de tantos outros trabalhadores campinenses, neste modelo mortal de como tal comportamento desviante poderia arrastar seus autores, distinguia-se um dos tantos exemplos que deveriam se apagados pela modernização de Campina Grande. Dentro da lógica do novo cidadão e trabalhador que se pretendia para a cidade, era inconcebível aceitar estes padrões de conduta.

Da mesma forma, encontramos a reportagem “O guarda noturno deu Show na Getúlio Vargas” ¹³⁹, onde um guarda noturno do serviço de Segurança Noturna da cidade não identificado, nas primeiras horas da madrugada, na altura do Colégio Pio XI surpreendeu o repórter do DB com seu adiantado estado de embriaguez. Provocando arruaça e barulho, incomodando a vizinhança da avenida, demonstrou um comportamento totalmente indisciplinado, considerando-se a função que desempenhava.

Na verdade, não era a primeira vez que os repórteres do Diário, em suas “peregrinações noturnas pela cidade no interesse de ver as coisas como vão”, se deparam com esses ditos guardas noturnos alcoolizados em meio às suas funções de segurança. Quando não, vistos sentados nos botequins da cidade se esquentando com uma “boquinha” de aguardente ou dormindo “placidamente” em seus postos de segurança, em um vão qualquer de porta ou em veículos estacionados nas calçadas.

¹³⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 29 de Outubro de 1957, p. 8.

¹³⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Fevereiro de 1958, p. 1.

Da indisciplina e falta de ética destes indivíduos o jornal aponta a causa: a discrepância incabível da conduta desta organização de serviço municipal, que inconsequentemente têm desempenhado seu papel de selecionar e instruir sujeitos incapazes de manterem a segurança de Campina Grande. O descaso deste serviço é tal, que o cronista afirma que “até criminosos com maus antecedentes” têm sido contratados, disponibilizando desta forma, em vez de segurança e tranquilidade, arruaça e preocupação entre as famílias expostas a estas circunstâncias.

Já a costumeira aliada das bebedeiras, a prostituição na cidade balançava-se entre os bordéis consentidos pela prefeitura e seu serviço de censura das diversões públicas e os “os cabarés clandestinos onde as ‘encapuçadas’ marcavam encontros com seus amantes”. Estas últimas situadas em setores residenciais provocavam o desconforto entre as donas de casa de “direito”, que não aceitavam conviver com estes vícios e presenciar (ou escutar) tamanhas inadequações sociais. Criava-se, segundo as palavras do cronista, um problema municipal, onde a autoridade local deveria incumbir-se de realocar as senhoras do lar ou as senhoras do prazer daquele setor¹⁴⁰.

Para os discursos moralizadores da época, a prostituição e o ato de beber cachaça não eram considerados lazeres sadios, pois interferiam nas atividades de trabalho produtivo do dia seguinte. Trabalhadores não poderiam frequentar os “lupanares”, nem as famílias destes deveriam ser incomodadas por “casas clandestinas”¹⁴¹.

Dentre outras moléstias caracterizadas pelo Diário da Borborema que alcançavam os ouvidos (ou a carne) dos campinenses, era o porte de armas por parte da população. O editorial do diário, empreendendo uma campanha contra este comportamento belicoso, afirma que para a construção e perpetuação de um espaço de civilidade e progresso, e por essas características, centro pacífico de racionalização do comportamento humano, era necessário que as pequenas e grandes querelas entre os campinenses deixassem de ser resolvidas “à bala”. Era uma nova época de sociabilidades

¹⁴⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 14 de Fevereiro de 1962, p. 4.

¹⁴¹ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. *“Lazer permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)”*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2002, p. 48.

modernas, que se pretendia distanciar do tempo da arma e do facão à cintura. Cabia às autoridades policiais racionalizarem o porte de arma, diminuindo-o dentro da medida do possível as licenças e criminalizando o porte de armas brancas.

Que urbe moderna seria Campina Grande permitindo que seus cidadãos portassem facas e revolveres nos locais de trabalho, nos cinemas, nas ruas, alimentando a violência e tantas outras ações irracionais? Em uma cidade onde há uma real e eficiente vigilância policial, desnecessária seria a perpetuação destes costumes grosseiros e bestiais. Nesta capital do trabalho que se edificava como um centro progressista, “não se justifica que cada pessoa se sinta na necessidade de conduzir sua arma para defesa pessoal. De arma de defesa poderá ela tornar-se arma de agressão” ¹⁴².

Apesar da campanha e da cobrança por parte do jornal, tal conduta ainda rendia um sem número de reportagens sobre o porte de arma e as consequências que estas ações poderiam alcançar. Como é o caso do professor “Ming”, preso por uma junta policial especialmente montada para a manutenção da alegria do carnaval de 1958. Portando uma faca punhal de “10 polegadas”, foi detido em uma sorveteria localizada na Avenida Marechal Floriano Peixoto, de onde foi liberado após a apreensão da arma. Mais tarde, portando novamente uma faca punhal de mesmas “dimensões” na mesma sorveteria, foi autuado pelo mesmo conjunto policial e por reincidência do crime, foi levado preso em flagrante ¹⁴³.

É importante atentar para a reincidência do comportamento desviante deste “professor Ming”, no mesmo dia, foi autuado e repreendido duas vezes no mesmo local. O costume de andar armado pela cidade, principalmente portando armas brancas como peixeiras, punhais e facões, já vinha há muito tempo sendo repetidamente mencionado e caracterizado como um indivíduo desviante pelos impressos de Campina Grande. Mesmo diante de tantos discursos que impetuosamente condenavam estes procedimentos, destacando os malefícios desta barbaridade incabível na nova cidade do progresso, os

¹⁴² Diário da Borborema, Campina Grande, 7 de Outubro de 1960, p. 2.

¹⁴³ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Fevereiro de 1958, p. 8 e 4.

exemplos se reproduzem de porte de arma e de “querelas” violentamente resolvidas.

Acompanhado de seu advogado, o dr. José Loureiro, apresentou-se à polícia local, João Fernandes Costa, autor do assassinio de sua inditosa esposa Maria de Lourdes Barroso, fato ocorrido nesta cidade no bairro do São José, no dia 4 de Fevereiro de corrente ano. O criminoso João Fernandes Costa, que na época era motorista da marinete do Colégio Estadual desta cidade, vivia com outra mulher, estando separado de sua legítima consorte há vários anos. Sem maiores motivos, vibrou várias peixeiradas na ex-esposa, prostrando-a sem vida. Após o delito conseguiu fugir tomando rumo ignorado.¹⁴⁴

Se seguirmos o entendimento do jornal, sem uma arma de fácil acesso e inseridos em uma sociedade orientada nos preceitos da educação, da civilidade e da razão, o possível desentendimento entre o senhor João Fernandes e sua ex-esposa poderia ter alcançado outros fins. Pela atitude de se entregar à justiça algum tempo depois do homicídio, percebe-se não só o arrependimento do motorista João diante do ocorrido, mas também, pode-se inferir que, diante de uma ponderação acerca de seu comportamento desmedido e irracional, percebeu a brutalidade do ato e a consequência nefasta alcançada.

Entre estes atos de barbaridade originados de contendas pessoais apresentadas pelo jornal como justificativas “irrisórias”, também observamos o caso do motorista Custódio José de Santana e do mercador de batatas Avelino Bezerra dos Santos, ambos do município de Esperança. Segundo a apuração feita pelos repórteres do DB, Avelino dos Santos teria contratado os serviços de Custódio, para que em seu caminhão, conduzisse a mercadoria até o Mercado Público da cidade. Por causa de consecutivas paradas e consequentes atrasos promovidos pelo motorista do caminhão, os ânimos se elevaram entre dois através da troca de insultos.

Às 18h30min da noite, ao chegarem ao Mercado, iniciou-se uma violenta alteração entre os indivíduos, cada um tendo em mãos uma peixeira, onde o “criminoso” Avelino teria sido mais rápido, fulminando o motorista Custódio com

¹⁴⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de Outubro de 1957, p. 8.

apenas um golpe de sua lâmina. Observando a consequência de suas ações desmedidas, Avelino prontamente evadiu-se da cena do crime, sendo preso por um popular que observou toda a ação, sendo entregue às autoridades policiais.

Neste exemplo de “querela pequena” com desfecho mortal da qual o Diário da Borborema já havia previsto várias vezes, observamos um conflito surgido a partir das fontes de renda destes dois homens. Podemos deduzir que Avelino, provavelmente prejudicado pelos consecutivos atrasos promovido pelo motorista Custódio, se sentiu prejudicado financeiramente ao perceber que alcançaria o Mercado Público em um horário em que os rendimentos não fossem tão altos quanto se pretendia. Da mesma forma, o motorista Custódio em sua rotina de trabalho estivesse passando por algum problema que o obrigasse a parar várias vezes durante a viagem.

Na falta de sensibilidade, característica tão proeminente nos homens do progresso, os dois indivíduos foram “incapazes” de perceber as necessidades de cada um, gerando o conflito e o desfecho sangrento. Apresenta-se, portanto este episódio como mais uma circunstância da barbaridade e da degeneração dos homens, na incipiência de um esclarecimento adequado de sua civilidade e no desacordo de seu comportamento com o progresso vivido pela região.

Outro episódio onde a “tranquilidade” de Campina Grande foi interrompida é o do assassinato do senhor Severino de Assis Santana, funcionário da SANBRA S.A., encontrado morto em um dos terrenos baldios nos arredores do estádio do Paulistano Esporte Clube. Com o corpo de bruços e uma enorme poça de sangue na altura de sua cabeça, o corpo foi encontrado por um transeunte não identificado que em um primeiro momento imaginou ser aquilo o fruto de uma luta. Com a análise da polícia, encontrou-se um ferimento no rosto e na nuca da vítima. Pela falta de vestígios de um possível combate e pelos ferimentos da vítima, deduziu-se que o cadáver teria sido conduzido para aquele local pelo criminoso.

Das testemunhas inquiridas, descobriu-se que um indivíduo bastante nervoso e alcoolizado teria entrado no Hospital do Pronto Socorro às 05h20min

pelas portas dos fundos. Identificado como Manuel de Lima, empregado do Cotonifício Campinense, havia declarado que o ferimento teria ocorrido por uma queda em seu banheiro. Já para seu amigo Luiz Simão de Souza, também inquerido pela polícia, declarou que o ferimento teria sido feito em uma “briguinha, à noite” contra três desconhecidos.

Após a descrição do suspeito ser divulgada na Rádio Cariri, o mesmo foi identificado e preso, sendo levado para delegacia para acareação dos fatos juntamente com as outras testemunhas. Finalizando a crônica, o repórter afirma: “gira grande expectativa em torno do caso, pelos requintes de barbarismo com que se revestiu o crime da Liberdade, talvez em um dos mais brutais dos últimos tempos” ¹⁴⁵. Expunha-se assim, mais um arquétipo do alcance de toda a brutalidade e barbarismo que seria característica destes “trabalhadores” campinenses, influenciados por comportamentos desviantes (consumo do álcool) e com costumes que deveriam ser completamente esquecidos nesta nova Campina Grande progressista.

Essa discrepância entre os discursos e as práticas, a civilidade e a brutalidade, mais uma vez trouxe o nome de um trabalhador popular à luz prestada pelo jornal DB. No ápice da “irracionalidade”, se desenrolou uma confusão entre dois funcionários da SANBRA S.A., que ao fim de suas jornadas de trabalho, se atracaram em um conflito mortal. Na Rua Almeida Barreto, nas imediações da própria empresa algodoeira, Severino Correia de Souza, vulgo de “Perigoso”, foi morto por um criminoso não identificado pelo diário ¹⁴⁶.

Perigoso, que através de seu comportamento violento construiu este epíteto emblemático, teria respondido pela morte do filho do segundo indivíduo. Buscando saciar essa vingança antiga, da qual “nem que se passassem cem anos”, seria satisfeita, o criminoso desferiu três “peixeiradas” no tórax e no abdômen de Severino, que caiu morto ao chão, pintando-o de vermelho. O jornal diz que a polícia já estava no encalço deste criminoso, que sem nome e sem adjetivos, se assemelha quase que a um herói, por ter dado fim a vida de

¹⁴⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 17 de Novembro de 1957, p. 8 e 4.

¹⁴⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 1º de Fevereiro de 1958, p. 8 e 4.

Perigoso. Ele teria finalmente pago com a própria vida o rosário de crimes e assassinatos perpetrados por ele ao longo dos anos.

Mais uma vez os cronistas do DB constroem uma causalidade entre os comportamentos e as expectativas. Para eles, um homem que ao longo dos anos construiu pra si o nome de Perigoso, não poderia ter outro fim que não uma morte violenta. O responsável pela interrupção de seus dias buscava uma vingança quase que “válida” dentro do contexto que se deu. A morte de um filho era um sofrimento difícil de atravessar, independente da resiliência deste homem. Apesar de ser nomeado apenas como “criminoso”, o que se fala sobre ele não transmite ao leitor um sentimento de irregularidade, violência e brutalidade. Mas, ao contrário, o cronista quase que apoia e justifica a vingança ao dizer que Perigoso havia buscado aquele desfecho. “Não foi preciso terem decorrido os cem anos, para que a vingança se consumasse”, da mesma forma, não demorou muito para que o senhor Severino “Perigoso” Correia recebesse o que lhe cabia.

A violência se fazia presente também através de outras interpretações. Jovens abandonados que seguiam uma vida de delinquência lotavam as ruas de Campina Grande surrupiando tudo e todos. A “deseducação das famílias, o pauperismo que infelicitava e desorganiza grande parte dos lares proletários” se tornam os principais fatores sociais que aumentam o número de “pivetes, mendigos e delinquentes” pela cidade. O desemprego, a falta de moradia adequada, de escolas estruturadas e de políticas municipais que “regulassem” esses problemas fundamentou a atuação desses menores larápios ¹⁴⁷.

A falta de educação e de condições de vida jogava os campinenses aos montes nas ruas, valendo-se da sorte, da perspicácia e da “furtividade” que tinham para subsistirem. O jornal bate o martelo no mesmo prego: se cobra dos políticos uma solução rápida e eficiente. Um maior número de escolas, de empregos e oportunidades, uma melhoria na educação e orientação das famílias. Eram sugestões similares (ou repetitivas) a tantos outros problemas que recheavam a capital do trabalho.

¹⁴⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 22 de Novembro de 1957, p. 2.

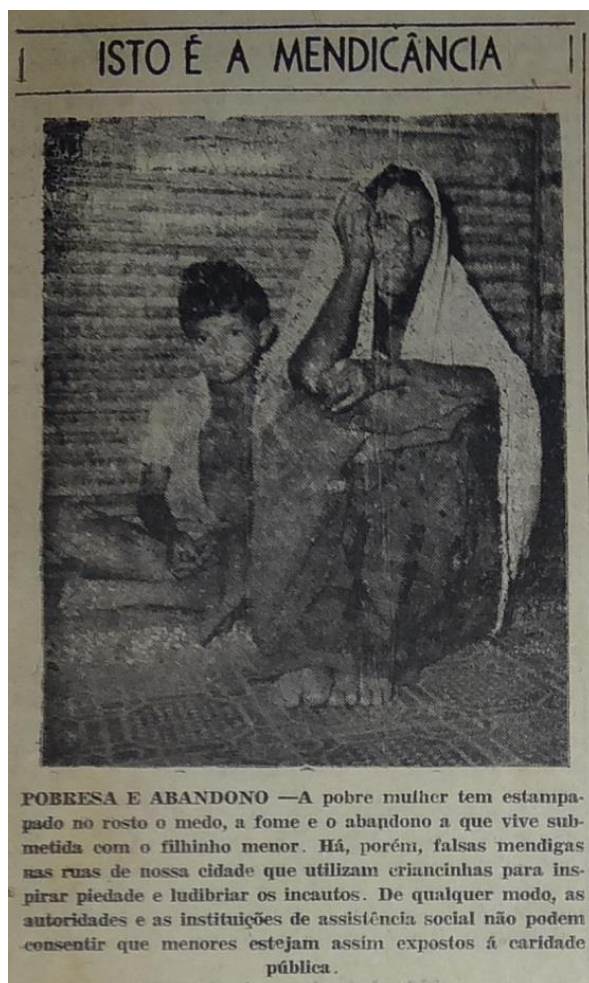


Imagem 2: Fotografia de uma criança de rua e sua possível mãe feita pelos repórteres do Diário da Borborema em mais uma de suas “caminhadas pela cidade em busca da verdade”.

Fonte – Digitalização do Acervo do Diário da Borborema.

A paisagem que se constrói na fotografia é desfiada, desconstruída e de igual modo, analisada (e resumida) no texto. Todas as possíveis subjetividades compreensíveis na imagem se reafirmam ou são amputadas pelo cronista, desviando qualquer outro sentido que não aquele que lhe interessasse. Na fotografia a prova cabal da “verdade” transmitida pelos repórteres e pelo seu empenho em “encontra-la”. No texto, os nuances e detalhes que englobavam os personagens da fotografia. Um em “acordo com o outro”, somando-se os sentidos e objetivos que cada parte, tendo sua composição selecionada e minuciosamente construída.

Para uma análise mais aprofunda sobre tal coerência, nos valem das palavras do historiador brasileiro Boris Kossoy, no que diz respeito ao uso das

fotografias como documentos valiosos para o fazer histórico. Sua leitura nos fez refletir acerca da importância de analisar as imagens fotográficas – assim como qualquer outro tipo de documento – mantendo sempre em nosso horizonte de expectativas que elas não podem ser entendidas como testemunhas inquestionáveis de um fato. A fotografia tendo apenas um “fragmento congelado de uma realidade passada” é também o “produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos”¹⁴⁸. Devemos nós concentrar no fato de que para além de sua representação fiel, vista quase como um “espelho da realidade”, ela foi produzida por alguém em seu tempo e espaço. Em sua fabricação encontramos escolhas e abstinências, ambiguidades em seus significados que só podem ser montados dentro de uma séria contextualização com seu momento histórico.

Na investigação sobre os limites quase que imperceptíveis que definiram o “para quem?” e o “para quê?” aquela imagem foi construída, devemos interpretá-las tendo em vista que antes mesmo do chamado filtro cultural usado pelo historiador que as observa – utilizando de suas experiências, valores e noções de tempo e verdade para elaborar uma narrativa sobre a mesma – entrar em cena, há também um filtro cultural de quem a produz. Segundo Kossoy, os elementos históricos contidos nas linhas e cores da imagem fotográfica são antes de tudo resultado final da atuação do fotógrafo, que como indivíduo pertencente ao seu tempo e lugar, se concentrou em algum assunto, evento ou fato especial e se utilizou da tecnologia disponível em sua época para registrá-lo devidamente. Cabe ao historiador analisar e articular estes elementos dentro de um contexto histórico, que permitirá a elaboração de suas representações¹⁴⁹.

Somando-se ao discurso de Darnton sobre a realidade de um jornal diário, obediente aos influxos e interesses de seus editores e jornalistas, empenhados em transmitir sentidos e entendimentos já definidos antes mesmo da acareação dos fatos, entende-se que tais fotografias em suas produções, se encontravam veladas por uma narrativa já construída. O fotógrafo, ao recortar

¹⁴⁸ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ática, 1989, p. 22.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 24-26.

do centro de Campina Grande aqueles dois indivíduos em suas lentes, já possuía um obducto objetivo para aquele instantâneo, da qual nem seus personagens principais tiveram conhecimento. Só o fotógrafo e possivelmente o comentarista responsável pela crônica que legenda a foto compreendiam: construir uma malha de sentidos e “provas” que em si amarravam a “verdade” que dali se queria extrair, construindo papéis fixos e inquestionáveis e definindo as finalidades daquela história: mais um exemplo de uma família desgraçada pelos vícios urbanos, ou talvez mais uma demonstração da imoralidade da mendicância, ao se utilizar de menores para seus fins abomináveis.

Dotados de um olhar mais perspicaz, apurado ou quem sabe menos comprometido, o historiador aqui se destaca ao buscar novos ângulos e olhares para aquele “recorte de realidade”: talvez na falta de chance para estes indivíduos, os problemas se alastraram a ponto de utilizarem a rua como lar. A fome, a violência doméstica e o desmantelamento das famílias deixavam como únicas soluções para as várias mulheres e crianças de rua a violência, a mendicância e em alguns casos, a prostituição. Na imagem 2, em um pequeno espaço no jornal, um ainda menor destaque a uma mãe e seu filho, ambos desamparados e em situação lamentável.

A mãe magra e de aparência suja, com os pés descalços e feições quase que bestiais, se cobre com um pano fino contra a noite que estaria por vir. A criança, com suas vestimentas desgastadas, desabotoadas por serem pequenas para ele, transmite um olhar diferente da serenidade ou felicidade que se espera de um “guri”. Talvez a fome lhe apertasse a barriga, ou a dor lhe alcançava os pés descalços, ou o corpo insalubre e enfermiço. A falta de uma “adequada” educação lhe privava de alguma perspectiva de futuro. A ausência das mínimas condições de sobrevivência lhe prendia à realidade árida das ruas. Quiçá essa imagem pudesse ser utilizada como exemplo das falhas estruturais de Campina Grande enquanto novo lar para muitos imigrantes do interior.

Já o texto¹⁵⁰ que acompanha essa pequena “amostra” da mendicância campinense restringia a condição desses moradores de rua a duas realidades igualmente cruéis. A primeira, e a mais clara, é a da fome e da miséria constantes na vida de uma considerável parcela da população campinense, algo distante da civilidade, riqueza e instrução propagada pelos intelectuais progressistas. A segunda, habituada entre os mais “espertos” e já desmascarada pelo DB, se caracterizava como uma “falsa” pobreza que abusava das fragilidades das crianças de rua para seu ganho particular. Assinalava-se como uma “mendicância organizada”, que impetrava as ruas com sua malícia e insistência. Diariamente eram reportadas mulheres “desalmadas” que expunham suas crianças à caridade pública, ensinando-a a engolir o constrangimento e a humilhação por uma paupérrima ajuda.

Os transeuntes que entendiam a falsa pobreza e criticamente se posicionavam contra aquele “comércio da miséria”, eram alvos de pilhérias, desaforos e palavrões que enchiam a rua com sua “sonoridade”. Nesse paraíso de marginais, as principais artérias de Campina Grande eram tomadas por “camelôs, mendigos, desocupados e trombadinhas”, que se faziam da incapaz fiscalização municipal para promover seu domínio de sujidades e inconveniências. Na cobrança por instituições e entidades responsáveis por essa limpeza, a Casa do Menino, a Casa Maternal Dr. João Moura, a Diretoria de Assistência Social da Prefeitura e o Serviço Social do Estado, demonstravam-se ineficientes. Seja pela falta de recursos ou pela falta de interesse, o Diário da Borborema se obrigava a esclarecer o descaso dos responsáveis com este espetáculo de abandono e desgraça. Urgia uma pesquisa aprofundada da situação, uma ampliação dos recursos disponíveis e a cobrança política para que tais problemas (caracterizados mais como dificuldades de origem estética, sanitária e policial, que social e econômica) fossem solucionados.

Essas legiões de esfomeados, em outra oportunidade ¹⁵¹, são definidas pelo editorial do DB como “rurícolas desarvorados que a ingrata tarefa da

¹⁵⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 7 de Novembro de 1957, p. 8 e 4.

¹⁵¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 10 de Outubro de 1957, p. 2.

lavoura não retém no campo”. Famílias inteiras que fugiam dos campos em direção às cidades mais “avançadas”, na esperança de alcançarem melhores condições de vida, diferentemente dos escassos invernos que aconteceram nos últimos anos da década de 1950. Alcançando a realidade urbana de Campina Grande que ainda não havia concretizado seus “sonhos industriais”, e por isso, não dispunha do grande número de empregos que abarcassem esses famintos, eles preenchiam as avenidas e ruas centrais da “capital do trabalho” pedindo dinheiro, comida e emprego, qualquer chance de subsistir mais um dia. Confundiam-se com os “verdadeiros mendigos”, doentes e inválidos, e com o passar do tempo, impetravam as mesmas condições de saúde, diminuindo a mão de obra disponível para a “futura” indústria.

A pobreza se espalhava pelas vias campinenses. A sujeira e a miséria tampavam as vistas daqueles que procuravam a modernidade desta cidade progressista. Esses deslocados, dissidentes do avanço campinense, em suas construções jornalísticas, eram colocados em uma situação conflitante e paradoxal: diretamente responsáveis pelo atraso da cidade, impedindo-a de crescer, ao mesmo passo que esperavam “ansiosamente” pela modernização da economia local, apostando seus futuros no escarcéu industrial, arrebatador e desenvolvimentista.

Segundo o jornal, em seu “germinal estado de civilização”, não conseguiam tecer soluções para seus problemas cotidianos, recorrendo à violência como solução imediata ou à bebida como fuga temporária de suas dificuldades. Construía para si apelidos nada enobrecedores, desvelando seus vícios e fragilidades como homens e cidadãos “de bem”. Desfaziam a cada lixo jogado, a cada “peixeirada” que pintava as calçadas em rubro, a cada pilhéria e descaso com os “verdadeiros problemas de Campina Grande”, a paisagem urbana que se pretendia erigir.

Caminhando entre os panoramas criados pela intelectualidade representada pelo Diário da Borborema sobre seus bens urbanos e discursos e entre as “populares” apropriações destes conceitos e espaços, figura-se um abismo. Um espaço de grandes proporções que distanciavam essas duas

“realidades”: uma discursivamente (e em algumas vezes de forma prática também) desmerecendo e esfacelando a outra, que riscava o brilho perolado de um futuro pretendido; a seguinte, buscando novas ranhuras desta efígie industrial que permitisse sua penetração e sobrevivência às tamanhas transformações que ao seu redor aconteciam (e não compreendiam da forma como se “deveria”).

Do mesmo modo, apesar de não ser visualizado diretamente, de forma completamente explícita, o desígnio desses discursos é mais do que claro: convencer e ganhar a simpatia de seus interlocutores, tendo em mente quem são e de que forma eles devem ser “tocados”. Sempre levando em consideração o “outro”, aquele indivíduo ávido por notícias de seu município, o Diário da Borborema busca influenciá-los, manobra-los para que nadem a favor da maré industrial. Corrobores para “aquela” Campina que eles vislumbravam. Como afirma Orlandi¹⁵², o autor de qualquer discurso leva em consideração o outro, o ouvinte, afastando suas palavras da ideia de algo monológico, sem respostas ou reverberações. Eram palavras intencionais, que buscavam ferir e afastar qualquer ameaça à industrialização.

Nessas práticas e pretensões, a cidade da qual os intelectuais tanto falam e divulgam parece existir apenas em seus sonhos mais otimistas. Articulam sobre as potencialidades de sua gente e região em uma página e expõem as vulnerabilidades de seus populares e infraestrutura em outra, em um jogo de vontades e cobranças, que pudessem tornar seu “sonho” realidade. Por mais que suas urgentes requisições em relação às melhorias materiais do município e sociais ao compor o ideário de um novo campinense, ambos os conceitos parecem não abandonar sua natureza subjetiva e impalpável, direcionadas pelos anseios políticos e interesses privados de uma seleta parcela da sociedade.

Campina Grande se torna sob esse olhar “atento e comprometido” dos cronistas do Diário da Borborema um lugar de exclusão, onde se suprimiu os desviantes, abafando-os sob suas práticas assombrosas e deslustres.

¹⁵² Eni P. Orlandi. *“Terra à vista: o discurso do confronto: velho e novo mundo”*. São Paulo. Cortez; Campinas, Unicamp. 1990, p. 38.

Constrói-se uma homogeneidade, uma abrangência das benesses e preocupações sociais e materiais que é confrontada a cada artigo ligado as falhas morais e estruturais do município. A cidade não era mais lugar do sujo, do feio, do imoral e incivil, do violento e discursivamente construído pelo jornal, do popular que “atendia” a todos esses vícios. A “modernidade” batia a porta, com a industrialização e o desenvolvimentismo ao seu lado. O belo, o higiênico e o planejado se espalhariam por toda a cidade como uma rede de asseio e adiantamento.

Sob estas apreciações é interessante pensar que muitos dos conceitos visualizados no Diário da Borborema (moderno/atrasado, higiênico/infecto, técnico/inapto, moral/imoral) de maneira tão insistente são os mesmos que encontramos ao abordarmos uma historiografia vinculada a décadas anteriores, mais precisamente na passagem do século XIX para o XX. O uso repetitivo e interessado destes nomes, que no momento de suas publicações não faziam mais sentido ou não possuíam o mesmo sentido de outrora, somam-se às fragilidades deste discurso. De fato, questiona-se sua legitimidade, comprometendo sua competência diante de tão grandes ambições.

Nesta confusão de desejos e realidades, a intelectualidade progressista de Campina Grande, por trás de tantas crônicas e artigos veiculados no DB, atrelava seu futuro à industrialização do município. Neste momento de virada, as pretensões, os modelos, as racionalizações dos papéis e espaços se propunham a serem vividos. Assim veremos no próximo capítulo, a consecução material (ou não) deste futuro progressista.

CAPÍTULO III

CAPÍTULO III

A WALLIG NORDESTE S/A. E SUA CONSECUÇÃO EM MEIO A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA NACIONAL

“Os que acham que o governo revolucionário [militar] cometeu erros, tem sido inconveniente aos interesses nacionais e não cumpriu os objetivos do movimento de 31 de março, podem tomar de sua cédula e votar na oposição”.¹⁵³

3.1 “A revolução da prosperidade” de Newton Rique e o discurso desenvolvimentista de Campina Grande: o município orientado politicamente sob o olhar industrial

Como se percebe até aqui, na cidade de Campina Grande se impôs uma necessidade de desenvolvimento, sintonizada com os novos rumos econômicos do país. Acostumada aos ritmos de modernização urbana empreendidos durante o empório do “ouro branco”, criou-se um discurso constantemente propalado por seus porta-vozes de organização e progresso. Essa “São Paulo em miniatura” como figura o Diário da Borborema, necessitava mais do que simples promessas: carecia de um claro plano de ação que organizaria todos os passos para seu crescimento. Seguindo esta lógica, os campinenses ao se comprometerem com o futuro e com o progresso, consequentemente escolheriam representantes políticos que pudessem atender aos seus novos anseios, que possuíssem discursos consoantes àqueles propalados pelo governo federal.

Em 1959, esse momento de escolha é colocado à prova¹⁵⁴, se criando um ambiente de efervescência política. No Diário da Borborema esta situação fica clara desde os primeiros exemplares do ano, quando o jornalista Eptácio Soares (E.S. como assina), traz em sua coluna “Instantâneos da Cidade” os principais acontecimentos e expectativas da vida pública de Campina Grande,

¹⁵³ “Arma do cidadão”. Diário da Borborema, Campina Grande, 7 de Novembro de 1966, p. 2.

¹⁵⁴ AGRA do Ó, Alarcon. “Projetos em cena: uma eleição municipal em Campina Grande, em 1959”. In: Saeculum. Revista de História, nº 6/7, Jan./Dez., 2000/2001, p. 153-170.

consequentemente, da esfera política também. A cidade vira um campo de batalha que o cronista observa atônito, a “guerra” astuta em que se encontra, na qual seus contendores lançam mão dos recursos mais sórdidos possíveis, desmerecendo os “novos instrumentos políticos” disponíveis pela democracia brasileira¹⁵⁵. Mas, o fator decisivo que atribuiu um tom particular a esta eleição foi outro.

Em 1959, pela primeira vez na história política de Campina Grande, candidatos ao cargo de prefeito formalizaram programas administrativos através de documentos escritos e publicados para conhecimento do eleitorado e possibilidade da consequente cobrança do cumprimento das promessas.¹⁵⁶

Como esclarecido anteriormente, houve um atraso para que Campina Grande se engajasse nas soluções apresentadas pelo governo federal, dificultando o processo de preparação do município para atender às “necessidades” infraestruturais da indústria. Os candidatos assim apresentavam quase que uma “clarividência” diante dos problemas e anseios de Campina Grande e sua população, traçando as soluções e os caminhos mais adequados para seguir. Neste trabalho quase sobre-humano, não somente tateavam a situação tentando atribuir sentidos e razões, mas afirmavam com “plena certeza” que compreendiam o que se passava com a economia da Rainha da Borborema. Dessa forma, não apresentavam dúvidas em suas maneiras de atuar politicamente.

O eleitorado cobrava soluções e era “convencido”, pelo andar da campanha sobre as verdades e as fragilidades de cada um dos candidatos. Agra do Ó aponta aqui, que havia quase que uma “urbanização política”¹⁵⁷, uma conscientização moderna acerca da democracia, onde instrumentos políticos que remontavam ao coronelismo tão recorrente há poucos anos alimentam uma repulsa e distanciamento. Era um momento onde a tradição e

¹⁵⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 26 de Julho de 1959, p. 7.

¹⁵⁶ SYLVESTRE, Josué. “A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande”. In: SILVA, Francisco Pontes de; MELLO, José Octávio de Arruda; & SANTOS, Walter (Org.). Poder e Política na Paraíba: uma análise das lideranças (1960/1990). Edição API União, João Pessoa, 1993.

¹⁵⁷ AGRA do Ó, Alarcon. “Projetos em cena: uma eleição municipal em Campina Grande, em 1959”. In: Saeculum. Revista de História, nº 6/7, Jan./Dez., 2000/2001, p. 155.

os costumes deveriam dar lugar a novos, modernos e eficientes métodos de política e governo.

No sentido contrário dos interesses desenvolvimentistas de Juscelino e, decerto, distante também destas novas e ansiadas práticas políticas, se apresentava o então Deputado Severino Cabral, do Partido Social Democrático (PSD). Segundo Josué Sylvestre¹⁵⁸, o projeto de Cabral nomeado de “Plano para Campina Grande”, se concentrava demais no quesito de desenvolvimento rural, sendo nesta esfera “extenso e robusto”. Nele, empreendia providências no desenvolvimento da educação rural, no intuito de nutrir o setor agropecuário do município, onde criaria o Banco Municipal de Crédito Cooperativo, atuando na construção de silos e galpões, tendo em vista a melhoria de vida dos agricultores, desenvolvendo sua infraestrutura e sua produção.

Em relação à indústria, seu projeto era bem mais raso e generalizante, deixando clara a marginalização da indústria em sua administração. Como coloca a historiadora Rosilene Dias Montenegro, “não haveria dissonância se as forças políticas representativas do interesse industrializador estivessem na hegemonia política da cidade”, o que aqui neste momento não acontecia. Dessa forma, entende que “a orientação política para o desenvolvimento econômico de Campina Grande entrava na contramão do projeto do governo federal”¹⁵⁹.

Isso não acontece com o outro candidato à prefeitura de Campina Grande, o empresário Newton Rique do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ele se apresentava dentro das páginas do Diário como aquele com as qualidades necessárias para sanar as fragilidades de Campina Grande, aquele que empreenderia o compasso certo para o desenvolvimento e industrialização. Proveniente da iniciativa privada, Rique era descrito como alguém com um perfil firme, proativo, com o intuito de, em Campina Grande, implantar um governo progressista, moderno, totalmente oposto às práticas tão

¹⁵⁸ SYLVESTRE, Josué. *“Nacionalismo & Coronelismo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)”*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

¹⁵⁹ MONTENEGRO, Rosilene Dias. *“História e imaginário nos anos 1950, em Campina Grande”*. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003, p. 2.

correntes da política campinense e ainda populares de clientelismo e uso político e partidário da máquina pública.

Para potencializar este conjunto de ideias atribuídas à figura de Rique, o jornal destacava – semelhantemente ao presidente Juscelino Kubitschek – um plano de governo inédito até então na política campinense pela sua profunda análise sobre a situação do município e o auxílio de diversos profissionais para sua elaboração. A chamada “Revolução da Prosperidade” como foi nomeado o projeto, esboçava em suas linhas as principais prioridades e problemas que deveriam ser repensados e reestruturados ante a legitimação da indústria na cidade.

Como um técnico especialista, dotado do planejamento tão defendido pelo Encontro dos Bispos do Nordeste, Newton Rique através das palavras e crônicas do jornal esquadrihava Campina Grande, a dividia em pequenos blocos-problema, que compreendidos dentro de suas especificidades sem esquecer-se de sua inserção dentro do contexto maior da cidade, eram discutidos e diagnosticados. Deste modo, canalizava toda a querela existente em Campina acerca deste desenvolvimento, articulando “propostas viáveis em períodos aprazíveis”. Construía-se uma imagem jornalisticamente de Newton Rique como alguém dotado de um fazer político apoiado pelo conhecimento, de uma sabedoria diferenciada, engajada, distante das simples promessas e análises fugaz. Como se fosse um novo político moldado pelos e para os novos interesses municipais.

A cidade se converte, nesta Revolução da Prosperidade, em um espaço de transformações, onde anseios e significados soltos defendidos pelos progressistas campinenses adquirem ordem e organização. Traduzem em si um sentimento que a muito se queria germinar entre os campinenses. Anseios de algo real, algo sólido e palpável, um caminho onde sua trilha pode ser vista e vivida; novos trilhos por onde a importância de Campina Grande possa despontar na região. O DB ao caracterizar o projeto de Newton Rique, escrevia sobre o novo, sobre o moderno, sobre as novas práticas e vontades, organizadas e guiadas pelo conhecimento e pela razão.

Ao lerem-se tais reportagens, parece não haver mais espaço para se pensar sobre um desenvolvimento particular, individualizado, fragmentado pelas divergentes interpretações deste progresso: Newton Rique era caracterizado como um amalgama que concedia unidade a todas essas reflexões acerca da industrialização de Campina, assumindo a liderança e definindo o tom deste grupo formado por diferentes interesses. Dos anseios progressistas da cidade, do pretendido, do esperado, se identificava em suas proporções um pedaço de veracidade. Nesta camada aparentemente superficial acerca da realidade de Campina Grande, “vendida” como pretenso polo industrial, moldavam-se os planos para que o progresso se fizesse “verdade”. E assim afirmava:

O processo de industrialização é, a meu ver, o próprio processo de civilização e progresso. Farei, portanto, girar em torno da criação de condições mais favoráveis à implantação de poderoso parque fabril em nossa cidade, o meu programa de administração¹⁶⁰.

Destarte, caracterizava-se o plano das soluções de Newton Rique: uma série de intervenções que atingiriam Campina Grande, transformando suas capacidades materiais, suprimindo as fragilidades da cidade. Favorecia-se a implantação do tão poderoso e ansiado parque fabril. Mas, segundo Agra do Ó¹⁶¹, Rique também alcançava outra esfera de transformação. Ele não planejava estimular apenas o material. Ele, como propalador de discursos, via que não só o cenário urbano precisava se modificar, mas também as práticas, as subjetividades, os significados acerca desta ansiada transformação, modificando profundamente a “maneira de ser campinense”. Os progressistas bradavam por novos tempos, conseqüentemente entendia-se a necessidade de uma nova mentalidade para a população.

Precisava-se de um novo indivíduo, um novo campinense, que compreenderia o momento do progresso e a favor dele se colocaria. Afinal, do

¹⁶⁰ “Revolução da Prosperidade”, citado por Josué Sylvestre, op. cit. p.229.

¹⁶¹ AGRA do Ó, Alarcon. “Projetos em cena: uma eleição municipal em Campina Grande, em 1959”. In: Saeculum. Revista de História, nº 6/7, Jan./Dez., 2000/2001, p. 159.

que adiantaria a construção de uma nova cidade, de um espaço de progresso, de uma nova “capital do trabalho” (trabalho este afinado com a indústria), se seus componentes principais (os próprios trabalhadores) se localizassem excluídos destas novas lógicas de desenvolvimento e riqueza? Era a sintonização de Campina Grande e seus habitantes nos discursos de progresso nacional, sendo esta, a real “profundidade” e ambição da Revolução da Prosperidade.

Nesta configuração, as crônicas jornalísticas sobre ele encontradas no Diário da Borborema, reafirmam este posicionamento de Newton Rique e seu constante discurso de progresso, indústria e futuro, entrando em harmonia com a moldura política de Juscelino Kubitschek em âmbito nacional. Dentro do contexto campinense, Rique prometia uma verdadeira “revolução na Serra da Borborema”¹⁶². Influente não só na política campinense, à Newton era atribuída a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, além de administrar ao lado de seu irmão o Banco Industrial de Campina Grande, de onde construiu seu prestígio junto às chamadas “classes produtoras” da região. Neste meio, concebeu a ideia de que não havia alternativa para a capital do trabalho a não ser industrializar-se.

O senhor Newton Rique atendeu com solicitude a nossa reportagem afirmando inicialmente: “Creio que já está arraigado na consciência de todos os campinenses que, na atual conjuntura, Campina Grande não tem outro caminho: industrializar-se ou estacionar. A nossa capacidade de empório comercial está, evidentemente exaurida. Precisamos, inadiavelmente de uma base mais sólida e mais estável que a simples permuta de matérias primas por artigos manufaturados., para lastrear o progresso evolutivo da economia de nosso município. (...) Identifico o processo de industrialização com o próprio processo de civilização e progresso. Resta-nos esperar que os futuros dirigentes de nosso município, se apercebendo do elevado alcance da iniciativa, emprestem seu apoio à mesma a fim de que sejam plenamente atingidos seus grandiosos objetivos”.¹⁶³

Newton Rique nos espaços que ganhou no Diário da Borborema transmitiu, sempre que possível, a ideia de civilização e indústria. Nesta

¹⁶² Para este termo, nos valem da reportagem “*Newton Rique poderá fazer uma revolução na Serra da Borborema*” do dia 5 de Agosto de 1962.

¹⁶³ Diário da Borborema, Campina Grande, 27 de Outubro de 1959, p. 4 e 8.

crônica, ele expõe duas alternativas para o futuro de Campina: acelerar seu processo de industrialização a partir da mobilização de todas as camadas da cidade, principalmente as camadas políticas, ou deixar seu comércio definharse em uma prática de “permuta” que perde sua força a cada dia diante de um contexto econômico-regional. Aos futuros líderes municipais, o jornal lança a proposta de industrializar-se.

As suas opiniões de Newton Rique sobre este futuro, somados à sua aparente popularidade dentro do contexto político e empresarial campinense são motivos expostos pelo DB como “suficientes” para o tamanho de seu destaque na corrida pela candidatura à prefeitura de Campina no ano de 1959. Em seus slogans de campanha, se escutava frases como “cumprirá o mandato sem descumprir as promessas”, “na escolha do melhor para Campina, o povo diz Newton Rique”. Frases que aparentemente moviam uma reforma no fazer político da cidade, como aponta a coluna “Panorama político” do dia 12 de Março de 1959:

O sr. Newton Rique, inovando os métodos de propaganda política, está assumindo compromissos diretamente com o povo dos bairros, através de placas que são colocadas nas ruas e logradouros que necessitam de beneficiamentos. Por exemplo, à rua da Independência no bairro de São Jose, foi colocada a seguinte inscrição: “Se Newton Rique for eleito calçará esta rua!”.¹⁶⁴

Promessas palpáveis, acessíveis, reais. Tracejavam-se em Campina Grande os métodos pretensamente corretos para sanar seus problemas. Acusavam-se os lugares de fragilidade, de atraso, de incipiência ao mesmo passo que já se projetavam suas soluções. Transformações em curto prazo, que em pouco tempo se fariam verdades. Sem mudanças faraônicas com intermináveis delongas ou remediações sem fim, sem nunca esclarecer-se os verdadeiros diagnósticos. Newton Rique se colocava como o novo, como o moderno, livre de quaisquer amarras políticas ou financeiras. Ao contrário de seu oponente, por ele assinalado como tão “pesado”, robusto e por isso atrasado. Um verdadeiro “pé de chumbo” como fica categorizado pela charge política a seguir. Através dela, o jornal deixa transparecer a compreensão de

¹⁶⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 12 de Março de 1959, p. 3.

que este comunista (termo que adquiriu uma conotação pejorativa no país desde os anos de governo de Getúlio Vargas¹⁶⁵) não teria chance alguma contra o menino (alcunha que vai permear a história política de Campina Grande desde então, sendo apropriada pelo clã Cunha Lima para um dos seus membros através da atuação do assessor Raimundo Asfora) Newton Rique.



Imagem 3: Charge de cunho político veiculada pelo PTB na caracterização da eleição de 1959.

Fonte – Digitalização do Acervo do Diário da Borborema - 26 de Julho de 1959.

Esta era a caracterização feita pelo deputado estadual Raymundo Asfora, em um comício de Newton Rique, apelidando o adversário Severino

¹⁶⁵ O contexto histórico que se deu a construção negativa da palavra “comunista” era bem peculiar: fim da Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa e formação da União Soviética, quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, crise do capitalismo e proliferação dos movimentos socialistas pelo mundo. Todos esses fatos influenciaram na formação de duas novas correntes ideológicas no Brasil, uma encabeçada pela Ação Integralista Brasileira que defendia o Estado, a instituição de um partido único, a militarização da sociedade e tinha uma visível aproximação ao fascismo e a outra, a Aliança Nacional Libertadora, que criticava o imperialismo, o latifúndio e o fascismo, possuindo uma orientação próxima ao comunismo e contrária ao governo Getúlio Vargas.

Cabral de “o pé de chumbo”. Cabral aparecia aqui como um representante da arrogância, do atraso, do coronelismo e de todos os malefícios que este nome trazia consigo. Se atentarmos para os pesos que Cabral carrega, “analfabetismo, comunismo, negociatas”, denotam claramente o que viria junto a seu governo. Severino Cabral como era de saber de todos, não era um homem de letra, nem mesmo sensível aos saberes e às razões que promoviam essa “nova política”. Era um homem político forjado pelos moldes do coronelismo, rígido em sua forma de governo e interessado pelos assuntos da terra onde acreditava estar a verdadeira riqueza da região. Desta forma, ele é caracterizado na charge como alguém “contra o povo” (como se escreve em sua camisa), contra os desejos de progresso e indústria tão propalados até então. Por ser pesado e grosseiro, não se colocaria como um apropriado representante do progresso.

Em contrapartida, nesta corrida pela prefeitura de Campina Grande, se destaca o “menino” Newton Rique. Jovem, com o semblante sereno perante a longa caminhada pela vitória política e com o corpo magro e adequado para aquele empreendimento. Corria “pelo povo” (estampado em sua camisa), por seus novos interesses, por suas vontades e desejos, representando o futuro daquela população. Votar em Newton Rique era uma questão de “bom-senso”, como apontava a propaganda política ao final da mesma página. Educado em uma das mais renomadas faculdades de Recife, com vasta experiência administrativa, Rique comparado ao seu adversário político semianalfabeto representante maior dos interesses rurais, se colocava com um verdadeiro líder para as transformações que estavam por vir.

Cabe aqui atentar para a caracterização deste povo, desta massa homogênea de vontades, já “conscientizada” pelas novas necessidades do município. Uma caracterização que calha a todos os interessados, a todos os ansiosos pelo parque industrial, incluindo também a tantos outros localizados fora desta transformação econômica, que são arrastados pelos discursos de progresso. Nesta pretensa canalização total de interesses comuns, os discursos de modernização parecem perpassar os campinenses de forma

incontestável. Campina Grande e seu desenvolvimento se apresentavam de tal forma que suprimiam a possibilidade de criação e existência de outro futuro.

E participando indiretamente desta corrida, mas atento a cada passo dos candidatos, com os bolsos cheios de dinheiro e o olhar agressivo diante do desempenho de Severino Cabral, se apresenta Jorge Albano. Apontado por Josué Sylvestre¹⁶⁶ como um dos grandes diferenciais da eleição de 1959, Albano aparece aqui como um marqueteiro político (com o perdão pelo anacronismo), vindo do estado de Pernambuco. Em um primeiro momento, estaria vindo a trabalho pela campanha de Newton Rique, que mais tarde julgou ser um gasto desnecessário, ocasionando o seu contrato por correligionários políticos de Severino Cabral. Na legenda da imagem, Albano não deixa de constatar a grande diferença entre os dois candidatos, sendo Cabral atrasado pelos enormes encargos que traz nas costas.

Este “menino sem dívidas nem valores de fontes questionáveis” para se preocupar, empreendia uma corrida com clara vitória. Teria sido também Albano, que ao acompanhar o comício de Newton Rique, onde teria surgido a alcunha de “pé de chumbo”, viu nisto uma oportunidade de promoção, atribuindo uma conotação positiva ao termo. Sob seus moldes, Severino Cabral se tornava o pé de chumbo trabalhador, de ações vigorosas e enérgicas, que não pensava muito para agir. O apelido, pelos tratos de Albano, se contornaria no sinal principal da campanha do candidato do PSD, atrelando-se à sua imagem política permanentemente.

Como já caracterizado anteriormente, a campanha se fez de forma acirrada, com pesadas trocas de acusações e larga utilização de artimanhas com o intuito único de caluniar o oponente. De tal forma foi, como Josué Sylvestre mostra, na noite anterior à eleição de 1959, ocorreria a chamada “operação fura-pneus”, ação agenciada pelos assessores de Severino Cabral, que durante a madrugada, perfuraram os pneus de veículos dos aliados e amigos de Newton Rique, que, pela manhã, atônitos, se enfileiraram as portas das borracharias campinenses.

¹⁶⁶ SYLVESTRE, Josué. *“Nacionalismo & Coronelismo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)”*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Não parecia ser mais “um simples episódio na vida” desta comunidade como o jornal Diário da Borborema convocava os campinenses às urnas, para seu “dever para com o poder público”. Em seus espaços vendidos às campanhas políticas (mesmo às vésperas da eleição), não perdiam oportunidades para enaltecer nomes e desmerecer outros. Era o momento final de uma caminhada longa e desgastante para ambos os candidatos que se concretizaria naquele dia 2 de agosto. De um conflito político de destaque na história da cidade, não se podia esperar por números diferentes: com o total de 16.483 sufrágios, vence Severino Cabral por pouca diferença o empresário Newton Rique, que somou 14.707 votos. Uma vitória apertada onde 1.715 votos de diferença entre os dois, apenas 3% dos eleitores que compareceram à eleição, definiram o resultado, dividindo a cidade em relação aos interesses políticos¹⁶⁷.

As novas perspectivas de fazer política e tantos outros recursos utilizados por Newton Rique como candidato à prefeitura de Campina Grande, além do apoio político de fortes nomes dentro do município, não lhe garantiram a vitória. Mas, mesmo longe das esferas políticas da cidade, Newton Rique nos anos de duração da gestão de Cabral, operou na direção do BNDE e do Banco Industrial de Campina Grande, trazendo investimentos financeiros para a cidade, que via sua economia cada vez mais beneficiada por tais esforços¹⁶⁸. O DB construía para ele um prestígio com a população campinense e sua atuação em várias áreas da iniciativa pública e privada, animando as esperanças e o ânimo dos correligionários de Newton Rique. Os campinenses cada vez mais “desejavam” o futuro que Newton Rique prometia. As reportagens afirmavam cada vez mais que “ser newtista” seria “ser um autêntico campinense”. Deste modo, sua segunda candidatura à prefeitura de Campina se torna consequência em 1963.

¹⁶⁷ Dados fornecidos pela reportagem “*Encerradas, ontem, as apurações do pleito de domingo neste município*”, do Diário da Borborema, no dia 6 de Agosto de 1959.

¹⁶⁸ Para isto, podemos observar a reportagem “*Newton Rique reclamou recursos do BNDE para o Nordeste*”, do dia 21 de março de 1963, ou a reportagem “*Trabalho de Newton no BNDE em favor do Nordeste já começa a ser reconhecido*” do dia 5 de Maio de 1963 para exemplificar seu comprometimento.

Newton Rique não faz comícios pequenos. Todos são grandes, como grande é a solidariedade do povo campinense que se decidiu pela sua causa, a cruzada democrática, a jornada do bem, a luta por uma Campina Grande maior e mais feliz. Parece não haver dúvida que ser newtista é ser um autêntico campinense. É o próprio povo quem confirma, pois nem as chuvas, iguais as que caíram ontem à noite impediram que a reunião pública das forças populares e trabalhistas não tivesse o brilho e o êxito das outras já realizadas na presente campanha política.¹⁶⁹

Com novos recursos, aliados e o apoio do povo campinense, Newton Rique munido de seu mais novo “Plano de Ação”, empreendia nas páginas do diário e nas ruas dos bairros e adjacências de Campina Grande sua “Campanha da Esperança”¹⁷⁰, que possuía um espaço destacável nas páginas do jornal. Em suas linhas, falava sobre o roteiro e encontros que o político tinha ao longo dos dias, destacando suas influências e amizades fortes dentro da política brasileira e dos setores industriais, ao contrário do que seus contendores tanto pronunciavam.

Nesta próxima quarta-feira Newton será recebido pelo Presidente Goulart, conforme comunicação feita para esta cidade, pelo Chefe do Gabinete do Ministro Abelardo Jurema. [...] Na tarde do sábado passado o Prefeito Newton Rique manteve demorada conferência com o Senador Argemiro de Figueiredo, na fazenda Itararé. Foram discutidos e resolvidos, em definitivo, vários aspectos do futuro governo municipal. Em face da nota acima, queremos solicitar aos minguados adversários do PTB, que alardeiam pela imprensa a existência de sérios desgostos entre o nosso Senador e o Prefeito Newton, que se preocupem menos conosco¹⁷¹.

Neste novo momento da política campinense o jornal lembrava, “a necessidade da escolha certa” insistia em lembrar a população sobre suas participações no futuro econômico do município. Em meio a esta “encruzilhada”, o progresso exigia atitudes com aspectos diferenciados, contrárias as quem vinham sendo tomadas durante o governo de Severino Cabral. Escolher um prefeito com “larga visão”, participante dos mais seletos círculos onde se jogam, geralmente, os destinos das cidades através de verbas de ajuda para empreendimentos fundamentais ao desenvolvimento econômico

¹⁶⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Junho de 1959, p. 8.

¹⁷⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 20 de Julho de 1963, p. 8.

¹⁷¹ Ibidem – Grifos nossos.

e social. À frente disso, como sugere o editorial do jornal¹⁷², tirar Campina Grande de seu crescimento apenas “aparente”, onde a estima de seu povo para com ela crescia bem mais que as estatísticas sobre a economia municipal.

Fazendo nota sobre a conjuntura da cidade naquele momento, esta mesma reportagem aponta as fragilidades deixadas pelos prefeitos anteriores, como a precária condição dos sistemas de abastecimento de água e fornecimento de energia, o saneamento básico, a falta de estímulo à industrialização, carência de escolas e obras assistencialistas, todas entregues à penúria. Ainda mais (como em tantas outras oportunidades), aponta que é necessário escolher, e escolher “certo”, aquele que trará à cidade seu antigo brilho de Rainha.

No seu trabalho incansável, “conquistou” até antigos inimigos políticos, quando o próprio Severino Cabral pediu à população que votasse no “homem certo” para o futuro campinense tão propagado pelo Diário da Borborema. Através de um acordo político prévio, onde ele indicaria seu candidato a vice-prefeito Williams Arruda, Cabral é questionado pelos círculos políticos a qual pertencia. Evadindo dos interesses do “esquema dos 60”, como ficou nomeada a frente política contra a candidatura de Rique (após a desistência do deputado Plínio Lemos, tendo Langstaine Almeida registrado como candidato à prefeitura e vice, Vital do Rêgo¹⁷³), ele se colocava em uma posição dúbia, mostrando uma passividade perante os interesses das multidões operárias e camponesas que o elegeram naquele dia 2 de agosto de 1959.

A voz do vereador Fernando Silveira protestava: não poderia se permitir tamanha manobra política, prejudicando a liberdade de escolha dos cidadãos campinenses¹⁷⁴. Mesmo assim, nas poucas oportunidades que manifestou publicamente tal interesse, Severino Cabral mostrava que este município, à beira de seu Centenário, precisava de um líder que “elevasse novamente as extensões econômicas desta urbe diante do cenário regional”.

¹⁷² Diário da Borborema, Campina Grande, 11 de Junho de 1963, p. 2.

¹⁷³ Diário da Borborema, Campina Grande, 10 de Julho de 1963, p. 8.

¹⁷⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 5 de Julho de 1963, p. 3.

Newton Rique, portando seu novo Plano de Ação¹⁷⁵, com profundidade proporcional àquela encontrada no Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, prometia mudanças em várias esferas da sociedade: o incentivo à indústria campinense, atuação fortíssima junto à educação e cultura, reforma na saúde municipal além da assistência competente junto às camadas mais pobres do município. Cada vez mais homenageado pelas instituições e sindicatos de Campina e região, apoiado pelos expoentes mais fortes da política brasileira naquele momento como JK e o então presidente da República, João Goulart¹⁷⁶, não restava outro “fado”, senão a vitória esmagadora na eleição pela prefeitura de Campina no ano de 1963 garantida pela aliança feita com Severino Cabral.

O próprio DB revela nos poucos comerciais políticos que delineavam agressões diretas aos concorrentes – em contraste com a eleição anterior, nos quais as propagandas chegavam a ser maiores que as reportagens – e dessa forma, na falta de palavras ásperas, charges pitorescas e relatos questionáveis sobre os candidatos e seus assessores, recursos usados em larga escala na campanha pela prefeitura de Campina Grande em 1959, um suposto desejo uníssono da cidade e a falta de concorrência real neste impasse parece se caracterizar no jornal.

Na coluna “Notas Políticas” do cronista Ademar Martins, publicada poucos dias antes da eleição, relatava – em pouco mais que duas linhas – uma Prévia Eleitoral realizada pela Rádio Borborema no bairro do Alto Branco, trazendo as seguintes estatísticas: 30 votos para Newton Rique e 06 votos para Langstaine Almeida¹⁷⁷; uma proporção que se repetiu nas outras pesquisas realizadas em outros bairros campinenses. A vinda de Juscelino Kubitschek, então senador, é vista pelo cronista como o detalhe final da festa da vitória “newtista”. Ele, como “participante ativo” da luta desenvolvimentista, não

¹⁷⁵ Este que pode ser observado na reportagem “Plano de ação do Governo Newton Rique” do dia 10 de Agosto de 1963.

¹⁷⁶ Para isto, se faz necessária a observação das reportagens “Presidente João Goulart convocou Newton Rique para altas funções na República” do dia 1 de Agosto de 1962 e “Juscelino e Newton comandarão, domingo próximo, grande passeata” do dia 1 de Agosto de 1963, ambas ocupando lugar de destaque nas primeiras páginas de suas edições.

¹⁷⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 23 de Julho de 1963, p. 3.

poderia ficar de fora desta “magnífica campanha” empreendida por seu amigo campinense¹⁷⁸.

O dia 11 de agosto de 1963, nomeado pelo partido de Newton Rique (PTB) como o “dia da Redenção”, chegava. O Diário da Borborema convocava a todos os campinenses a votarem pelo “progresso e engrandecimento da terra comum”. Um dia que a população decidiria pelo futuro “forte e progressista” de Campina¹⁷⁹. Todas crônicas parecem anunciar uma vitória certa. Sob a tutela de Newton Rique, o ano de 1964 se transformava em um ano de expectativas e transformações, quando a industrialização que há tantos anos se anunciava poderia vingar de vez no cenário econômico de Campina Grande. Sem os resultados finais definidos, mas com uma margem enorme entre os candidatos, Newton Rique já afirmava, “ninguém deterá Campina na marcha para a industrialização”¹⁸⁰.

Mesmo que a campanha tivesse se desenrolado sob os mais “imundos” e indigestos adjetivos, trocados entre as forças que disputavam a prefeitura de Campina Grande em seus palanques e comícios, os desaforos, as injúrias e as tristezas – de acordo com o editorial, observadas pela população atônita – parecem se dissipar com o resultado alcançado. As “feridas políticas” e as desarmonias que manchavam a festa do centenário municipal poderiam ser deixadas de lado, na promessa de que os vitoriosos continuassem focados no desenvolvimento coletivo da cidade¹⁸¹. Mesmo com uma abstenção de 26% do eleitorado campinense, Newton Rique e Williams Arruda, com uma “vitória esmagadora,” dominaram as urnas: Rique alcançou 70,5% dos votos, enquanto que Arruda teve 72,6% dos sufrágios, concluindo em “clima de ordem” o pleito daquele domingo de agosto¹⁸².

¹⁷⁸ Como mostra a reportagem “Juscelino e Newton comandarão, domingo próximo, grande passeata”, Diário da Borborema, Campina Grande, 1º de Agosto de 1963, p. 8.

¹⁷⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 11 de Agosto de 1963, p. 2.

¹⁸⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 14 de Agosto de 1963, p. 8.

¹⁸¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 9 de Agosto de 1963, p. 2.

¹⁸² Como mostra a reportagem “Afimal, terminou”, Diário da Borborema, Campina Grande, 13 de Agosto de 1963, p. 8; e a reportagem “Campanha abaixo do nível”, Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Julho de 1963, p. 2.

Era no que se queria fazer acreditar. Era no que a população campinense deveria apostar seu futuro e de seu município, ao fazerem a “escolha certa”. O jornal deixa transpassar um sentimento de total confiança na industrialização promovida por Newton Rique. O centenário da Rainha da Borborema era um ano de comemorações para o Diário da Borborema. Eram 100 anos de progresso e trabalho que se desenrolaram até a “eleição de um homem capaz de governar o município no ritmo almejado” para uma cidade com tão forte história.

“O trabalho deste homem era incansável”. Já sinalizava com a empresa gaúcha Wallig desde os primeiros dias de seu mandato. Como mostra a reportagem “Industrialização”, esta movimentação já era vista como o “começo da efetivação de seu governo”. Planejava-se o aporte desta indústria que destacaria Campina no setor industrial. Faltava apenas a compra do terreno por parte do Governo do Estado que se tornaria o Distrito Industrial do município, um dos “poucos” problemas que seriam resolvidos prontamente, cobrando-se do governador Pedro Gondim sua responsabilidade para com este empreendimento. Assim resumia o editorial do jornal: “O certo é que ou agora ou nunca – é o que se pode dizer a respeito dos programas de industrialização de Campina Grande”¹⁸³.

Assim, 1964 se colocava como um ano de grandes transformações. Construía-se uma serie de obrigações e perspectivas em torno do mandato de Newton Rique que alimentava uma verve em torno de sua figura política, entusiasmando seus aliados e parte da população. O Diário da Borborema deixava claro ao dizer que a consecução das ambições “newtistas” poderia imprimir um novo ritmo ao progresso da cidade, adequando-se a “padrões tão complexos” apresentados pela economia nacional. Ora, Campina não podia progredir de forma isolada, não cabendo a ela definir as medidas e dinâmicas econômicas do país, mas sim, inserindo-se naquelas já preconizadas pelo presidente Juscelino Kubitschek.

¹⁸³ Diário da Borborema, Campina Grande, 1º de Março de 1964, p. 2 – Grifo nosso.

Segundo Stênio Lopes, Campina iria vincular-se profundamente a estes ideais de desenvolvimento e progresso industrial, buscando intervir e atravessar todas e quaisquer adversidades que pudessem surgir nas esferas estaduais e federais. Mesmo contando com a privilegiada receita de um bilhão e meio de cruzeiros a época, deveria manter um ritmo cuidadoso diante dos percalços infraestruturais que viriam durante a instalação do distrito industrial, buscando sempre que possível uma colaboração entre a cidade, o Governo do Estado e a ajuda direta de agências federais de investimentos, como a SUDENE e o Banco do Nordeste. A efígie da indústria ainda apresentava-se como ponto central do programa de governo de Newton Rique e as transformações que ele buscava precisariam de forças e sinergias externas, modificando mentalmente e materialmente o município¹⁸⁴.

Se esclarecido o problema e as suas necessidades imediatas, sobre a administração e a técnica de seu “staff”, muito poderia se esperar graças ao “entendimento e colaboração espontânea” entre homens que detinham em suas mãos as rédeas da industrialização e da política campinense. Semelhantemente aos discursos desenvolvimentistas que davam contorno a imagem de Juscelino, Newton Rique é tecido pelo diário como o prefeito feito para aquele centenário a qual Campina Grande alcançava.

Mas o ano de 1964 também foi um ano marcante por outros acontecimentos de âmbito nacional, que mudariam os rumos da política brasileira e campinense inteiramente. Foi o advento da “revolução” Militar, iniciada no dia 31 de março, fato este que afetaria a cidade de Campina Grande de forma irreparável. Mesmo que tenha sido desenvolvida com “as melhores das intenções e recebida com todos os melhores aplausos e esperanças do povo”, na luta por uma limpeza moral da política brasileira, recheada com muitos homens que esqueceram “suas responsabilidades perante o povo e a Nação”, preocupando-se mais com suas “mesquinhas vantagens” do que com a reconstrução e reestruturação da economia nacional,

¹⁸⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 5 de Janeiro de 1964, p. 7.

a revolução Militar desmancha o curso “natural” da qual o Diário da Borborema tanto fazia referencia¹⁸⁵.

Os meses que se seguiram eram de uma expectativa intensa. Políticos ávidos por notícias na esperança que seus nomes não se encontrassem nas listas de cassação que até o senador Juscelino Kubitschek não pouparam¹⁸⁶. Nos mesmos exemplares que noticiavam o medo constante da cassação, mostra-se com orgulho a construção da primeira indústria do Distrito Industrial de Campina.

Até que no dia 15 de junho, sai mais uma lista de cassações, na qual mais de trezentos nomes da política brasileira estariam enquadrados na nomeada “lista final” de mandatos cassados ou direitos políticos suspensos. Tal lista, de acordo com a reportagem do dia anterior¹⁸⁷, estaria sendo debatida entre os Ministros Militares com a participação de Generais e Brigadeiros e mesmo sem saber de forma exata, todos construíam uma séria expectativa sobre seu conteúdo. Entre os possíveis nomes, provocando a comoção da cidade, Newton Rique se encontrava. No dia seguinte à divulgação da lista, é recebido por todos na prefeitura, para a reunião de despedida sua da prefeitura da cidade. Enquanto divulga sobre a posse do novo chefe executivo de Campina Grande, João Jerônimo da Costa, presidente da Câmara Municipal, o jornal também deixa transparecer uma enorme sensação de perda, como se aquela lista tivesse manchado o curso econômico do município. Assim se mostrava a cassação do prefeito Newton Rique no dia 15 de Junho de 1964, como se observa na reportagem “Newton e a revolução”, escrita por Stênio Lopes em sua nova coluna “Rosa dos ventos”:

Foi um erro, sim, um grave erro da revolução o castigo posto a Newton. Em Campina Grande, a revolução ficou comprometida. Seus ideais, negados. Seus objetivos, frustrados. Suas esperanças, fenecidas. Mas Campina Grande não é o Brasil. E o Brasil necessitava da revolução. Sem ela caminharíamos para a derrocada da democracia. Sem ela marcharíamos para um regime incongruente, se uma ditadura

¹⁸⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 2 de Agosto de 1964, p. 2.

¹⁸⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 14 de Junho de 1964, p. 2.

¹⁸⁷ “*Listão’ deverá sair hoje ao encerrar-se prazo para aplicação de sanções políticas*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 14 de Junho de 1964, p. 1.

pelego-sindicalista, se um redivivo Estado Novo. Sem a revolução, a corrupção administrativa continuaria como norma de governo, afundando o País e gangrenando a Nação. Mas a revolução foi uma obra humana. É uma obra humana. Portanto, obra imperfeita, sujeita aos erros, aos equívocos, às injustiças. Ela não está sendo manipulada por anjos, mas por pessoas humanas. Injusta a punição a que submeteram Newton. A cassação de seu mandato foi um terrível equívoco. Um equívoco talvez irreparável. O afastamento de Newton do poder foi muito mais do que um episódio triste da revolução. Foi um golpe contra ela. Fizeram-na cometer um engano mortal. (...) Vi a mocidade acorrer a Newton com a tristeza amargurando-lhe as fisionomias. Mulheres chorando. Homens chorando também. Um grande silêncio pousou sobre as ruas. Nem mesmo os adversários políticos de Newton puderam alegrar-se. No íntimo de suas consciências, sentiram a perda imensa que para nós, seus amigos e colaboradores, é sobretudo uma saudade. Com a morte cívica de Newton morreram esperanças em Campina Grande. Ah! Mas se fosse possível o milagre da ressurreição! (...) Parece um sonho. E é um pesadelo. Precisamos acordar.¹⁸⁸

Explicando que a tal “revolução” a qual o texto remete, refere-se ao golpe da (Ditadura) Militar em Abril de 1964, percebe-se que, de maneira concomitante, existe uma alegria e um pesar enorme com o desenrolar dos fatos. Apesar de, atualmente, a ideia de simpatizar com o Regime Militar brasileiro pareça repreensível, à época era visto como a solução para acabar de vez com a corrupção que prejudicava o aparato político do país. Mesmo assim, sendo observado como uma solução para o contexto político nacional, trouxe consequências aterradoras à Rainha da Borborema que assistiu chorosa, o adeus do homem que “se responsabilizaria” por um progresso e prosperidade desejados para Campina Grande. O DB nomeava de “equívoco irreparável” a uma cidade que não podia fraquejar, deslizar, correr o risco de perder seu prestígio diante do contexto econômico da região. Pensou-se que ali fosse o fim dos longos anos de expectativa e esperanças depositadas do discurso desenvolvimentista.

No seguinte dia à sua cassação, antes de deixar a cidade, Newton Rique fez um pronunciamento histórico na Rádio Borborema, no qual, durante 26 minutos, despediu-se de Campina Grande. “Adeus, campinenses amigos. Parto por outros caminhos, em busca de outro destino e de outra vida (...). Parto por

¹⁸⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Junho de 1964, p. 7.

rotas que não escolhi. E da curva da longa e sinuosa estrada que me forçam agora a percorrer, volto o meu olhar para ver os que ficam, e os meus olhos se perdem na contemplação da paisagem, que para mim se fez de angústia e saudade (...). O destino que hoje nos separa talvez um dia nos reencontre”¹⁸⁹, disse, trêmulo, no trecho final do seu pronunciamento.

Já ao Diário da Borborema, momentos antes, falou com a mesma voz embargada: “Renunciei com tranquilidade ao meu lar, à direção dos meus negócios, à liberdade da minha vida (...). Vim para a Prefeitura de Campina Grande, não como político profissional, jovem ambicioso ou homem comprometido, mas como campinense, como qualquer um de vocês que considera a prosperidade de Campina Grande uma suprema aspiração de cada um”¹⁹⁰. Assim, se encerrava prematuramente um governo que durou não mais que sete meses, de onde surgiu a promessa de renovação das práticas administrativas da cidade. Newton Rique e a política de Campina Grande nunca mais se encontrariam. Após o episódio, retornou à sua vida empresarial.

Após um mês de sua cassação, o Diário da Borborema faz uma entrevista completa com Newton Rique sobre os possíveis destinos da cidade e do político. Mantendo contato com seus amigos e correligionários, buscava entender o “mistério” por trás de uma medida tão extrema que foi sua cassação, na esperança que aquele desentendimento pudesse ser resolvido. Perguntando sobre a repercussão da campanha promovida “por todas as classes campinenses”¹⁹¹ sobre a defesa de seu mandato, respondeu:

“O presidente Castelo Branco [...] prometeu que fará prevalecer a Justiça e a Verdade acima da inexorabilidade dos atos revolucionários. Aguardo com absoluta tranquilidade essa decisão, face à inteireza com que sempre pautei a minha vida pública e privada, ratificada para o meu desvanecimento, pelo testemunho unânime de todos os meus conterrâneos”.

¹⁸⁹ “Discurso de Newton Rique à Rádio Borborema”. Campina Grande, Rádio Borborema, 16 de Junho de 1964.

¹⁹⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Junho de 1964, p. 1.

¹⁹¹ Como observamos na reportagem “Seja Campina o escudo para defesa do nome de Newton Rique”, Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de Julho de 1964, p. 8.

E mesmo distante de sua terra e mandato, lutava diariamente para o bem municipal. O jornal mostra que graças ao prestígio de Newton Rique junto aos “círculos dirigentes” do país, mobilizou seus esforços ao longo destes 30 dias para a construção de um convênio entre o município de Campina Grande e o Conselho de Universalidade do Brasil, com o intuito de construir um estudo acerca das oportunidades e possibilidades industriais. Faltando apenas a assinatura do prefeito interino João Jerônimo, poderiam sair deste estudo mais de cinco projetos industriais para ampliação do parque fabril campinense¹⁹².

Novamente, outros trinta dias se passaram e a ideia de retorno já não era mais uma realidade. Newton Rique se faria presente pela primeira vez em Campina Grande após sua cassação e em nova entrevista, afirmava que não resistiu as “pressões incontroláveis da saudade e ao violento desejo de, ao menos de passagem, rever esta terra querida”. Mesmo tendo prometido em relato anterior retornar ao município apenas na data de seu centenário, cedeu à nostalgia das ruas e das pessoas deste município. Providenciava os últimos arranjes para sua partida para o Sudeste do Brasil, situação “arranjada” pelas autoridades federais que o forçavam a dedicar-se inteiramente às atividades da nova sede do Branco Industrial de Campina Grande, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Os seus “novos caminhos” parecem construir-se para longe daquela cidade serrana, deixando claro a todos seus conterrâneos que em seu julgamento, se arrancava mais uma vez dos campinenses seus “instrumentos de edificação da felicidade”¹⁹³.

Com estas palavras, deixa-se transparecer que os planos para a concretização do tão sonhado Distrito Industrial campinense, tomariam outros caminhos. A política municipal, estadual e nacional seguiria seu caminho a partir de outros moldes, mas as representações de um empenho uno da população como também o comprometimento elevado dos homens de recursos de Campina Grande continuou a predominar na tessitura das principais páginas do Diário da Borborema. Os discursos jornalísticos não pararam nem as ambições cessaram; apesar do forte “golpe”, os interesses de um setor

¹⁹² Diário da Borborema, Campina Grande, 15 de Julho de 1964, p. 8.

¹⁹³ Diário da Borborema, Campina Grande, 15 de Agosto de 1964, p. 8.

industrial forte que deslançaria a economia campinense ainda se apresentavam como o “melhor” recurso de perpetuação do reinado da Rainha da Borborema. As mudanças materiais da cidade e a pretensão de uma nova mentalidade para o campinense, pensados uma vez por uma elite municipal, tentariam seguir seu curso.



“O lobo do meio: ‘cuidado rapazes, a caçada começou...’”.

Imagem 4: Charge presente na capa do Diário da Borborema, dividindo espaço com a reportagem sobre a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek.

Fonte – Digitalização do Acervo do Diário da Borborema - 11 de junho 1964.

A charge presente no DB, do dia 11 de junho, parecia prever os desafios que o Brasil iria enfrentar daquele momento em diante. A oligarquia local pulverizando as verbas da União, o grande nível de corrupção enfrentado pelo sistema político e a inflação alcançando taxas alarmantes (79,9% em 1963 de acordo com a tabela 1), minando a economia e o mercado interno brasileiro, não pareciam fazer do Brasil, aquela região de tantas potencialidades da qual Juscelino Kubitschek falava nos primeiros anos de seu mandato como presidente. Pareciam sim, cachorros vira-latas ladrando para qualquer um que se aproximasse, afastando as oportunidades e os investimentos estrangeiros tão interessantes até então.

Já sobre a materialidade do projeto industrial tão divulgado até o momento de sua cassação, parece existir apenas o “Parque Prefeito Newton Rique”, nomeado assim em homenagem ao propalador destes discursos,

sancionado pela Lei n.184 de 1964¹⁹⁴ e que agora se afastava de vez da política campinense.

¹⁹⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 31 de Julho de 1964, p. 7.

3.2 Os impasses da “revolução” militar ao retorno de Williams Arruda: a manutenção do discurso desenvolvimentista em Campina Grande

O discurso de desenvolvimento arquitetado pela elite progressista campinense, alcançando e imprimindo as páginas do Diário da Borborema, conseguiram de certo prender a atenção pública e política da cidade. Em cada artigo e reportagem que mencionavam a indústria como solução para as calamidades sociais e econômicas, um interesse maior se desvelava.

Neste esforço de convencimento, nesta “venda” de um santo remédio contra todos os sintomas elencados pelo DB que prejudicavam sua população pobre e atrasava o desenvolvimento da cidade Rainha do sertão paraibano, surge uma dificuldade, uma incredulidade ao pensar que tal milagre pudesse saciar tantas bocas famintas, cabeças sem teto e homens sem emprego. Que bebendo uma garrafa inteira daquela prescrição que o médico Juscelino Kubitschek tanto defendeu durante seu mandato como presidente do país pudesse dar cabo as indisposições econômicas de um corpo tão melindroso e heterogêneo como era o Brasil naquele momento, em especial, o Nordeste.

Se nos lembrarmos de que a voz do DB gesticulava as palavras de um grupo mais reservado da população campinense, um grupo zeloso com os ideais de desenvolvimento e progresso, pautados nas conclusões, estatísticas e planejamentos do GTDN, devemos também considerar um interesse particular de cada membro desta aliança de seletos intelectuais.

Desta Campina Grande de forma política definida por moldes tão antigos e grosseiros, surge a necessidade de se suavizar suas bordas, de se lubrificar suas roldanas, filtrar-se seu espaço, suas engrenagens e funções ditas obsoletas. Abrir caminho para este progresso avassalador da qual os colonistas do DB tanto renunciavam. Preparar os terrenos, abrir os campos e cimentá-los, levar a água e a energia aos galpões que se erigiam no pretensio parque industrial campinense, levantando uma “bandeira” fiscal de prosperidade, atraindo industriais de todo o país. Vender sim Campina Grande midiaticamente como “a cidade que mais prospera no Nordeste brasileiro”, mas

igualmente, prepara-la minimamente para a recepção de tantos anseios de desenvolvimentismo e de indústria.

Campina Grande ao nomear um prefeito progressista como era Newton Rique nas eleições de 1963, crente nos caminhos preconizados por Celso Furtado, incluía-se politicamente dentro destas razões econômicas, por consequência, orientando o foco dos investimentos municipais, somados aos investimentos estatais, buscando suprir as necessidades de uma infraestrutura cadente. Afinal, os projetos da SUDENE em seu primeiro plano diretor (1961-1963) não eram acanhados. A capital do trabalho ganhava uma boa previsão para os anos seguintes, prevendo o investimento nas indústrias locais explorando diversas matérias primas locais e a implantação de novas indústrias regionais e nacionais; tudo isto, visto como o primeiro grande passo para a equiparação econômica entre a região Nordeste e o resto do país.

Como observa Stênio Lopes, em sua coluna Rosa dos Ventos¹⁹⁵, o ano de 1964 se apresenta como um período de “promessas e esperanças”. Nessa intolerância de se esperar menos do futuro, do progresso, do governo de Newton Rique em plena instalação (e cassação), à sua administração se atribui ao mesmo tempo a responsabilidade e a capacidade de manobrar os “ventos” em favor de Campina Grande. O ritmo da cidade seria definido de acordo com as forças econômicas em curso na atmosfera nacional, estas que apontavam para o processo de industrialização. A cidade nunca poderia crescer isoladamente, quanto mais, imprimir um crescimento acelerado, equiparando-se às demais capitais do Brasil sem caminhar impulsionada por esses ideais, sem comungar dos investimentos prometidos a esta área.

Dessa forma, deveria caminhar-se junto ao governo estadual e federal – deixando os assuntos políticos de lado e concentrando-se na administração econômica da cidade – na luta contra a inflação e contra a queda do valor dos recursos monetários. Mesmo sendo um adversário de peso que poderia deitar todos os sonhos progressistas ao chão, surge uma expectativa através das

¹⁹⁵ “As esperanças de 1964”. Diário da Borborema, Campina Grande, 5 de Janeiro de 1964, p. 5.

palavras de Stênio Lopes de que o novo prefeito fosse capaz de selecionar adequadamente as prioridades municipais.

Nesta leitura fica subtendido que grande parte dos setores de Campina Grande teriam que ceder suas verbas para a construção e manutenção da infraestrutura necessária para a industrialização, “capazes de promover o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida do seu povo”¹⁹⁶. Aqui cabe a pergunta: quais setores abririam mão de seus investimentos? Ou melhor, qual parte da população arcará com as despesas do progresso? A única certeza que se configura sobre essas palavras é a de que todos esses esforços podem sim de algum modo atingir toda a população campinense, como tanto se apresenta esta ideia nas páginas do Diário da Borborema; mas não de forma homogênea.

Caberia às lideranças políticas do progresso uma maior fatia, um maior lucro, já que “claro”, adotaram para si e propagaram a “única” esperança para o futuro do município. Sua soberba baseava-se na luta contra os moldes políticos e econômicos antigos, relutantes à introdução da técnica e da racionalização destes poderes. Eles que buscaram o fim de um empirismo, danoso ao desenvolvimento e a melhoria do bem comum. Construiu-se uma nova era de prosperidade e produtividade, onde os métodos arcaicos de governo não mais faziam sentido. Consequentemente, os velhos vícios eleitorais perdiam seus espaços diante da simples, mas fugaz capacidade técnica.

“Os técnicos, verdadeiramente conscientes de sua missão, não esta à cata de votos. Podem, por isto, dar um caráter de impessoalidade ao seu trabalho. O que os orienta é o bem público, é a maior produtividade do serviço público. Os políticos, que tenham a habilidade de tirar partido do trabalho dos técnicos; combate-los e derrubá-los é que não se justifica numa hora em que o empirismo administrativo já provou seus piores resultados”¹⁹⁷.

Essa desconfiança também é visível nas camadas pobres de Campina Grande. Tão pouco inseridas neste discurso progressista, sendo pontuada apenas como integrante do “povo campinense” chama a atenção do colunista

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ “A luta contra a racionalização”. Diário da Borborema, Campina Grande, 8 de Janeiro de 1964, p. 2.

Ademar Martins. Em suas palavras, Newton Rique aparece apenas como uma promessa distante para esta parcela da população. Para o “povo campinense”, a máquina do progresso “newtista” parece emperrada, sem vida, “sem futuro”. A este povo resta esperar, continuamente alimentada por slogans como “Trabalho para um povo que trabalha” e pelas visitas contínuas do prefeito aos bairros pobres do município ¹⁹⁸.

Nesta lógica de racionalização e inclusão da técnica na administração pública, Newton Rique inspeciona os bairros campinenses, junto ao seu secretariado, escutando a população mais pobre e prometendo soluções que “coubessem” dentro das possibilidades financeiras do município. Mas tais bairros como Santa Rosa, José Pinheiro, Liberdade, entre outros, são retratados pelo DB como um grupo pessoas que se entusiasma com a construção de praças e ambientes públicos que nada trazem benefícios reais a população, diante dos problemas enfrentados por ela. Sim, praças são construções que valorizam o bairro e suas populações, mas a ideia é apresentada pelo jornal como a solução das mazelas daqueles logradouros, algo que para qualquer leitor atento à mesma página de veiculação desta reportagem, pareceria minimamente incoerente.

Vejamos: enquanto que na reportagem “Povo de José Pinheiro entusiasmado com a visita de Newton ao bairro”, a construção da “Praça da Esperança” em frente ao Círculo Operário, de acordo com o jornal, é observada pela população como um êxito administrativo que começava a dissipar as desconfianças de outrora depositadas neste gestor, ao lado, na mesma página, se constrói uma imagem bastante diferente desta Campina Grande. Intitulada “A Cidade e os seus problemas”, dificuldades como ruas esburacadas em vários bairros, lixo espalhado pelas principais ruas da cidade, chuvas que derrubaram casebres e postes de distribuição elétrica, bairros passando por problemas de suprimento de luz elétrica e concluindo com chave de ouro, a cidade a mais de oito dias sem água em parte alguma, provocam um questionamento sobre a validade da construção de uma praça pública, havendo tantos outros problemas mais graves para suprir.

¹⁹⁸ Diário da Borborema, Campina Grande, 5 de Janeiro de 1964, p. 3.

A conotação cômica da reportagem vem em seu final (esclarecendo também qual era o verdadeiro posicionamento do jornal diante destes problemas), ao mostrar para população qual deveria ser sua atitude: “Que fazer? Unicamente esperar” ¹⁹⁹. Esperar que a técnica pudesse fazer seu efeito, que a racionalização dos poderes públicos empreendesse sua jornada em direção ao progresso? Esperar que esse progresso e essa indústria mitigassem em sua consecução, as falhas e faltas da prefeitura com sua população? Esperar por um milagre industrial, que apenas pelas mãos de Newton Rique, este gestor lapidado pela racionalização, desenvolvimentismo e indústria – como assim afirma a todo o momento o Diário da Borborema –, tantas transformações e benesses alcançassem a capital do trabalho.

Verdadeiramente um “milagre” apenas para dissipar tantos problemas estruturais em Campina Grande. Apenas um milagre, coincidindo com o ano do centenário municipal, juntos formavam quase que uma “profecia”. Era tempo de celebrar os 100 anos de glória e progresso da “heroica Vila Nova da Rainha”. Era tempo de renovar os votos e incentivos de um futuro de progresso e desenvolvimento. A tal ponto, que para Stênio Lopes, agora secretário de Newton Rique, era quase que uma blasfêmia questionar o nível ou a capacidade administrativa da prefeitura. Segundo sua coluna Rosa dos ventos do dia 13 de fevereiro de 1964, “muitas cabeças cintilantes” imaginavam muitas soluções para os problemas estruturais de Campina Grande sem antes conhecer a real situação dos cofres municipais e de sua própria estrutura de atuação.

Se para alguns os problemas como ruas esburacadas, bairros sem energia ou água, lixo nas calçadas ou outros percalços eram de simples resolução em comparação à construção de uma estrutura adequada para promover a industrialização do município, chegava-se a este consenso aqueles sem a mínima capacidade de administração pública. “Tudo é fácil no pensamento e na boca dos nossos censores”.

¹⁹⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 10 de Janeiro de 1964, p. 8 e 4.

Não observavam, porém, que essa precariedade que assolava a população de Campina Grande era um resultado da gestão anterior. Se professoras davam aula a seus alunos em tábuas de madeira na falta de estrutura nas escolas, se as ruas da cidade eram formadas por crateras feitas pelas chuvas ou se o problema crônico da falta de água na cidade não tinha sido resolvido até então, não seria em apenas poucos meses de gestão que o milagre industrial e a Revolução da Prosperidade, racionalizadas de Newton Rique, conseguiriam conter tantos problemas urbanos.

Ora, para este milagre precisava-se de tempo e empenho. Seu primeiro passo já havia sido dado em 31 de Dezembro de 1963, com o decreto 3.491 no Diário Oficial do Estado, onde o governo Pedro Gondim havia declarado de utilidade pública uma área de quase 200 hectares situados nas imediações do Aeroporto João Suassuna. Esta destinada à formação e implantação do Distrito Industrial de Campina Grande, observado como o primeiro passo deste milagre. Somada às expectativas geradas pelo segundo plano diretor da SUDENE (1963/65), que contava com uma série de benefícios federais concedidos para a implantação de cinco indústrias de grande porte (entre elas a Wallig) mais a modernização de quatro outras já existentes, semeavam a prosperidade racionalizada pela elite progressista de Campina.

“Indústria afinal”, que alcançava as prioridades estaduais através dos atos do governador Pedro Gondim, mas que há muitos anos, em Campina Grande já se abordava a ideia e preconizava sua necessidade. Segundo o editorial do Diário da Borborema²⁰⁰, antes mesmo do estado pensar em industrialização, o prefeito Newton Rique já “tinha na criação de novas fábricas em Campina Grande o motivo principal de seu governo”. Visto como um vanguardista do imperativo industrial que se encenava no país, Rique colocava a Rainha da Borborema afrente até da capital do estado, João Pessoa nesta corrida pela criação de riquezas, fortalecimento do comércio e serviços, aumento das rendas municipais e tantas outras consequências positivas da industrialização.

²⁰⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Janeiro de 1964, p. 2.

Mas sua cassação, como ele mesmo afirmou, “retirou das mãos dos campinenses os instrumentos” de progresso e desenvolvimento industrial. Williams Arruda do PTB, inserido nesta eleição graças à “sutil manobra” do ex-prefeito Severino Cabral para se ligar ao sistema trabalhista campinense, “esquivando-se, inteligentemente”, de um total compromisso com as forças do “esquema de 60”²⁰¹, responsáveis diretos por sua eleição em 1959, ainda lutava para retornar ao seu cargo de prefeito interino de Campina Grande. Mesmo que João Jerônimo estivesse, segundo as palavras de Stênio Lopes, fazendo um trabalho memorável como chefe do executivo campinense, sofria tanto com a obrigação de atender as grandes expectativas surgidas para aquele mandato, como também com a possibilidade do judiciário possibilitar o retorno de Williams²⁰².

Mesmo trabalhando com os antigos secretários de Newton Rique²⁰³, Jerônimo, não demorou para que o mandado de segurança de Williams Arruda, protegendo seu mandato que “em momento nenhum”²⁰⁴ tinham sido cassado pelos revolucionários militares, surtisse efeito. Nos últimos dias de setembro de 1964 o juiz aprova o pedido de Arruda, provocando burburinho entre todos na cidade e uma completa paralização da prefeitura, que no dia 29, se reunia a portas fechadas com João Jerônimo. No mesmo dia, ele entregava o gabinete da prefeitura de Campina Grande às 17 horas, sendo abordado pela reportagem do Diário pouco tempo depois. Mesmo não querendo prestar nenhum esclarecimento, a “fisionomia carregada” do senhor João Jerônimo, parece já definir todos os esclarecimentos para aquele dia²⁰⁵.

No outro dia, 30 de setembro, se anunciavam em letras garrafais na página principal do DB que Williams retomaria a prefeitura daquele município.

²⁰¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 27 de Junho de 1963, p. 3.

²⁰² “Novo Prefeito”. Diário da Borborema, Campina Grande, 1 de Julho de 1964, p. 7; “Confiança no Novo Prefeito”. Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de Junho de 1964, p. 2.

²⁰³ “Novo prefeito reuniu secretariado, ontem, para debater os problemas do município”. Diário da Borborema, Campina Grande, 17 de Junho de 1964, p. 8.

²⁰⁴ “Já está no cartório o mandado de segurança de Williams Arruda”. Diário da Borborema, Campina Grande, 26 de Setembro de 1964, p. 8.

²⁰⁵ “Juiz concede liminar ao mandado de segurança de Williams Arruda”. Diário da Borborema, Campina Grande, 29 de Setembro de 1964, p. 8.

Este “autêntico democrata”²⁰⁶ entra para a história de Campina Grande como o solucionador de grande parte das dificuldades empreendidas pelo parque industrial, além de empreender um dos mandatos mais “invejáveis” da época. Mantendo boa parte do plano de ação para com a industrialização do município, também preenche alguns espaços no Diário da Borborema ao longo dos meses com suas viagens, reuniões e planejamentos para o parque industrial enquanto ainda se ocupava das festividades do centenário da cidade realizadas no dia 11 de Outubro daquele ano.

Suas primeiras medidas como prefeito de Campina foram ao sentido de quitar os débitos da prefeitura que apesar de contar com grande receita, via a sua frente enormes gastos nos que tange a esfera material do processo de industrialização, como também o pagamento de dívidas vindas das gestões anteriores. Assim, ele diminui o número de funcionários “fantasmas” da prefeitura, evitando colocar familiares em cargos públicos, cortando os gastos da receita e qualquer margem de improbidade política que pudesse coloca-lo no “radar” das cassações que continuaram ao longo dos anos pelo Brasil.

Já em relação ao processo de industrialização e desenvolvimento da economia local, as reportagens são mais acanhadas, escassas, em comparação ao período prévio às campanhas de 1959 e 1963. Enquanto no período de destaque de Newton Rique na política campinense o discurso de progresso e industrialismo eram martelados em cada página e crônica do diário, a partir de outubro de 1964, essas reportagens parecem se perder entre tantos outros assuntos que agora se demonstravam “maiores” e que tocavam diretamente a cidade (economicamente e politicamente). O caso era do crescente custo de vida que prejudicava o comércio local, dificultando a rotina do campinense popular e preocupava os cronistas que pareciam não mais ter as pretensas “soluções” de outrora; por outro lado, a instabilidade política promovida pela “revolução” militar de 1964, a quase caçada as bruxas ímprobos da política brasileira e uma indefinição sobre a economia do país parecem preencher diariamente as primeiras páginas do DB.

²⁰⁶ “*Posse de Williams Arruda será hoje às oito horas*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 30 de Setembro de 1964, p. 8; “*Williams é um autêntico democrata – diz Milton Cabral*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 1º de Outubro de 1964, p. 1.

Sobre a prefeitura e gestão de Williams Arruda, em uma intensidade ínfima em comparação ao período Rique, seu nome passa de forma invisível nas reportagens sobre os progressos do município. Em nenhum momento se vê sua imagem veiculada e atrelada ao texto. As letras que antes (garrafais) falavam da “maestria técnica” de Newton no comando municipal agora tornam-se discretas, sóbrias, perdendo-se em meio a tantas outras reportagens e definindo um tom predominante dentro do jornal ao longo dos anos de sua gestão (1964-1968).



Imagem 5: Foto da solenidade do lançamento da pedra fundamental da futura sede da “Telecomunicações de Campina Grande S. A.” (TELINGRA), de iniciativa municipal.

Fonte – Digitalização do Acervo do Diário da Borborema - 22 de Janeiro 1965.

Ao contrário de Newton Rique que sempre é apresentado como figura central ou única das imagens que remetiam aos seus esforços políticos e econômicos, Williams Arruda parece se perder entre tantos outros indivíduos, que se destacam mais que o chefe do executivo de Campina Grande. Sem a simples informação encontrada na reportagem de que Arruda neste instantâneo estaria proferindo seu discurso – sobre as benesses deste sistema de comunicações que dotariam o município de um moderno serviço de telecomunicações, compatível com o nível de desenvolvimento da cidade – talvez, chegaríamos à conclusão que o indivíduo com o microfone em mãos poderia ser qualquer outra figura da esfera política da cidade.

Bem distante do arquétipo apresentado pelas fotorreportagens que em seu centro apresentavam a figura de Juscelino Kubitschek ou Newton Rique, onde há uma preocupação com a iluminação, com a postura, com o semblante destes indivíduos, as escassas imagens que remetem à atuação de Arruda não possuem em sua tessitura, nenhuma peculiaridade que pudesse destaca-lo.

Ainda assim, pudemos identificar seus esforços no intuito de promover a industrialização de Campina Grande, mesmo inserido em um contexto econômico e político de incertezas para o Nordeste. A SUDENE, de acordo com um correspondente do Diário da Borborema em Recife na reportagem “Cortadas drasticamente verbas da SUDENE para 1966 e 1967”²⁰⁷, começaria o ano de 1966 com grandes cortes em seu III Plano Diretor. Segundo o senhor Fernando Mota, participante da reunião do Plano, haveria um corte de mais de 30 bilhões de cruzeiros, desfalcando boa parte dos projetos. Apesar de repetidamente aparecer recebendo milhões e bilhões de investimentos para as obras e melhorias do Nordeste, o destacamento da Rainha serrana parece se esvair a cada tabela, listas de projetos e investimentos concedidos a ela.

Tabela 3: Indústrias de Campina Grande (PB) beneficiadas com projetos da SUDENE durante a vigência do I e II Plano Diretor – 1961/63 e 1963/65²⁰⁸.

| Ano | Nome do Estabelecimento | Produto | Objetivo do projeto |
|------|-------------------------|--|--------------------------|
| 1961 | Casa Fracalanza | Cordas, Fios de Sisal e Sacos de Algodão | Implantação |
| 1962 | Cotonifício Campinense | Sacos de Algodão | Ampliação e Modernização |
| 1963 | Casa Fracalanza | Cordas, Fios de Sisal e Sacos de Algodão | Compra de Equipamento |
| 1964 | CANDE | Tubos Plásticos Rígidos | Implantação |
| 1965 | CANDE | - | Complementação |

²⁰⁷ Diário da Borborema, Campina Grande, 23 de Março de 1966, p. 3.

²⁰⁸ “Projetos industriais aprovados pela SUDENE – 1960 a 1970”. Campina Grande, Paraíba. SUDENE, Biblioteca Central, Recife – Pernambuco apud. LIMA, 2012, p. 107.

| | | | |
|--|----------------------|---|-----------------------------|
| | INCOPRESA | Elementos Vazados, Ladrilhos Hidráulicos, Morões de Concreto Armado, etc. | Implantação |
| | ILCASA | Leite Pasteurizado | Implantação |
| | SIBRAL | Sisal | Equipamentos (Modernização) |
| | Wallig Nordeste S/A. | Fogões a Gás Liqufeito | Implantação |

Tabela 4: Indústrias de Campina Grande (PB) beneficiadas com projetos da SUDENE durante a vigência do III Plano Diretor – 1966/68²⁰⁹.

| Ano | Nome do Estabelecimento | Produto | Objetivo do projeto |
|------|---|---|-----------------------------|
| 1966 | CANDE | - | Reformulação Financeira |
| | FIBRASA | Beneficiamento de Sisal | Equipamentos (Modernização) |
| | IPELSA | Celulose e Papel | Reformulação Financeira |
| | PREMOL | Artefatos de Concreto | Ampliação |
| | Wallig Nordeste S/A. | - | Reformulação Financeira |
| 1967 | Bentonit União Nordeste S/A. | Beneficiamento de Argila /Bentonita (Minerais Não Metálicos) | Implantação |
| | Artefatos Metalúrgicos Müller Nordeste S/A. | Utensílios Domésticos, Pias Metálicas, Painéis Arquitetônicos, etc. | Implantação |

²⁰⁹ Ibidem.

| | | | |
|-------------|--------------------------------------|---|-------------------------------|
| | Fertilizantes de Campina Grande S/A. | Industrialização do Lixo Urbano | Implantação |
| | Bentonit União Nordeste S/A. | - | Ampliação |
| | Wallig Nordeste S/A. | - | Equipamentos (Complementação) |
| 1968 | Arbame Mallory do Nordeste S/A. | Tecidos Comestíveis e Subprodutos de Bovinos e Suínos | Implantação |
| | FRIGRANDE | Tecidos Comestíveis e Subprodutos de Bovinos e Suínos | Implantação |

Ao analisarmos a tabela 3 que aborda os projetos da SUDENE direcionados para Campina Grande nos dois primeiros planos diretor percebe-se entre os nove projetos que cinco deles eram para a implantação de novas indústrias no município, sendo as outras quatro direcionadas à modernização de indústrias que já existiam. Mesmo que duas delas não utilizassem matérias primas locais, todas buscavam atender ao mercado regional, obedecendo às normas preconizadas pelo Encontro dos Bispos do Nordeste²¹⁰ e pelo GTDN, também existindo um aumento no número de indústrias beneficiadas entre o primeiro e segundo plano diretor. Segundo Damião de Lima, se esperava um aumento considerável no número de projetos e implantações no terceiro plano diretor.

Mas ao avaliarmos a tabela 4, mesmo apresentando um número maior de projetos aprovados para a região, também se percebe que apenas quatro deles eram para a implantação de novas indústrias. Além disso, destes doze projetos em questão, apenas sete indústrias foram contempladas, mantendo o mesmo padrão do plano diretor anterior. Assim, concordamos com Lima ao falar da esperança do “boom industrial”²¹¹ em Campina Grande, comparando-o

²¹⁰ “Pioneirismo e coerência social dos bispos do Nordeste”. Diário da Borborema, Campina Grande, 22 de Setembro de 1966, p. 3.

²¹¹ LIMA, Damião de. “Campina Grande Sob Intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista”. João Pessoa: EdUFPB. 2012, p.115.

a uma quimera, a um sonho de interesses e pretensões tão heterogêneas e incongruentes, que analisados sobre uma lente de racionalidade e realismo, estariam longe das pretensões progressistas já ponderadas por este trabalho.

Um elenco de facilidade e incentivos foi elaborado por um escritório especializado do Rio de Janeiro, especialmente contratado pela Prefeitura, a fim de reforçar os atrativos já regulamentados e postos em prática pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste [...] e pelo Governo do Estado²¹².

O Diário da Borborema ao veicular tal passagem, mesmo com o intuito de apontar para os tantos interesses envolvidos na consecução deste projeto – municipal, estadual e federal, representado por duas de suas instituições de incentivo, SUDENE e Banco do Nordeste –, parece também repetir as vozes daqueles intelectuais progressistas de anos anteriores preocupados em apresentar muito mais do que Campina Grande era estruturalmente. Tanto que nos perguntamos se o município a esta altura já havia sanado seus antigos problemas de distribuição de água e luz, mão de obra qualificada, os males de seu crescimento demográfico acelerado. Se em meio a tantas inconstâncias políticas e incertezas econômicas, medidas foram tomadas para que este projeto de indústria e desenvolvimento fosse edificado. Reforçando esta ideia, encontramos diversas reportagens que de forma generalista afirmam a liberação de milhões e bilhões de cruzeiros pela SUDENE para importantes obras e projetos industriais para região, esquecendo-se de lembrar o leitor sobre o corte já mencionado no orçamento geral do III Plano Diretor²¹³.

Mas, mesmo que de forma pontual (seguindo a tendência já apresentada sobre a veiculação da imagem de e da atuação de Williams Arruda frente às dificuldades da industrialização) algumas reportagens se destacam entre as folhas do DB, mostrando que tais problemas estariam sob o olhar vigilante no novo prefeito de Campina Grande. Sobre a energia, a reportagem “Política de

²¹² Diário da Borborema, Campina Grande, 29 de Março de 1966, p. 5.

²¹³ “SUDENE aprovou em fevereiro investimentos de nove bilhões”. Diário da Borborema, Campina Grande, 16 de Março de 1966, p. 6; “FINEP financiará cinco projetos industriais: CG”. Diário da Borborema, Campina Grande, 25 de Março de 1966, p. 5. “SUDENE analisa 84 projetos no valor de Cr\$ 541 bilhões”, Diário da Borborema, Campina Grande, 24 de Setembro de 1966, p. 6; “SUDENE libera recursos para a WALLIG NORDESTE”. Diário da Borborema, Campina Grande, 30 de Setembro de 1966, p. 8.

Energia Elétrica foi debatida ontem na FIEP”²¹⁴, define o ritmo sobre a discussão e o empenho da prefeitura ao buscar uma solução conjunta deste problema. Na reunião se encontraram o Prefeito Williams Arruda, o General Otaviano Massa, o Presidente da Sociedade de Eletrificação da Paraíba (SAELPA) Fleury Soares, o Presidente da FIEP Lynaldo Cavalcanti, o Diretor da Escola Politécnica Edvaldo do Ó, que buscavam unir seus pontos de vista e acertar as medidas a serem tomadas sobre a política de energia elétrica em Campina Grande, levando em consideração o aumento da cidade e o projeto de industrialização (com atuação da SUDENE).

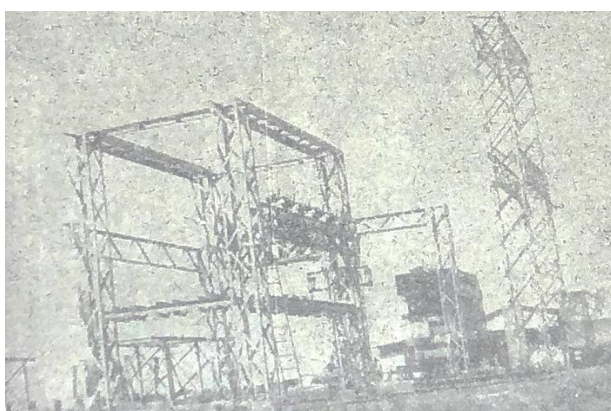


Imagem 6: Fotografia da estrutura da subestação da CHESF em construção no Distrito Industrial de Campina Grande, com o famigerado regulador automático ao fundo.

Fonte – Digitalização do Acervo do Diário da Borborema - 2 de Novembro 1966.

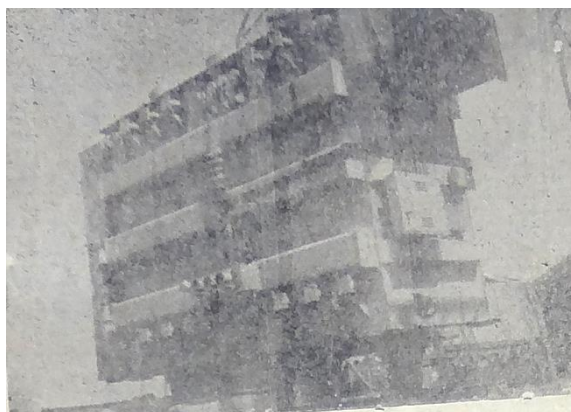


Imagem 7: Foco do regulador automático da CHESF, que já estava instalado no momento da reportagem.

Fonte – Digitalização do Acervo do Diário da Borborema - 2 de Novembro 1966.

²¹⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de Agosto de 1966, p. 8.

Já a reportagem “CHESF vai inaugurar em dezembro a subestação baixadora de CG” ²¹⁵, fala sobre a construção de uma subestação de energia localizada dentro do Distrito Industrial de Campina. Arquitetada para atender aos novos padrões de suprimento energético da cidade, já tão desbalanceado pelo seu crescimento populacional, a obra que “em plena” construção (imagem 6) contaria com um “possante regulador automático” da CHESF (imagem 7), sendo ele o segundo instalado em todo o Nordeste.

Agora, todo o funcionamento da Wallig Fogões S/A. estaria garantido, sanando também o problema crônico de oscilação da energia (que não controlava uma saída constante de 220 volts) presente nos domicílios que contavam com este serviço. Aqui ainda lembramos também que é na administração do prefeito Williams Arruda a Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB) foi criada, em setembro de 1966, concentrando o acervo pertencente ao Departamento Autônomo dos Serviços Elétricos (DASEC), também idealizado pela administração de Arruda no início de sua gestão.

Com relação ao abastecimento de água, encontramos reportagens que apontam para os esforços da SUDENE na solução deste problema de forma regional. Na reportagem de Calazans Fernandes “Energia, estradas, água e esgotos de 1959 a 1968 para todo o Nordeste” ²¹⁶, são mostrados os dados e valores do melhoramento de estradas, água e energia em mais de 145 cidades nordestinas. Com a atuação do III Plano Diretor, a reportagem mostra que a SUDENE ainda era firme em seu intuito de coordenar os investimentos infraestruturais, ampliando a oferta de serviços e a criando as condições básicas para o desenvolvimento da vida econômica regional.

Na atuação contra os males do inchaço demográfico de Campina Grande, através de convênio com o Banco Nacional da Habitação (BNH), Williams Arruda promoveu a construção de quase 800 casas populares. Entre as áreas amparadas identificamos construções no conjunto Sandra Cavalcanti, no bairro do Catolé, onde foram construídas 172 residências; nos bairros do Cruzeiro e do Jardim Paulistano, 335 residências e; no bairro do Santo Antônio,

²¹⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 3 de Novembro de 1966, p. 8.

²¹⁶ Diário da Borborema, Campina Grande, 9 de Agosto de 1966, p. 3.

construíram-se mais 284 residências, totalizando 791 novas moradias para a população carente do município²¹⁷.

Epitácio Soares, ao redigir o editorial do Diário da Borborema, faz uma correção sobre as compreensões “incongruentes” de uma reportagem reproduzida anteriormente. Ele reafirma que tais habitações são resultados da administração Williams Arruda, através da Companhia de Habitação Popular de Campina Grande (COHAB-CG). Uma iniciativa municipal encaminhada bem antes do Governo do Estado se mobilizar através da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP). E para isso o esclarecimento feito pelo editorial – que não teve “outra intenção a não ser a de fazer justiça aos senhores Alusio Feitosa de Menezes, Oscar Adelino de Lima e João Ednaldo Alves dos Santos, diretores da COHAB-CG” – tira qualquer sombra de dúvidas: são resultados únicos do trabalho da prefeitura municipal, e não do estado²¹⁸.

Levando em consideração a promoção da educação de nível técnico e superior identificamos uma série de reportagens que levam em seu âmago o processo de implantação e inauguração da Faculdade de Medicina e da Universidade Regional do Nordeste. No primeiro caso, observamos a reportagem “Tudo faremos para Faculdade de Medicina de CG funcionar”²¹⁹, onde o recém-eleito presidente da Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande, o médico Francisco Brasileiro afirmou que estava trabalhando “com afinco para a criação da Faculdade de Medicina e o seu funcionamento mais breve possível”, ideia apoiada pelo diretor da Escola Politécnica de Campina Grande, Lynaldo Cavalcante.

Já o segundo caso, a instituição da Universidade Regional do Nordeste é observada por uma série de reportagens publicadas pelo DB entre os meses

²¹⁷ “COHAB-CG inaugura domingo dois núcleos residenciais”. Diário da Borborema, Campina Grande, 4 de Novembro de 1966, p. 8; “Prefeito Williams Arruda integrado na política habitacional do Governo C.B.”. Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Novembro de 1966, p. 8; “COHAB inaugurou grupo residencial de 172 casas. Williams Arruda: ‘o que aqui vemos é obra da Revolução’”. Diário da Borborema, Campina Grande, 8 de Novembro de 1966, p. 8.

²¹⁸ “Ronda dos dias: COHAB-CG”. Diário da Borborema, Campina Grande, 13 de Novembro de 1966, p. 2.

²¹⁹ Diário da Borborema, Campina Grande, 4 de Fevereiro de 1966, p. 8.

de fevereiro e novembro de 1966. Tais crônicas²²⁰, narram o processo de assinatura e conseqüentemente, o aval do prefeito Williams Arruda em relação ao projeto de lei que propunha a criação da URN, unidndo as isoladas faculdades de Filosofia e Serviço Social, já em funcionamento à época aos novos cursos de Direito e Arquitetura que tinham seu funcionamento previsto para aquele ano ainda.

Também de acordo com as reportagens, apesar de funcionar a partir de um convênio assinado com a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), adicionando fundos anuais ao orçamento da prefeitura, a instituição previa sua transferência para a esfera federal além da ampliação do número de cursos disponíveis em seu *campus*. Apoiada tanto pelo Governo do Estado, quando pelo Governo Federal, a ideia seguia os padrões prestados pela SUDENE no que tangia a formação, melhoria e multiplicação dos recursos humanos exigidos para o desenvolvimento da região. Somado a este esforço, promover também a fixação destes profissionais nas regiões interioranas, prevendo seu afastamento em direção aos grandes centros urbanos.

Sobre sua construção e organização, se reuniram no dia 4 de Novembro, nas instalações do Seminário Redentorista, o prefeito Williams Arruda, o Conselho Universitário, professores convidados, funcionários da Fundação Universidade Regional do Nordeste, secretários e diretores acadêmicos dos cursos para apresentarem sugestões e decidirem sobre as prioridades para o “Orçamento Programa” da instituição, para efetivar seu funcionamento já no ano de 1967.

No que concerne a vinda da indústria de fogões do senhor Werner Pedro Wallig, ela ainda é mostrada como a efígie da industrialização em Campina Grande, neste novo momento, tendo seu nome se destacando nas parcas

²²⁰ “*Criação da Universidade Regional de Campina: prefeito assina mensagem*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 15 de Fevereiro de 1966, p. 8; “*Prefeito cumprimentado pela criação da U.R.N.*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de Fevereiro de 1966, p. 8; “*Faculdade de Direito: D. Hélder pede a Tristão parecer favorável*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 6 de Março de 1966, p. 8; “*Câmara aprova projeto da Universidade Regional*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 8 de Março de 1966, p. 8; “*Universidade Regional traça seus rumos*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 4 de Novembro de 1966, p. 8.

reportagens sobre este projeto municipal ²²¹. Sua visita no mês de Janeiro de 1966 é esperada de forma ansiosa pelos progressistas, sendo ela observada como mais um passo em direção a um novo “nível” de industrialização municipal. Suas palavras aos repórteres locais esclareceram que a estrutura material do parque fabril já cuidava dos últimos detalhes do abastecimento de água e energia, sendo ali antevista a produção de mais de 8.000 fogões por mês. Sua inauguração prevista para o mês de Novembro daquele ano, já contaria desde em Julho com o treinamento de cerca de 600 funcionários, que segundo a matéria publicada no ano anterior, se responsabilizariam pelo treinamento de um total de 15.000 operários e servidores, ampliando a produção para também 15.000 fogões por mês²²².

De acordo com reportagem no DB, instalada no dia 9 de Agosto, a Wallig Nordeste S.A²²³, já publicava desde o ano anterior anúncios sobre seus técnicos e manutenção especializada no município. Em texto de Josué Sylvestre para o Diário²²⁴, há uma construção de uma ode sobre a instalação da Wallig em Campina Grande que resumia desde os esforços de Newton Rique em fazer da indústria seu carro chefe de campanha (destacados como sinais de maturidade do povo campinense), passando pela mobilização das esferas políticas e privadas (falando das pesquisas e estudos feitos pela Wallig antes de sua instalação e pelas construções da infraestrutura adequada para sua instalação) e o real incentivo financeiro promovido pela SUDENE (transformando a realidade de Campina, “reforçando os atrativos já regulamentados e postos em prática” pela cidade).

Após a inauguração da Wallig, no dia 10 de agosto de 1967, o Diário da Borborema veiculou a reportagem “Campina recebeu Presidente Costa e Silva”, falando sobre sua recepção. Mesmo tendo foco na figura política do

²²¹ “*Presidente da Wallig esperado nesta cidade*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 19 de Janeiro de 1966, p. 8.

²²² “*Distrito Industrial empregará cerca de 15 mil operários*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 13 de Abril de 1965, p. 3; “*Wallig vai produzir 8 mil fogões por mês*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 21 de Janeiro de 1966, p. 8; “*Relatório da Diretoria – Wallig Nordeste S/A*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 28 de Janeiro de 1966, p. 5.

²²³ A matéria referente à inauguração da empresa só foi publicada no Diário da Borborema, no dia 10 de agosto de 1967, ou seja, no dia seguinte.

²²⁴ “*Wallig Nordeste: contribuição decisiva do surto de industrialização de Campina Grande*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 29 de Março de 1966, p. 5.

presidente, a reportagem parece escapar em direção à Wallig, tendo sua inauguração premiada com a presença do ilustre político. Em seguida, Costa e Silva pode visitar o parque fabril de fogões e observar o funcionamento da moderna indústria²²⁵. Já na política local, as festividades que giraram em torno da inauguração da fábrica foram recepcionadas pela Câmara de Vereadores, em uma solenidade que tornou o diretor e presidente Pedro Wallig em cidadão campinense.

Aproveitando-se da estrutura alimentada pela vinda da Wallig à Campina Grande, diversas indústrias também incentivadas pela Sudene, buscaram se instalar no município, como exemplo o caso da Cande em 1964, da Indústria de Construções Premoldadas S/A (INCOPRESA) em 1965, da Bentonit União Nordeste S.A. em 1967, da Arbame Mallory do Nordeste S.A. em 1968 e da Besa – Borracha Esponjosa S.A. em 1969.

²²⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 10 de Agosto de 1967, p. 8.

3.3 As novas prioridades do Governo Militar: a centralização econômica do país e seus impactos no desenvolvimentismo industrial de Campina Grande

A “revolução” de 1964, apesar de aparecer com uma conotação positiva nas páginas analisadas por nós do Diário da Borborema, não sendo “questionada” nem “posta a prova”, sabe-se que em relação a política, direitos humanos e economia nacional, suas consequências estão distantes de algo realmente “positivo”. O Governo Federal aos poucos abandona os interesses econômicos gestados nos governos republicanos anteriores e passa a pautar sua política econômica em torno do grande capital e no fortalecimento do poder estatal. O desenvolvimentismo ensaiado por Juscelino Kubitschek nos últimos anos da década de 1950 parece ser “progressivamente” deixado de lado.

De acordo com as novas propostas da economia brasileira, os últimos anos de 1960 tornam-se o momento de “preparação do terreno” ²²⁶, onde os militares pretendiam uma “arrancada de expansão econômica”, tentando limitar o alcance da inflação e priorizar o crescimento acelerado da economia. Tal crescimento entrou para história como o “Milagre Brasileiro”, momento de intenso (pretenso) crescimento econômico e consolidação do sistema capitalista internacional, buscando retirar o país de sua condição de subdesenvolvido e colocando-o entre as chamadas potências mundiais.

A maior consistência deste intento é representada pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento 1970/74, que em sua prática ideal, equilibraria nesta balança extremamente delicada um crescimento enorme da economia nacional e o controle da inflação que já alcançava níveis altíssimos. Atravessada a época de estabilização, o país se preparava para seu “salto”: a expansão da indústria de bens de consumo duráveis passa a ser o foco do governo, priorizando as camadas altas e médias da sociedade brasileira que possuíam poder de compra para consumir tais produtos.

²²⁶ BRUM, Argemiro J. *“O desenvolvimento econômico brasileiro”*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000, p. 321.

Assim, o “milagre” dos militares é entendido como uma sequência de anos onde houve um saldo positivo na balança econômica, alcançando crescimentos anuais de mais de 10% (tabela 5), enquanto que a inflação aparentemente diminuía em relação aos anos anteriores. Esse período estendido entre os anos de 1968 e 1973 promoveu a emergência da economia brasileira como uma força competitiva no mercado mundial. Mas a errônea ideia de se aplicar tecnologia e capital estrangeiro dentro do país na lida crença de que “nacional era aquilo produzido no Brasil”, parece ter sido a delicada fratura na base econômica do “milagre econômico”. Em outras palavras, o crescimento industrial brasileiro desde os seus primórdios se pautou na entrada deliberada de indústrias multinacionais que no país buscavam a estrutura e facilidades fiscais promovidas pelo Estado e de capitais de risco, endividando o Brasil com créditos externos promovidos pela conjuntura econômica mundial favorável.

Tabela 5: Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), por períodos (em %) ²²⁷.

| Período | Total | Indústria | Serviços | Agricultura |
|--------------|-------|-----------|----------|-------------|
| 1964 - 1967 | 3,6 | - | - | - |
| 1968 - 1973* | 11,2 | 13,1 | 11,7 | 3,9 |
| 1974 - 1980 | 6,9 | 7,4 | 8,1 | 4,3 |
| 1981 - 1984 | -0,3 | -2,1 | 1,1 | 2,5 |

* Período do “Milagre Econômico”.

Entre as principais problemáticas que esta circunstância pode promover, destacamos uma que mais nos interessou: nem sempre os interesses destes capitais e multinacionais coincidiam com os do “país hospedeiro”, observando-o como lugar de mercado, de lucro, de desenvolvimento próprio e não como uma nação completa, com problemas sociais, estruturais e econômicos. Essas fragilidades muitas vezes se apoiavam nas benesses trazidas pelas atuações

²²⁷ Fundação Getúlio Vargas apud. BRUM, 2000, p. 328.

destas indústrias e que não ficavam “em suspenso” quando as decisões “corporativas” fechavam suas portas em municípios como Campina Grande. Além disso, o país em relação à tecnologia e o capital se localizavam em uma situação de extrema dependência por não possuir nenhum destes dois insumos, colocando-se em cima de uma balança da qual ele possuía apenas um controle aparente e que poderia chacoalhar ao menor sinal de uma crise internacional, alimentando ainda mais o endividamento do Estado.

Assim, boa parte dos malefícios apresentados pelo período militar parecem se concentrar em suas reverberações sociais. Como se priorizava o consumidor da classe alta e média, parece também facilitar ao máximo os empregos que pudessem promover esses estilos de vida, comprimindo o salário de trabalhadores com baixa qualificação, entregando os “frutos” do processo de estancamento da inflação a eles. Em contrapartida, os programas sociais que poderiam completar os espaços vazios permitidos por esta economia centralizadora não são priorizados, somando-se a cada vez mais restritiva legislação em relação ao exercício da cidadania, a repressão social e o controle sobre os sindicatos trabalhistas. Desta forma manteve-se a contradição do milagre: crescimento industrial e notável crescimento econômico de um lado, e por outro, o comprometimento da qualidade de vida da população brasileira, que parecia ser limitada em qualquer viés de expressão.

Para isso, observamos Damião de Lima no que tange as prioridades do III Plano Diretor 1966/68, construído já sob o governo militar. Sua tendência “centralizadora”, ou seja, transferindo os poderes e riquezas nacionais para o domínio de empresas gerenciadas pelo Estado, fez com que industrialmente apenas as capitais e seus grandes centros cosmopolitas fossem priorizados e incentivados a partir de então²²⁸. Aquilo que se planejava como a “grande escapada” do Nordeste em relação a sua economia defasada e assim reafirmada ao longo dos anos, se manifestava agora como uma completa

²²⁸ LIMA, Damião de. *Campina Grande Sob Intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista*. João Pessoa: EdUFPB. 2012, p. 113.

submissão ao capital vindo dos grandes blocos de corporações pertencentes a indústrias nacionais e multinacionais.

O exemplo maior de Campina Grande, a Wallig, a figura central e qualitativa de sua industrialização, pertencente a um grupo originado no Rio Grande do Sul, promovia sim a fomentação do mercado interno no que tange a disponibilidade de empregos; mas em contrapartida, promovia a produção de uma mercadoria que não priorizava seu consumo no mercado regional, quanto mais, não se utilizava de matéria-prima local, se aproveitando de grandes verbas da SUDENE para sua ampliação e modernização, sem ao menos seguir as diretrizes preconizadas desde a primeira Reunião dos Bispos do Nordeste em 1957. Da mesma forma, “produzia para fora”, priorizando seus lucros do que a estrutura social e econômica da cidade que se arqueava sobre seus galpões industriais.

Nesta nova conjuntura política apresentada pelos militares à Rainha serrana, as oligarquias locais aproveitam-se do momento para ensaiar um “golpe” contra seus inimigos políticos da campanha de 1963 para prefeitura de Campina Grande. Os progressistas encabeçados por Newton Rique à frente do gabinete do executivo, que já há muito tempo sinalizavam para o projeto industrial desenvolvimentista são desestabilizados com a cassação do prefeito em 1964, limitando as relações entre os dirigentes políticos da cidade e aqueles que poderiam dedicar investimentos regionais em Campina Grande. Celso Furtado que possuía forte vínculo com o Rique e com a cidade, havia também sido cassado de sua posição na equipe da SUDENE o que abalou ainda mais o horizonte de possibilidades da “capital do trabalho”.

A centralização econômica empreendida pelos militares foi sentida de outras formas, desferindo novos golpes na pretensa ideia de industrialização e projeção regional como centro econômico. Segundo Lima²²⁹, este processo não se deu forma “oficializada”, mas sim, seguindo uma ordem específica, desventurando progressivamente a maior e mais desenvolvida cidade da Paraíba (Campina Grande) e priorizando sua capital (João Pessoa), mantendo

²²⁹ Ibidem, p. 128.

os padrões da centralização administrativa. Entre as principais formas de projeção do foco econômico para a capital, percebemos o redirecionamento dos incentivos federais para tal cidade, levando-se em consideração também as cidades em seu entorno.

Boa parte das sedes de órgãos e instituições a nível estadual e federal que fomentavam os insumos do processo de industrialização em Campina Grande são realocadas em João Pessoa, submetendo os outros municípios as suas prioridades e políticas. Além disso, novas empresas estatais foram criadas nesta época ampliando a atenção dos investimentos à capital: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP), Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA) entre outras que pudessem influir sobre o futuro das necessidades industriais da “capital do trabalho”, limitando-a em relação a qualquer decisão que não obedecesse aos objetivos do governo militar.

Somadas a isso a reforma tributária feita pelos militares em 1965 passou a priorizar a centralização das finanças pelo Governo Federal, limitando os orçamentos municipais e o possível destaque “desonesto” de figuras políticas locais. Os prefeitos e suas prefeituras ficavam de mãos atadas, limitados às verbas que a União os direcionasse, facilitando a atuação de políticos pró-militares e desfazendo os poderes daqueles que empreendesse qualquer objeção. Williams Arruda segundo o Diário da Borborema ainda contou com as verbas necessárias para a criação e construção das estruturas já citadas que promoviam melhorias na educação, telecomunicação, energia e água, mas neste mesmo discurso, a única reverberação sobre essa limitação empreendida pelos militares se dá de forma silenciosa, “calada”, na diminuição drástica de reportagens que reportavam sobre o desenvolvimentismo de Campina Grande e seu processo de industrialização, desde a cassação de Newton Rique.

Assim, mesmo com estruturas pretensamente adequadas para o desenvolvimento de seu parque fabril, Campina Grande ainda sofreu com o esvaziamento de seus cofres públicos, limitando quaisquer incentivos fiscais

que postergavam a “ida” das indústrias já alocadas na cidade. Os impostos que mantiveram esse sonho vivo, com destaque para o imposto de indústria e profissão, que por incidir na indústria, comércio e profissionais locais, mantiveram o ritmo de desenvolvimentismo e incentivo da cidade (que essencialmente se construiu em torno destas áreas) até 1965, são direcionados à União, que não retribuía a participação dos campinenses ao seu próprio desenvolvimento.

Campina Grande tem sido nestes últimos anos, a cidade mais sofrida da região nordestina, parecendo que todas as forças do mal se uniram num propósito malsã, para carrear uma longa série de prejuízos contra esta cidade, que tem merecido todo o esforço e vigoroso entusiasmo do seu povo no sentido de coloca-la em situação privilegiada no rol das grandes e modernas cidades brasileiras [...] Até agora não esteve o povo, como não estiveram às classes produtoras, os clubes de serviço, as entidades, as organizações sindicais, nenhuma só, ausentes dos processos de desenvolvimento desta terra, a eles emprestando, vigorosamente, a sua capacidade de trabalho, o seu vigor e a sua participação, num afinamento de pontos de vista que sempre resulta em benefício do progresso desta cidade.²³⁰

Nesta passagem do editorial do Diário, o cronista importando as vontades por trás do jornal incentiva a população a empreender não uma simples campanha, mas sim uma “cruzada em que todos se empenhassem para demover as autoridades” destas medidas que não retribuía ao esforço empreendido por sua população. Estes golpes consecutivos, como tantos outros já recebidos por Campina, direcionados a sua desestabilização política ou falta de fomento fiscal, pareciam enterrar progressivamente o sonho industrial.

Já a disparidade entre o desenvolvimento das capitais e o conseguinte desvanecimento das economias interioranas promovidos por esta reforma, desestimula Campina Grande a manter seu destaque como uma “São Paulo em miniatura”, como a Rainha serrana que anos antes concentrava em seu mercado toda a produção de algodão de sua região. Os mesmos incentivos que financiaram a vinda de onze novas indústrias para a cidade até meados de

²³⁰ “*Mais um Golpe contra Campina*”. Diário da Borborema, Campina Grande, 8 de Dezembro de 1966, p. 2 – Grifo nosso.

1966, em 1967 (ano que a reforma tributária entrou em vigor) foram cortados, colocando a cidade em uma posição difícil em relação e a permanência destas mesmas empresas.

Nos primeiros anos da década de 1970, a preocupação com uma possível crise no setor industrial de Campina Grande se identifica no Diário da Borborema. Na crônica “Cacique diz que industrialização parou” ²³¹, o termo “cacique” é utilizado para referenciar o gerente regional do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Antônio Ernani Cacique em entrevista afirmou que já havia passado cerca de três anos e nenhuma nova indústria teria se instalado em Campina Grande, mantendo apenas o ritmo de ampliação e modernização, sem perspectivas para os próximos anos.

Em contrapartida, seguindo os incentivos fiscais, as novas indústrias interessadas no estado da Paraíba seguiam em direção à capital João Pessoa. Na reportagem “Campina perde indústria de refrigeradores” ²³², uma empresa não nomeada teria demonstrado um interesse enorme em se firmar no parque industrial de João Pessoa em detrimento daquele da Rainha serrana. Isso motivado pela “falta de interesse” demonstrada pela prefeitura campinense em lubrificar as roldanas fiscais para sua instalação. Assim, o cronista afirma que o discurso desenvolvimentista industrial parece viver uma espécie de “esvaziamento”, sem boas novas sobre industriais atentos às qualidades estruturais de Campina Grande que pudessem preencher o diário com suas notícias. Esse “esvaziamento” realmente foi notado por nós ao perceber uma drástica diminuição do número de reportagens que giravam em torno deste processo.

Em caso mais grave, o Diário da Borborema traz o caso da ION S/A. ²³³, fabricante de armações e lentes atuante no bairro da Prata em Campina até o ano de 1971, transferiu seus esforços e instalações para o parque industrial da capital. A empresa quem em Campina produzia cerca de 200 armações ao dia, estimava que com os incentivos fiscais para ampliação e modernização de

²³¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 25 de Dezembro de 1971, p. 1.

²³² Diário da Borborema, Campina Grande, 27 de Maio de 1970, p. 8.

²³³ Diário da Borborema, Campina Grande, 27 de Junho de 1971, p.8.

suas estruturas, pudesse alcançar o número de 3000 armações ao dia. Antônio Diniz, um dos diretores da empresa entrevistado na ocasião, afirmou que o único motivo que provocou esta mudança foi a existência de maiores vantagens e impulsos existentes em João Pessoa, alimentada com as consequências da centralização econômica do governo militar e dona de um porto por onde poderia receber suas matérias-primas e escoar sua produção de maneira mais barata.

Ao contrário do que observamos nos anos 1960, onde Campina Grande se notabiliza através do diário como a “capital do trabalho, lugar de melhores condições estruturais e financeiras para o desenvolvimento industrial da região”, na década de 1970, não há uma simetria discursiva como em anos anteriores. E nas poucas algumas ocasiões em que a industrialização era ainda vista como o futuro do município, há um esforço claro no que concerne à busca de novos argumentos que pudessem mascarar ou realimentar o “caminho do progresso”. Em um dessas passagens específicas, publicada no DB no dia de aniversário do município²³⁴, um conjunto de matérias é publicado no intuito de apreciar o desenvolvimento do ensino universitário no município através da URN, como também na estima da industrialização que ali ganhou forma. Essa “São Paulo dos sertões nordestinos”, mesmo que apresentada de forma positiva, parece ser tomada por um desânimo desproporcional às reportagens do início da década de 1960, moldada por todos os “golpes” desferidos pela nova política centralizadora do país.

Esse desânimo parece tomar forma e imagem, deixando as “entrelinhas” das crônicas do Diário da Borborema a partir da desativação e fechamento da Wallig Nordeste S/A. no dia 17 de setembro de 1979²³⁵. Assim como muitas indústrias aproveitaram o momento propício para instalação na cidade com a chegada da Wallig, que de forçosamente melhorou os abastecimentos de água e luz da cidade, fomentando também a construção de seu parque fabril, o seu fechamento também deu início ao processo de fechamento de outras empresas como o que aconteceu com Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da

²³⁴ Diário da Borborema, Campina Grande, 11 de Outubro de 1975, p. 2.

²³⁵ Diário da Borborema, Campina Grande, 17 de Setembro de 1979, p. 8.

Paraíba (COOPERSISAL), a Sanbra, Bravista, Sanca, Fracalanza entre outras²³⁶. Aquelas que não fecharam, tiveram que diminuir suas produções, também somando o número de desempregados no município.

Com a soma destes fatores (fim dos prazos de incentivos fiscais da SUDENE para com estas indústrias, dificuldades propostas pela reestruturação fiscal e mudança de interesses econômicos do estado, centralizando as potencialidades da Paraíba em João Pessoa e arredores) as indústrias que em Campina Grande se localizaram não “tiveram outra opção” senão fechar. Ou de maneira mais revoltosa para os desempregados que neste município ficaram, foram transferidas para a capital onde encontraram um ambiente bem mais propício para a geração de lucros.

A alegria vivida durante centenário tão comemorado de Campina Grande (1964), parecia uma festa tão distante neste momento de desolação e inexistência de perspectivas econômicas para o município. Pela primeira vez na história da cidade, a sensação existente é de não haver um acompanhamento ideológico do projeto econômico nacional em vigência. A estrutura montada na “capital do trabalho” parecia estar alicerçada para o discurso desenvolvimentista que imprimou tantas páginas do Diário da Borborema entre os anos de 1957 e 1964, não obedecendo mais a centralização administrativa do Estado Militar.

Nas custas de uma União desinteressada em seu crescimento, dependente financeiramente de instituições localizadas em João Pessoa, que não priorizavam o seu crescimento e com uma política progressista desestruturada desde a cassação de Newton Rique, Campina Grande deixa escorrer a industrialização por entre suas mãos, vislumbrada com uma luz emanada pelo Governo Federal, mas que em momento nenhum parecia lhe alcançar. Enquanto a efígie da industrialização vai desvanecendo nas páginas do Diário, a educação superior parece ganhar maior destaque desde a instituição da Universidade Regional do Nordeste em 1966.

²³⁶ LIMA, Damião de. *Campina Grande Sob Intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista*. João Pessoa: EdUFPB. 2012, p. 137.

O “concreto” que existiu do parque industrial, para além das paredes de seus galpões, parece não ter passado de uma encenação, daquelas que as aspirações são maiores que as capacidades de consecução. Enquanto pretenso polo industrial do Nordeste, o Governo Militar parece ter “iluminado” suas fragilidades ao indisponibilizar verbas e financiamentos. A “galhardia” tão recorrente nas palavras dos cronistas do DB parece não merecer mais menção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos no processo de industrialização e modernização de Campina Grande ao início desta pesquisa, possuíamos uma noção bastante distante entre as expectativas geradas pelo jornal Diário da Borborema e a materialidade do projeto industrial para o município. Da mesma forma, acompanhando a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek no final dos anos 1950, delineamos um “progresso” bastante diferente para o Brasil.

Ao observarmos o avanço impresso por JK nas reportagens do DB, a construção de um país de potencialidades e possibilidades sem fim, se edifica como verdade, convencendo, mudando opiniões e esperanças. Trinta e uma metas construídas sob a mais técnica e avançada estratégia política desenhada até então para a gestão do Brasil, de modo que suas consecuições pudessem desenvolver a economia nacional, tirando-a da incipiência industrial que na época era vivida. Automóveis, estradas, indústrias multinacionais e enormes valores de empréstimos estrangeiros, injetados diretamente nas veias da nação. As crônicas jornalísticas enaltecendo os esforços do médico presidente vivendo sua experiência de industrialização e a silenciosa inflação crescendo de forma marginal, mitigando o poder de compra dos brasileiros.

O “grito” de socorro do Nordeste promovido pelos Bispos nordestinos pareceu ter prendido a atenção de Juscelino que para além de sua presença ilustre no encontro, somou aos seus planos e metas aqueles apelos e orientações. Desenhava-se para esta região uma roupa que seguia as mesmas tendências e cores do desenvolvimentismo, mas com suas medidas e proporções particulares. Esta região que em si “sintetiza as contradições” do Brasil, em grau “elevadamente dramático”²³⁷ parecia ganhar uma nova roupagem, uma indumentária que tornaria sua condição e aparência bem mais afáveis que aquelas apresentadas pelos “especialistas” da época: de clima árido e de homens duros, ambos deixando de lado a flexibilidade, a possibilidade de se adaptar aos novos ares políticos e econômicos por simples incapacidade ou falta de orientação em mudar seus vícios e verdades,

²³⁷ FURTADO, Celso. “O significado real do Nordeste no atual quadro do País”. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, p. 12-19. Dez. 1981.

permitindo a “técnica” adentrar em suas plantações, em suas produções, em seus cotidianos.

Aos poucos progressistas campinenses que acompanharam de perto estes discursos de técnica e modernização do Nordeste e assim, construíram um novo futuro de progresso industrial para Campina Grande, restou apenas trabalharem com afinco na “reeducação” da política e população deste município. Falando através de um dos principais jornais da época, teceram com suas palavras modernas, seus conceitos ainda distantes de desenvolvimentismo e industrialização o chão por onde a cidade precisaria caminhar a partir de então, na condição “única” de encontrar o tão desejado progresso e galhardia que a muito a cidade parecia ter perdido. Do ouro branco, apenas as palavras de engrandecimento e a estrutura precária diante do seu inchaço demográfico sobraram. De um lado, fazendo a manutenção do desejo de “grandeza” da cidade, por outro, enchendo sua estrutura de precariedade. O caminho estava em sua frente, mas a força já não estava em suas pernas.

Deste grupo de progressistas que segundo o DB parecem ter atinado para as palavras de JK de forma tão aguda que imediatamente se colocam como maiores representantes municipais destes novos ditames econômicos destacou-se um nome maior. Newton Rique em seu empenho industrializante moveu influências e finanças de forma tão maestra, que ao seu redor parece construir-se uma aura, um brilho que cintilava em pulsos ritmados com a nova política do Brasil. As crônicas diárias do jornal colocam em suas mãos o poder de mover ventos e verdades que trabalhariam em comunhão para o futuro totalizador da industrialização. Os pobres, os ricos, os progressistas ou não, as “famílias de bem” e aqueles “desorientados” que permeavam as ruas suas sujidades e perversões, todos eles são inclusos em uma coletividade da qual as benesses da industrialização a abordariam homogeneamente.

O problema maior é ponderar sobre esta coletividade de forma “homogênea”. Como que grupos tão diversos em seus aspectos econômicos e sociais poderiam adquirir uma forma única, de tal maneira a serem iluminados igualmente pela luz da industrialização? Não há “forma” nem “verdade” nesta

afirmação tão martelada pelo Diário da Borborema, já que não há homogeneidade nenhuma a se observar. Independentemente dos golpes (figurativos ou não) que este nódulo destoante levasse em seus costumes e realidade, ele pareceu ser incapaz de atender as vontades das “classes produtoras” harmonizadas com a industrialização e compreender os novos fatos e os novos lugares que a eles pertenciam. Tanto que nem lugares nem verdades foram atendidos; pelo menos, não da maneira pensada originalmente.

Já sobre a materialidade do parque industrial de Campina Grande, a “história” apresentada pelo DB parece dividir-se em dois grandes momentos. O primeiro de crescimento, de vitória, de reorientação e transformações que moldariam novas mentalidades e consequentemente a nova realidade do município. Nele Newton Rique ganha grandes aliados e promete melhorias inimagináveis até então. Este momento parece perder seu fôlego em 1964, quando os “revolucionários” militares assumem o poder do Brasil e começam suas investidas contras os políticos “subversivos” espalhados pelo país. Em agosto, Rique tem seu mandato cassado, desferindo uma pancada direta no desenvolvimento de Campina, o que dá início ao segundo momento.

De maneira mais acanhada, sutil e limitada, os DB ainda trás o foco de seus discursos para a efígie da industrialização. Fala sobre ela como a solução definitiva para as fragilidades municipais fossem elas das esferas educacionais, econômicas, políticas ou infraestruturais. Mas a incidência das reportagens, a intensidade e aparentemente o tempo dedicado pelos cronistas do jornal neste assunto parecem se esvaír. Ao passo que a política nacional do Brasil desenvolve um novo lugar de atuação para sua economia, refletindo diretamente nas condições financeiras e fiscais de Campina Grande, localmente a cidade sofre com as consecutivas “amputações” sofridas pela prefeitura, fossem na atuação política que agora era vigiada de perto por olhos militares ou pelo esvaziamento dos cofres públicos seguindo a centralização dos impostos municipalmente arrecadados.

O sopro de desenvolvimento promovido pela instalação da Wallig Nordeste S/A. foi apreciada pelo jornal de forma insuflada assim como a cidade

vendia-se como um polo industrial pronto materialmente. Sua vinda representada como a coroa que a “Rainha da Borborema” precisava naquele momento não parecia ser feita de nenhum metal valioso. De aparência brilhosa e com enormes cifras por trás de sua vinda, abarcou nos primeiros anos de funcionamento um grande número de empregados. Estes depositaram suas vidas e necessidades na produção de fogões a gás, teoricamente ajudando a desenvolver a cidade em seu progresso industrial.

Mas, a “capital do trabalho” ao se esvaziar de seu espírito industrial e no mesmo ritmo, esvaziar seu parque fabril, deixa escapar o sustento de mais de quinze mil funcionários, mostrando que o brilho da Wallig era apenas superficial. Extasiada (pelas incapacidades financeiras e políticas), a cidade aceita escorrer por entre os dedos as promessas de progresso. Deixada a míngua por essas indústrias, Campina parecia estar “seca”. Não de água, já que nos anos 1970 o problema de abastecimento hídrico não é tão destacado pelo DB. Mas de “incentivos”, de estímulos fiscais que promovessem a manutenção dos lucros destes industriais. Pela escassez de seus impulsos e pela “discreta” mitigação federal das potencialidades desta “potência interiorana”, as reverberações do progresso industrial de Campina Grande não alcançaram grandes amplitudes. De fato, não chegaram perto das ambições progressistas desenhadas e propagadas pelo Diário da Borborema durante os anos 1960.

Já o Diário da Borborema, utilizada aqui como fonte principal de análise (e inspiração), colocou-se como riquíssima ferramenta para a nossa captação de detalhes, contextos, minúcias que talvez, em nenhuma outra fonte fosse possível. Com um aparato teórico capaz de fazer nossa fonte “dialogar” com nosso texto, o DB permitiu não só o embasamento histórico e representativo de nossas palavras, mas também foi de onde retiramos os pedaços das mais variadas cores e texturas que permeia a tessitura de nossa escrita. Como uma colcha de retalhos, um tecido próprio construído a partir de outros tecidos, de modo a constituir uma unidade individual que se vale de diferentes sentidos e discursos para construção de seu sentido próprio.

Aqui ao nos referimos figurativamente à colcha de retalhos lembramos da aparência desconexa que pode surgir entre as partes, repetindo talvez a cultura da impossibilidade de construção da coesão a partir daquilo que é diverso. Mas provando o contrário, há sim a possibilidade entre o diálogo de diferentes discursos e expressões, fazendo do historiador um mediador de verdades, um interpretador de discurso, um tradutor de sentidos, um costureiro de fatos, capaz de entender as origens e constituição de cada pedacinho de trama. Observando a que sentidos obedecem suas costuras e de que forma se assemelham aos tantos outros retalhos históricos utilizados que externamente parecem não se atrelar, mas que atentamente se observa um fio histórico unindo-as. Assim, o Diário da Borborema se colocou como o chão por onde esfregamos nossas mãos e mapeamos com nossos olhos o momento histórico, o contexto político e econômico, a fim de construir um entendimento próprio sobre a(s) realidade(s) aqui estudada(s).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joabe Barbosa. “Cassar e caçar”: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande. *Revista Paraibana de História*, ano I, n. 1, 2º semestre de 2014.

AGRA do Ó, Alarcon. *Projetos em cena: uma eleição municipal em Campina Grande, em 1959*. In: Saeculum. *Revista de História*, nº 6/7, Jan./Dez., 2000/2001, p. 153-170.

_____. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades. Campina Grande (1959)*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

ARANHA, Gervácio Batista. *Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)*. Dissertação de mestrado em sociologia, UFPB, Campina Grande-PB, 1992.

_____. *História e Representação: por uma nova mimeses?* In: FARIAS, Elton John da Silva e ARANHA, Gervácio Batista (organizadores). *Epistemologia, Historiografia e Linguagens*. Campina Grande: EDUFCG, 2013, p. 27-56.

_____. *Seduções do moderno na Parayba do norte: Trem de Ferro, Luz elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)*. In: *A Paraíba no Império e na República*. 3. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Campina Grande: EPGRAF, 1993.

ARIÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica*. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARBOSA, Maria José Lira. *Um projeto que (não) deu certo: estado desenvolvimentista e industrialização – Estudo da indústria Wallig Nordeste S/A: Campina Grande – PB*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 1991.

BARROS, José D’Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007.

_____. *A Expansão da História*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARTHES, Roland. *A mensagem fotográfica*. In: ADORNO et. all. *Teoria da cultura de massa*. Tradução, comentários e seleção: Luiz Costa Lima. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In: Revista Espaço-Debates, n. 34, NERU, 1991, pp.39-54.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti - São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. Ed. Brasiliense, 1982.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *O que é história cultural*. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*. Tese de Doutorado. UFPB/PPGS, João Pessoa, 2007.

_____. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens*. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JG*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CERTEAU Michel de. *A operação historiográfica*. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Universitária, 1982.

_____. *Caminhadas pela cidade*. In: *A invenção do cotidiano: 1- Artes de Fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.169-191.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. *O mundo como representação*. Estud. av., São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em Maio. 2015.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo :Cia das Letras, 1990.

_____.; ROCHE, Daniel. (org.). *Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

D'ALÉSSIO, Marcia Mansour. *Imprensa, história, historiografia. Algumas observações*. In: Ferreira, Antônio Celso; Bezerra, Holien Gonçalves; Luca, Tania Regina de. (Org.). *O historiador e seu tempo*. 1ed.São Paulo: Editora UNESP, 2008, v. 1, p. 129-138.

DIAS, Odete da Conceição. *O trabalhador no discurso fotográfico do jornal A GAZETA (1930- 1945)*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 1993.

FERNANDES, Silvana Torquato. *Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2011.

FLORES, Elio Chaves. *Jornalismo e História: estradas das evidências compartilhadas*. Palestra do Seminário Jornalismo e Saberes. CCHLA/UFPB, 2005.

FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

_____. *O significado real do Nordeste no atual quadro do País*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo,v. 1, p. 12-19. Dez. 1981.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. 5ª reimpressão. São Paulo: Schwarcz, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FVG)/CPDOC, 1991.

GONZAGA, Luiz; DANTAS, Zé. *Vozes da Seca*, 1953 In: BUENO, Daniel. Glossário Gonzaguiano. Recife: Liceu. 2012.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000.

KARNAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. *A memória evanescente*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (organizadores). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ática, 1989.

LARA, Silvia Hunold. *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*. In: Anos 90, Porto Alegre, v. 15, nº. 28. Dez. 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Damião. *O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande*. Dissertação de Mestrado em Economia Rural. Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.

_____. *Campina Linda e Grande*. 2011. Disponível em: <<http://www.paraibaonline.com.br/coluna.php?id=49&nome=Campinalindaegrande>>. Acesso em Fev. 2016.

_____. *Campina Grande sob intervenção: a Ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista*. João Pessoa: EdUFPB. 2012.

LUCA, Tânia Regina. *A História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadores) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MAUAD, Ana Maria. *O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Org.s). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MATIAS, Allison Luna. *Vozes dissonantes do “progresso”: cotidiano, exploração e resistência dos operários em Campina Grande (1930-1965)*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2013.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. *Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2001.

_____. *História e imaginário nos anos 1950, em Campina Grande*. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (Org.s). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

OCTÁVIO, José. *História da Paraíba - Lutas e Resistência*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

OLIVEIRA, Maria José Silva. *Do discurso dos planos ao plano discurso: Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande 1970/1976*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

OLIVEIRA, Maria José Silva. *Emblemas da modernidade campinense*. In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz. Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Veras (Org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUEP; EDUFCG, 2009.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. In *Estudo Históricos*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995, Vol. 8, nº 16, p. 279-290.

_____. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, Junho de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Maio. 2015.

_____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 4ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2014.

_____. *A “nova” historiografia brasileira. Anos 90*. Porto Alegre, nº 11, julho de 1999. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art5.pdf>>. Acesso em Maio. 2015.

RICOEUR, Paul. *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1997.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe, 1997.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: o nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. *A leitura crítica do documento*. In: *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Fábio Ronaldo da. *A contribuição da escola politécnica da paraíba para o desenvolvimento regional e inovação*. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: < http://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1341019720_ARQUIVO_13_SNHCT-trabalhocompleto.pdf>. Acesso em Fev. 2016.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. Bezerra. *Os paradoxos de um processo de urbanização: o caso de Campina Grande – 1935/1945*. In: Cadernos Nordeste em Debate, Ano I, Nº01, Campina Grande-PB, 1993.

_____. *Cartografias e Imagens da cidade: Campina Grande – (1920-1945)*. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2001.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2002.

SOUZA, Danilo Rodrigues. *“Planejar para industrializar”: as promessas de Industrialização em Campina Grande nas páginas do Diário da Borborema (1957-1964)*. Monografia de Graduação. Campina Grande, UFCG. 2014.

SOUZA, Fabiano Badú de. *Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958)*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2013.

SYLVESTRE, Josué. *A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande*. In: SILVA, Francisco Pontes de; MELLO, José Octávio de Arruda; & SANTOS, Walter (Org.). *Poder e Política na Paraíba: uma análise das lideranças (1960/1990)*. Edição API União, João Pessoa, 1993.

_____. *Nacionalismo & Coronelismo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

TORRES, José Valmir Oliveira. *Escola Politécnica e a construção identitária de Campina grande como polo tecnológico (1952-1973)*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGH, Campina Grande, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro, 1997.

MATERIAIS IMPRESSOS CONSULTADOS

- **PERIÓDICOS CONSULTADOS**

Jornal DIÁRIO DA BORBOREMA: Campina Grande, Paraíba – Outubro de 1957 à Dezembro de 1979.

Revista *O CRUZEIRO*: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – exemplares situados entre os anos de 1958 a 1961.

- **DOCUMENTAÇÕES OFICIAIS**

BRASIL. Serviço de Documentação da Presidência da República. *I Encontro dos Bispos do Nordeste. Campina Grande – Maio de 1956*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1960.

BRASIL. Conselho do Desenvolvimento - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2ª Edição. Recife: SUDENE. 1967.

BRASIL. Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Publicada no Diário Oficial da União – Seção 1 em 16 de Dezembro de 1959.